



Revista Possibilidades

Publicação do NPM – Núcleo de Pesquisa Marxista

Ano 02, nº 05, Jul./Set. de 2005.

<http://www.npm.ubbihp.com.br/>



ÍNDICE

Apresentação.....04
Nildo Viana

ARTIGOS E ENSAIOS

MARXISMO:

Ernst Bloch e a Felicidade Prometida.....05
Suzana Guerra Albornoz

Marx: História e Transformação Social.....10
Nildo Viana

SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA:

Comunicação: Um Fenômeno Social.....16
Edmilson Ferreira Marques

MOVIMENTO OPERÁRIO:

O Programa da Comuna de Paris.....28
Cláudio Nascimento

GEOGRAFIA:

A Política de Formação em Geografia e os Desafios da Atuação na Sociedade Contemporânea.....40
Tadeu Pereira Alencar Arrais

HISTÓRIA:

Mudança da Capital do Estado de Goiás: Ruptura com o Passado.....45
Clarismar Gomes de Abreu

ESPECIAL:

A Causa da Derrota.....49
Rosa Luxemburgo

O Homem como Possibilidade54
Ernst Bloch

RESENHA:

Keith Jenkins: Historiografia e Poder.....62
Nildo Viana

PrOESIA: PROSA E POESIA

Identificação: O Controle dá as Caras.....69
Diego Mendonça

EXPEDIENTE:

A Revista Possibilidades é uma publicação trimestral do NPM – Núcleo de Pesquisa Marxista, da UEG – Universidade Estadual de Goiás. A Revista Possibilidades publica artigos teóricos, artigos de opinião, resenhas, entrevistas e outras formas de textos. As colaborações devem ser enviadas para o seguinte e-mail: npmueg@terra.com.br ou entregue com uma cópia em disquete e outra impressa no seguinte endereço: Av. JK, nº 146, Bairro Jundiáí, Anápolis-GO. Os textos assinados são de total responsabilidade de seus autores, não expressando, necessariamente, o ponto de vista do NPM. Os textos enviados espontaneamente devem utilizar as margens padrão do Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entrelinhas simples, sem espaço entre parágrafos e na primeira de linha destes. Os artigos teóricos devem ter de 5 a 15 páginas; os artigos de opinião de 2 a 6 páginas; as resenhas de 2 a 6 páginas. Os artigos aprovados pelos pareceristas ou editor-responsável serão inseridos na revista de acordo com a pauta previamente estipulada e dentro dos critérios formais estabelecidos para tal, o que inclui data de recebimento do artigo, número máximo de artigos permitidos por número, adequação às normas de publicação aqui estabelecidas. Os textos que não se enquadrarem no tamanho acima delimitado, somente serão publicados em casos excepcionais. Os artigos devem ser enviados para o seguinte endereço: npmueg@terra.com.br ou com cópia impressa e em disquete para Av. JK, n. 146, Bairro Jundiáí. Anápolis - Go.

Conselho Editorial:

Edmilson Ferreira Marques
Fabíola Guimarães Vieira
Fernando Lima Neves
Flávio Pereira Diniz
José Santana da Silva
Leonardo Venícius Proto
Lisandro Almeida Rodrigues Braga
Lesley Jorge de Sousa
Nildo Silva Viana (Editor-Responsável)
Ovil Bueno Fernandes
Uelinton Barbosa Rodrigues
Veralúcia Pinheiro

Arte- capa: Nildo Viana
Contato: npmueg@terra.com.br
<http://www.npm.cjb.net/>
Av. JK, nº 146, Bairro Jundiáí,
Anápolis – Goiás.

Apresentação

**"Tomar as coisas como são,
não é uma fórmula empiricamente exata.
Não é positivismo.
É uma fórmula de vilania,
de covardia, de mesquinaria".
Ernst Bloch**

O presente número da **Revista Possibilidades** apresenta uma continuidade com seus números anteriores, apresentando uma diversidade de temáticas e com a predominância da abordagem crítica.

No presente número, temos como destaque Ernst Bloch, que é comentado no texto de Suzana Alborno, que gentilmente aceitou colaborar conosco, e no texto do próprio marxista alemão, *O Homem como Possibilidade*. A importância de Bloch para o marxismo ainda não foi devidamente avaliada, embora vários pensadores tenham se dedicado a trabalhar suas idéias e suas contribuições (Arno Muster, Pierre Furter, Luiz Bicca, Suzana Alborno, Ugo Borghello, entre vários outros). No Brasil, agora com a publicação de sua grande obra, *O Princípio Esperança*, esperamos que o debate em torno da concepção blochiana avance e ganhe o merecido lugar de destaque para suas teses.

A **Revista Possibilidades** teve seu nome inspirado, em parte, na obra de Ernst Bloch, autor que colocou a importância e a necessidade da utopia, da esperança, que faz mover montanhas e planetas, ao contrário do conformismo e do "espírito de rebanho", do conservadorismo que nunca vê o novo, a transformação, as possibilidades de uma nova forma de existência.

A obra de Bloch assume um significado e uma importância

fundamental na história do marxismo, principalmente se levarmos em consideração a distinção que ele faz entre "corrente quente" (a da luta de classes) e a "corrente fria" (a do determinismo, a das forças produtivas) no pensamento marxista, e que ele mesmo é um dos representantes da corrente quente. A **Revista Possibilidades** pretende ser expressão da corrente quente do marxismo, acreditando na utopia concreta e na sua possibilidade de concretização.

A discussão sobre a possibilidade e a transformação social também se encontra presente em outros textos, ao lado da crítica da sociedade contemporânea e da percepção da emergência histórica de um novo mundo, tal como no caso da Comuna de Paris. A teoria da história em Marx, o fenômeno da comunicação, A Comuna de Paris, a fundação de Goiânia, a formação do geógrafo, a saga de Ludovico e o texto de Rosa Luxemburgo sobre as greves na Bélgica em 1902, são os demais textos que completam a presente edição, com o complemento da resenha sobre a obra de Keith Jenkins, abrindo uma nova seção da **Revista Possibilidades** que pretendemos destacar nos próximos números.

Nildo Viana

Ernst Bloch e a Felicidade Prometida

Suzana Guerra Albornoz

Conhecido e admirado por um grupo bastante numeroso de estudiosos, com muitas teses acadêmicas que lhe têm sido dedicadas, na Alemanha como em outros países da Europa e América do Norte e, mesmo, algumas, no Brasil, Ernst Bloch, contudo, não tem estado presente nas discussões predominantes da academia e da mídia neste começo de século XXI e, se nos anos da moda do marxismo podia parecer demasiado utópico ou herético para os ortodoxos da doutrina do socialismo científico, em tempos de pós-modernismo e pós-marxismo mantém um discreto lugar à margem, pelo que me parece interessante, ainda hoje, ao abordar um aspecto de seu pensamento, começar pela apresentação do filósofo, sua vida e sua obra.

Ernst Bloch nasceu a 8 de julho de 1885, em Ludwigshafen, Alemanha. Filho de uma família de origem judaica, viveu intensamente o drama dos judeus alemães no século XX. Por outro lado, a situação geográfica especial de Ludwigshafen, frente a Mannheim, segundo ele próprio viria a afirmar, influenciou sua consciência ao mesmo tempo socialista, solidária com a classe operária, cuja situação era clamorosa na Ludwigshafen industrial, e humanista, ávida da cultura artística clássica, esta que brilhava nos salões da Mannheim imperial.

Bloch estudou Música, Filologia, Física e Filosofia: de 1908 a 1911, em Berlim, onde foi colega de Georg Simmel; de 1911 a 1914, em Heidelberg, onde foi aluno de Max Weber e colega de Karl Jaspers e Georg

Lukács, com quem desenvolveu longa afinidade.

Humanista e socialista, pois, durante a primeira guerra mundial, Bloch se recusou a lutar, exilando-se na Suíça.

Casou-se pela primeira vez com Else von Stritsky, russa de origem aristocrática, de profundas convicções religiosas, que morreria precocemente, em 1921. Em sua única obra até hoje traduzida para o português – *Thomas Münzer, teólogo da revolução*, o filósofo mostra seu entusiasmo com o misticismo cristão, tão forte na Rússia, e com os novos caminhos sociais e políticos de dimensão messiânica trilhados pelo povo russo naqueles anos da Revolução de 1917, sendo estes elementos evidentemente aliados a um *pathos* doloroso, que expressa, de algum modo, o luto recente.

Após a República de Weimar e com o advento do nazismo na Alemanha, em 1933, começa um longo período de exílio – Zürich, Viena, Praga e, finalmente, em 1938, os EEUU, onde a segunda esposa, Karola Bloch, arquiteta, providenciaria o sustento da família.

Terminada a segunda guerra mundial, em 1949, Bloch pôde escolher entre a Universidade Goethe, de Frankfurt, na Alemanha ocidental, e a Universidade Karl Marx, em Leipzig, na Alemanha oriental, tendo optado por esta, coerente com seus ideais socialistas.

Todavia, suas idéias eram demasiado livres e originais, demasiado “idealistas” para o gosto da ortodoxia

do partido comunista da então DDR e, após a repressão da rebelião da Hungria em 1956, quando se manifestou solidário com o povo húngaro e contra a intervenção autoritária, o filósofo e seus discípulos passaram a ser vigiados, impedidos de falar, perseguidos, por isto, em 1961, por ocasião de uma licença para visitar amigos, a família Bloch não retornaria a Leipzig, iniciando o período de Tübingen, na Suávia, ao sul da Alemanha ocidental.

Os últimos dezesseis anos do filósofo, que acompanharam os efervescentes decênios da revolta dos jovens pelo mundo, foram de intensa atividade docente e também de liderança política, desenvolvida sobretudo como inspiração da geração estudantil e a partir daquela encantadora cidade universitária, academicamente famosa também porque, no século XIX, seus mais ilustres alunos, os jovens Hegel, Hoelderlin e Schelling, honraram o seu seminário luterano de teologia. Ali, às margens do rio Neckar, ao lado da Torre de Hoelderlin, morreu Ernst Bloch a 4 de agosto de 1977.

Em sua longa existência e peregrinação, o filósofo da utopia desenvolveu uma imensa cultura múltipla, enciclopédica, que logo se faz notar em seus escritos. Sua filosofia da música impressiona pela erudição, assim como toda a história da filosofia, do direito, da arte, enfim, toda a história da civilização, da cultura, do espírito humano encontra lugar em sua reflexão, sobretudo a história das utopias, que são analisadas nos seus mais diversos aspectos – utopias literárias e filosóficas, mas também geográficas, arquitetônicas, técnicas, médicas, religiosas.

A grande enciclopédica filosófica das utopias desenvolvida pela obra blochiana dá testemunho da abundante informação e profundo conhecimento

do filósofo de tudo aquilo que podemos chamar de “margens da história do espírito”, quais sejam: os pensadores renascentistas, as tendências esotéricas da gnose e da mística alemã, os mitos astrais, a apocalíptica, a maçonaria, a alquimia; as seitas cristãs consideradas heréticas e, na tradição judaica, o hassidismo, o messianismo, a cabala... enfim, de tudo aquilo que move o espírito humano na direção do novo, portanto, em sentido estrito, do utópico, mas que se apresenta como que na sombra, ao lado da corrente central da filosofia ocidental, de origem e feição gregas; portanto, à margem das formas mais dominantes da história cristã, com predomínio da influência romana e, no judaísmo, também à margem da luminosa tradição racionalista rabínica.

O gênero em que Bloch escreve é o ensaio, barroco e expressionista. Em seu texto é abundante o uso da metáfora, das imagens, das figuras que funcionam como símbolos ou formam alegorias, pelo que se pode dizer que é ao mesmo tempo conciso e prolixo, aberto à múltipla interpretação.

A vida de Ernst Bloch dá testemunho de uma concepção de felicidade: suas grandes paixões foram a filosofia e a reflexão, sobre a arte e a história, também a história das ciências, do direito e das religiões. Humanista e socialista, termos que identificam dois modos de ser e pensar hoje algo fora de moda, pelo menos postos em questão, também por quem toma como aquisição inquestionável o “desaparecimento do sujeito” postulado pelas tendências estruturalistas das ciências humanas, Bloch manteve fidelidade aos ideais morais e humanos de sua juventude, sem aderir ao ativismo político. À obediência ao Estado, preferiu a desobediência ao lado do pacifismo; ao alinhamento ao partido, preferiu a ilustrada liberdade de pensamento e expressão.

Para seguir seus ideais ou, poderíamos talvez dizer, seus sentimentos e paixões, foi forçado muitas vezes a exilar-se e emigrar, o que tornou a fazer até a idade de 76 anos, quando chegou a Tübingen, à qual seu nome ficaria associado, sendo chamado às vezes de “o mago de Tübingen”, não só pelo teor de seus assuntos prediletos e teses sobre os aspectos ocultos da história do espírito, como também pela célebre magia de sua palavra, exercida com arte peculiar, tanto a palavra oral como a escrita.

Os textos múltiplos nas obras completas mostram o desenho geral de uma concepção que atribui um lugar próprio à felicidade, identificada ao país do sonho e da utopia: a *Schlaraffenland*, o *Pays de Cocagne*, os *Chateaux en Espagne*, a nossa *Pasárgada* de Manuel Bandeira, o *País das maravilhas*, de uma Alice que não permanece pequena como criança.

A felicidade se encontra naquele mundo sonhado que se pode antever através da vitrine de Natal, que é buscado pela concreta luta política e que, até certo ponto, é realizado, ainda que de modo fragmentário, pelas grandes obras de arte, como nas sinfonias de Beethoven.

A antropologia filosófica contida nos textos desta obra, tal como se pode apreender de uma leitura geral, afirma uma concepção do homem como um ser de pulsões, que pressionam em direção de sua satisfação. Ao ser humano não é negado o movimento e a brecha da liberdade, tal como o fazem os determinismos, biológico-naturais ou econômico-sociais, mas também não é negado nem esquecido o elo íntimo do espírito com a matéria, a vida, a carne, base que comanda a aparição da pulsão, do instinto, do desejo, da aspiração, da fome.

São diversas as fomes humanas e o autor não esquece de tematizar as do

corpo como as do afeto, as do conhecimento como as do espírito. Tais fomes múltiplas, que se apresentam em tão vários níveis e ante objetos de substância tão diversa, mostram as reais carências dos seres humanos, sendo estas sintomas de suas possibilidades ainda não realizadas.

As possibilidades humanas, dimensões do humano ainda não bem realizadas, apresentam-se e antecipam-se nos sonhos acordados, diurnos, dos que Bloch desenvolve ampla fenomenologia, assim como os sonhos noturnos são interpretados pelas diversas escolas da psicanálise.

A ciência aplicada à medicina busca a superação da dor, da doença, da morte, assim como dos limites naturais da genética. Inúmeras questões novas e desafios nos são colocados para a reflexão ética em nosso tempo justamente por causa dos avanços realizados pela ciência genética e pela medicina, que transformam hoje em realidade os sonhos acordados dos cientistas de ainda há pouco. O que hoje é possível e mesmo o que é real seriam considerados utópicos, com certeza encarados como impossíveis no século XVIII e em grande parte do século XIX, talvez também na primeira parte do século XX, ou mesmo em todo ele, entre o comum dos mortais que não acompanham de perto a evolução dos conhecimentos científicos. O desejo de controlar a dor, a doença, a morte, melhorando a qualidade geral e alongando a expectativa de vida, continua a animar o progresso das ciências que apóiam a medicina, e é de causar espanto a transformação, neste último século, da potência utópica em realidades ou potencialidades à beira da realização.

A arquitetura dá veemente testemunho de ir em busca da realização da utopia, identificada esta com o sonho humano da criação do espaço ideal para

a felicidade e a representação da dignidade da vida humana.

E este mesmo impulso se mostra no esforço para superar fronteiras, alma do que Bloch chama de utopias geográficas, que inspiraram as grandes navegações do tempo do Renascimento alimentadas pelo sonho do Eldorado, assim como leva hoje à pesquisa de outros lugares para o homem na exploração espacial.

Por sua vez, a literatura registra de modo muito particular as imaginações de um modo de vida social sem miséria e sem desigualdades, seja predominantemente pela ordem ou pela liberdade. A história literária das utopias na modernidade é uma história rica e nada inócua, cheia de criatividade positiva, em ligação muito estreita com a realidade moderna, posta em contínuo movimento atrás da realização da utópica idéia de progresso, com o que este contém de processo de mudança e avanço científico-tecnológico, mas também de promessa de felicidade.

A ciência aplicada à técnica moderna busca superar os limites que prendem o homem ao trabalho penoso, à falta de tempo para o descanso, à lentidão da viagem, ao chão da terra. Os movimentos sociais na modernidade buscam igualdade, fraternidade, liberdade, maior justiça nas relações humanas, quer dizer, condições para a felicidade, individual e coletiva.

O impulso de ser-mais, melhor e mais feliz, aparece no cotidiano, manifestando-se no detalhe da vestimenta, do enfeite, da maquiagem, assim como se expressa e fala mais alto na fantasia que se eleva acima do comum e cotidiano, no picadeiro, no palco, no carnaval. Nas artes, sobretudo na música, o conteúdo da utopia, este núcleo que carrega a substância da felicidade, mostra-se como realidade, embora fragmentária.

É evidente que estamos lidando com um conceito *sui generis* de utopia, que precisamos considerar com cuidado.¹

Neste universo conceitual, os sonhos acordados, diurnos, não se identificam ao impossível; os sonhos diurnos coletivos das assim chamadas utopias, em vez do impossível, tal como o preconceito vulgar quereria afirmar, indicam o possível embutido no real, sendo que cada tempo possui sua “utopia concreta”, aquele novo histórico que “está por ser realizado”, à beira de tornar-se realidade.

Para Ernst Bloch, cuja idade adulta e ativa cobre o período de 1907 a 1977, a utopia concreta foi o socialismo, a luta de emancipação socialista pela afirmação de novos direitos das classes trabalhadoras e a conquista de novas condições humanas de igualdade, dignidade, felicidade.

A felicidade de caráter individualista é considerada ideológica, enganosa e precária. A busca da felicidade coletiva, de caráter altruísta, é também utópica mas, em outro sentido, é também verdadeira e real: verdadeira e digna, moralmente, porque altruísta, e também verdadeira porque, sendo expressão coletiva, indica de modo concreto, politicamente, a possibilidade real.

É óbvio que a felicidade não se encontra por todo lado em redor de nós. Durante a segunda guerra mundial, enquanto escrevia sua grande obra-prima, *O Princípio Esperança*, Ernst Bloch tinha muitos motivos para reconhecer a insuficiência e a infelicidade do presente, ao qual se referia, com forte tom de crítica ao mundo dirigido em função do capital,

¹ Para explorar melhor este conceito, remeto a meus trabalhos anteriores: *Ética e Utopia* (1985), *O Enigma da Esperança* (1999) e *Violência ou não-violência* (2000), cuja Bibliografia orienta adiante.

como ao “momento obscuro do presente”, o que podemos bem compreender, sendo que as tragédias daquele tempo ainda são fantasmas muito vivos nas obras culturais do mundo de hoje.

A felicidade da superação das fomes humanas, inclusive do respeito aos direitos humanos, que correspondem à idéia da dignidade humana, atualmente é esperança. Mas não é “mera esperança”, como algo que se posterga indefinidamente e deva ser classificado entre as ilusões ou, quem sabe, entre as superstições da humanidade. É esperança fundada na realidade, porque o desenvolvimento científico e técnico e a capacidade de produção dos homens já tornou este sonho apto a tornar-se realidade, só sendo necessária a conjunção das condições objetivas com as subjetivas, ou seja, a superação da “estultice culpada”, dos enganos e desvios

políticos e morais, da decisão humana e da liberdade.

Em outros termos, para que a felicidade coletiva possa começar a tornar-se realidade, o desenvolvimento necessário é mais do plano da “vontade política”, do aperfeiçoamento cultural e psicológico, do que antes se diria como “espírito”, pois as condições materiais estão dadas.

Referências Bibliográficas

- ALBORNOZ, Suzana. *Ética e Utopia*. Porto Alegre, Movimento, 1985.
ALBORNOZ, Suzana. *O Enigma da Esperança*. Petrópolis, Vozes, 1999.
ALBORNOZ, Suzana. *Violência ou Não-Violência*. Sta Cruz do Sul, Edunisc, 2000.

Suzana Guerra Albornoz é Professora da UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul.

E-mail: suzanaalb@viavale.com.br

Marx: História e Transformação Social

Nildo Viana

O presente ensaio busca apresentar a teoria da história em Marx. Este pensador elaborou uma ampla e complexa teoria da história que requer uma pesquisa meticulosa para ser compreendida. Realizaremos aqui, em primeiro lugar, uma discussão sobre os conceitos fundamentais da teoria marxista da história e, posteriormente, iremos apresentar a visão marxista do processo de transformação social.

Os Conceitos Fundamentais da Teoria Marxista da História

O que é a história? Esta é a primeira questão que se apresenta para nós. Marx não se dedicou ao conceito de história em seu sentido universal (que engloba a história da natureza e de todos os outros seres existentes) mas tão-somente no sentido da história da humanidade. Está implícito em sua obra que ele concebe a história da humanidade como um processo de engendramento de relações sociais por outras relações sociais.

Porém, este processo de engendramento de relações sociais por outras relações sociais traz duas questões que devem ser respondidas: a questão da historicidade e a questão do engendramento das relações sociais. A historicidade do social nos remete ao problema da continuidade e descontinuidade, da transformação e da permanência das relações sociais. Isto também nos remete à segunda questão, ou seja, ao problema do engendramento das relações sociais. Estas duas questões são, na verdade, duas faces de uma mesma moeda.

O conceito fundamental da teoria da história de Marx é conceito de modo de produção. O *modo de produção* é constituído pelas *forças produtivas* e pelas *relações de produção*. As forças produtivas são os *meios de produção* e a *força de trabalho* enquanto que as relações de produção são as relações sociais instituídas pelos seres humanos no *processo de produção*.

Aqui temos um conjunto de conceitos que precisam ser explicados. As forças produtivas são os elementos necessários ao processo de produção, que Marx divide em *meios de produção* e *força de trabalho*. Os meios de produção são os *meios de trabalho* (oficinas, máquinas, solo, canais, ferramentas, edificações, etc.), e os *objetos de trabalho* (matérias-primas, substâncias auxiliares, etc.), sendo que a diferença entre ambos se encontra no fato de que os meios de trabalho são utilizados para transformar os objetos de trabalho, o que significa que no processo de produção aqueles permanecem os mesmos e estes últimos são transformados. A força de trabalho, por sua vez, expressa o grau de capacidade física e intelectual (técnica) do trabalhador alcançado pelo desenvolvimento social. A força de trabalho é o elemento essencial das forças produtivas, pois é ela o agente do processo de produção (utiliza os meios de trabalho para transformar os objetos de trabalho) e criadora dos próprios meios de produção.

O conceito fundamental para se entender o modo de produção, no entanto, é o de relações de produção. Estas são as relações sociais instituídas pelos seres humanos no processo de produção e

consistem em relações de trabalho e distribuição. Estas relações de produção, quando se instaura a propriedade privada, se tornam relações de propriedade, ou seja, relações sociais entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que possuem tão-somente sua força de trabalho. São, portanto, relações entre classes sociais caracterizadas pelo conflito entre elas.

Neste sentido, podemos dizer que as relações de produção são relações de classes em determinadas sociedades. Daí devemos distinguir duas formas distintas de relações de produção que correspondem a duas formas distintas de sociedade: *as sociedades não-classistas* e *as sociedades classistas*. As sociedades sem classes são as sociedades pré-históricas e indígenas; as sociedades de classes são as sociedades escravista, feudal, tributária, capitalista, etc. Por conseguinte, as relações de produção podem ser relações de classes ou relações de cooperação, sendo que neste último caso inexistente a exploração, as classes sociais.

Marx centrou sua análise nas sociedades classistas, principalmente no capitalismo. Nestas sociedades, o modo de produção é um modo de relação entre as classes sociais, que são constituídas nas relações de produção. Porém, o conceito de sociedade em Marx engloba não só o modo de produção como também o que ele denominou “formas políticas, jurídicas, ideológicas”, etc., geradas pelo modo de produção. Além disso, geralmente existe mais de um modo de produção em uma determinada sociedade. No entanto, existe sempre um *modo de produção dominante*, que constitui as *classes sociais fundamentais*, e um ou vários *modos de produção subordinados*.

Desta forma, o conceito de sociedade em Marx engloba o modo de produção dominante, os modos de produção subordinados e a “superestrutura” (esta expressão foi

utilizada — em poucas ocasiões — por Marx como uma metáfora e não como um conceito e por isso propomos sua substituição por *formas de regularização*, termo que utilizaremos a partir de agora). O modo de produção dominante subordina os demais modos de produção (no caso do capitalismo, o modo de produção capitalista subordina o modo de produção camponês, por exemplo) e determina as formas de regularização (estado, instituições, cultura, ideologias, etc.).

Existe um amplo e polêmico debate sobre a forma como Marx concebia a relação entre forças produtivas e relações de produção e entre modo de produção e formas de regularização. Embora alguns aspectos da obra de Marx possibilitem interpretações diferentes, podemos dizer que Marx compreendia as relações de produção (as relações de classes, o que significa luta de classes) como elemento fundamental e determinante das forças produtivas e das formas de regularização. São as lutas de classes entre as duas classes sociais fundamentais que formam o modo de produção dominante que são o elemento fundamental para se compreender uma determinada sociedade.

Em uma determinada sociedade não existe apenas as duas classes sociais fundamentais, pois existem também as classes sociais geradas pelas formas de regularização e pelos modos de produção subordinados. Por exemplo, na sociedade capitalista não existe apenas a burguesia e o proletariado, mas também o campesinato, a burocracia, etc. Por conseguinte, as lutas de classes envolvem outras classes sociais e tornam o seu processo extremamente complexo.

Outro aspecto muito discutido é o da relação entre modo de produção e formas de regularização. O modo de produção determina e gera as formas de regularização, mas estas, uma vez instituídas (compondo novas classes sociais com interesses próprios), adquirem uma autonomia relativa e exercem, devido

a isto, uma ação de retorno sobre o modo de produção. Mas não devemos esquecer que as formas de regularização possuem uma *autonomia relativa* e que, por isso o elemento determinante é o modo de produção.

Por conseguinte, as relações sociais geram outras relações sociais. O modo de produção dominante engendra um conjunto de outras relações sociais para realizar sua reprodução. Por exemplo, o modo de produção capitalista gerou o estado capitalista para garantir sua *reprodução*. O estado capitalista, enquanto componente das formas de regularização, possui uma autonomia relativa e exerce uma ação de retorno sobre o modo de produção capitalista mas no sentido de sua reprodução, de sua conservação.

Desta forma compreendemos o processo de engendramento de relações sociais por outras relações sociais. Mas falta a questão da historicidade, pois desta forma se vê apenas a continuidade. Falta o momento da ruptura, da transformação. Este é o aspecto fundamental da teoria da história de Marx e dedicaremos um item especial a esta questão.

A Dialética da História

A transformação social tem como fundamento a luta de classes. O modo de produção que gera as formas de regularização é um *modo de relação de classes* e, por conseguinte, um *modo de luta de classes*. Assim como ele engendra formas de regularização cujo objetivo é reproduzir o modo de produção, ele também engendra formas de regularização que buscam sua transformação e mesmo aquelas cujo objetivo é a reprodução do modo de produção são perpassadas pelo conflito de classes e por isso abrem espaço para a transformação.

O “motor” da transformação social são as lutas de classes, nas quais a classe dominante e suas classes auxiliares buscam conservar o modo de produção

dominante e as classes sociais exploradas buscam transformá-lo. Cada classe social, com exceção da classe dominante, traz em si os *germens* de um novo modo de produção, constituindo assim *modos de produção potenciais*. Algumas classes sociais são estereis em sua forma de organização social e, por conseguinte, como alternativa histórica. Em toda sociedade existem classes sociais que representam projetos históricos alternativos e é o desenvolvimento das lutas de classes que determinarão se eles se concretizarão.

Desta forma, a transformação social é resultado das lutas de classes e em um determinado modo de produção existem *possibilidades históricas* que são derivadas da potencialidade expressa em classes sociais determinadas. As classes sociais exploradas constituem as principais *potencialidades históricas* de transformação social e criam *tendências históricas* de transformação social. Assim, as categorias de possibilidade, potencialidade e tendência são de grande importância para a teoria da história de Marx, embora ele não as tenha utilizado amplamente e fornecido uma análise delas, com exceção da expressão “tendência” bastante utilizada por ele em *O Capital* (1988).

Na sociedade feudal, por exemplo, a classe feudal queria conservar sua dominação e outras classes sociais buscavam solapar sua dominação. A classe servil buscou romper com a dominação feudal mas somente esboçou uma nova sociedade em seu período de decadência através das rebeliões milenaristas e messiânicas. Mas outra potencialidade histórica estava presente no declínio da sociedade feudal: a burguesia nascente impulsionada pelo movimento do capital comercial se consolidava e se constituía em classe social em ascensão através do processo de industrialização. A industrialização significa apenas a expansão das relações de classes que

constituíam a própria burguesia e seu futuro rival: o proletariado. Das potencialidades históricas presentes na sociedade feudal se concretizou o capitalismo, ou seja, o conjunto de relações sociais instauradas pela burguesia.

Mas de todas as sociedades classistas Marx se debruçou sobre a sociedade contemporânea, a sociedade capitalista, buscando descobrir a potencialidade histórica de transformação social e atuar praticamente para acelerá-la. Segundo Marx, de todas as classes sociais que enfrentam a burguesia somente o proletariado é verdadeiramente revolucionário. Outras potencialidades históricas dentro do capitalismo são débeis, pois o campesinato constitui uma classe social fragmentada e a pequena burguesia não possui um projeto histórico que não desemboque novamente no capitalismo¹.

O proletariado é revolucionário porque ele traz em si a potencialidade histórica de transformação social por possuir em si os germens de novas relações de produção. Esta classe social não pode implantar uma nova forma de dominação e sua emancipação significa a libertação humana em geral, pois ela, segundo Marx, significa a abolição das classes sociais e por conseguinte de todas as formas de alienação, exploração e dominação.

O proletariado é a principal classe opositora da burguesia e se constitui graças a sua relação com esta classe. É a produção de mais-valor (mais-valia, segundo as traduções inexatas) que constitui a relação entre estas duas classes

sociais e que constitui também o conflito entre elas. A burguesia busca aumentar a extração de mais-valor e o proletariado busca diminuir tal extração. Num segundo momento, o proletariado luta para abolir tal relação e ao fazer isto apresenta o projeto histórico de uma nova sociedade.

Mas quais são as relações sociais que o proletariado pode instaurar? Marx pensava em uma nova sociedade instaurada pelo proletariado que rompia com a divisão social do trabalho e com a relação entre dirigentes e dirigidos. Marx não utilizou a expressão que atualmente se usa para denominar as relações sociais que potencialmente serão engendradas pelo proletariado – autogestão – mas concebeu tais relações da mesma forma que os seus continuadores fizeram posteriormente e que denominaram autogestão. A idéia de uma sociedade autogerida não foi produto da imaginação de Marx mas sim uma percepção que ele e outros pensadores de sua época tiveram a partir da experiência do movimento operário. O grande exemplo histórico que manifestou esta potencialidade foi a Comuna de Paris. Marx tomou esta experiência histórica como a forma finalmente encontrada de sociedade socialista oriunda da práxis proletária e lhe dedicou um texto de homenagem e análise².

O proletariado durante a Comuna aboliu o poder e a propriedade privada e instaurou relações sociais igualitárias e esboçou a formação dos conselhos operários, as futuras instituições responsáveis pela autogestão social em outras experiências históricas, tais como no caso da Revolução Russa (a de 1905 e a de 1917, em sua primeira fase, ou seja, antes do partido bolchevique tomar o poder e usurpá-lo do proletariado em seu nome), a Guerra Civil Espanhola, a Revolução Portuguesa, entre outras.

¹ Marx não percebeu a possibilidade da burocracia (classe social que ele reconheceu a existência em alguns escritos, principalmente *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, mas que lhe reservou em sua concepção uma autonomia muito restrita) buscar se tornar uma nova classe dominante ou se metamorfosear em burguesia de estado, o que ficou em evidência a partir da Revolução Russa.

² Cf. MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. 2ª edição, São Paulo, Global, 1986.

A Atualidade da Teoria da História de Marx

A teoria da história de Marx surgiu no século 19 e mantém-se viva até os dias de hoje. Mas muitos são os questionamentos e as teses de sua superação. No entanto, a grande maioria das críticas endereçadas a esta teoria são, na verdade, críticas a caricaturas dela. Sem falar nas idéias, que até muitos intitulados marxistas defendem, equivocadas do determinismo econômico e do determinismo tecnológico, a teoria da história de Marx foi transformada em mera ideologia, tal como denunciou Karl Korsch, um dos maiores teóricos marxistas do século 20, que foi, justamente por suas posições radicais, esquecido pela história oficial do marxismo.

Mas existem algumas críticas a Marx que parecem mais convincentes, pois questionam a atualidade da concepção marxista da história. Tais críticas colocam em questão a superação do “socialismo real”, o “fim da classe operária”, a “revolução tecnológica” e o “triunfo final e definitivo do neoliberalismo e da democracia representativa”. Mas qualquer análise aprofundada demonstra a fragilidade destas concepções. O socialismo real, na verdade, não passava de um capitalismo de estado e sua crise não contesta as teses de Marx, que nada tinham a ver com o regime implantado na Rússia e demais países que viveram sob o capitalismo estatal.

O fim da classe operária consiste em nada mais do que tomar a aparência como realidade, pois, se há uma diminuição quantitativa do proletariado, isto não quer dizer que ele perdeu seu papel histórico, já que isto não era derivado de sua quantidade e sim do seu caráter de *classe social fundamental envolvida na relação social essencial de nossa sociedade, a produção de mais-valor*. Portanto, o proletariado continua sendo uma classe

fundamental e sustentáculo da sociedade capitalista e da burguesia. A diminuição quantitativa do proletariado, aliás, significa um aprofundamento da tese de Marx, segunda a qual há uma tendência declinante da taxa de lucro, pois a burguesia tende a utilizar cada vez mais tecnologia e menos força de trabalho, e é esta que acrescenta valor às mercadorias, sendo que a tecnologia apenas repassa seu valor, o que significa uma queda da taxa de lucro. A revolução tecnológica também se insere nesta mesma realidade.

A tese do “fim da história” fundamentada na idéia de triunfo definitivo do neoliberalismo e da democracia representativa não só desconsidera a crise tendencial da sociedade capitalista e os graves problemas sociais (desemprego, crise financeira, ascensão da extrema-direita com seu caráter antidemocrático, etc.) como também busca criar mais ideologia que nega a historicidade sem uma fundamentação histórica ou teórica satisfatória, a não ser uma interpretação superficial do mundo contemporâneo, onde se seleciona apenas os fatos que “confirmam” tal interpretação.

Enfim, a teoria da história de Marx não só foi confirmada pelo desenvolvimento da historiografia contemporânea como pelo próprio desenvolvimento histórico, sendo que apenas o processo de transformação social, a revolução autogestionária, ainda não se concretizou, mas que se torna uma tendência cada vez mais forte com o desenvolvimento capitalista, que é um modo de produção transitório e que encontra pela frente inúmeras dificuldades de reprodução.

O movimento autogestionário, por sua vez, ainda não assumiu proporções consideráveis mas tende a se expandir com o desencadeamento de novas contradições e conflitos sociais.

Referências Bibliográficas

- CLEAVER, H. *Leitura Política de O Capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- GUILLERM, Alain & BOURDET, Yvon. *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Afrontamento, 1977.
- LASKI, Harold (org.). *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- MAGALINE, D.A. *Luta de Classes e Desvalorização do Capital*. Lisboa, Moraes, 1979.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 8ª edição, São Paulo, Hucitec, 1991.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. 2ª edição, São Paulo, Global, 1986.
- MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. 2ª edição, São Paulo, Global, 1986.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 1982.
- MARX, Karl. *O Capital*. 5 vols. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. *O Dezoito do Brumário e Cartas a Kugelmann*. 5ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- PANNEKOEK, Anton. *A Luta Operária*. Coimbra, Centelha, 1976.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História. Ensaio Sobre o Materialismo Histórico-Dialético*. Goiânia, Edições Combate, 1997.
- VIANA, Nildo. *A Expansão do Marxismo na Atualidade*. In: *Leitura Alternativa*, ano 1, nº 2, junho de 1999.
- VIANA, Nildo. *Alienação e Fetichismo em Marx*. In: *Revista Fragmentos de Cultura*. Ano 5, nº 11, maio de 1995.
- VIANA, Nildo. *Do "Jovem Marx" ao "Marx da Maturidade"*. in: *Revista Teoria e Práxis*. Ano 1, nº 03, dezembro de 1991.
- VIANA, Nildo. *Escritos Metodológicos de Marx*. Goiânia, Edições Germinal, 1998.
- VIANA, Nildo. *O Capitalismo de Estado da URSS*. In: *Revista Ruptura*. Ano 1, nº 1, maio de 1993.
- VIANA, Nildo. *O Que é Autogestão?* In: *Revista Ruptura*. Ano 4, nº 4, maio de 1996.

Nildo Viana é Professor da UEG – Universidade Estadual de Goiás e Doutor em Sociologia/UnB.

E-mail: nildoviana@terra.com.br

Comunicação: Um Fenômeno Social

Edmilson Ferreira Marques

A comunicação entre os homens existe desde os primórdios da humanidade. Com o passar dos tempos ela foi se desenvolvendo em consequência do desenvolvimento que o homem foi alcançando no modo de produzir para seu auto-sustento até chegar à atualidade, a forma mais desenvolvida e avançada alcançada pelo homem na produção, conseqüentemente, a forma mais avançada na forma de se comunicar. Como afirma Vera Veiga França, “a comunicação existiu desde sempre na história dos homens, e não foi inventada pela imprensa, pela tv, pela Internet. A modernidade não descobriu a comunicação – apenas a problematizou e complexificou seu desenvolvimento, promovendo o surgimento de múltiplas formas e modulações na sua realização”¹.

Comunicar não é só o ato de um indivíduo se expressar ao outro no falar, no gesticular, enfim, no relacionamento de um indivíduo com o outro, mas sim, além desse, a comunicação é toda relação que mantemos com as coisas materiais e não materiais existentes em nosso cotidiano que, de uma forma ou de outra, há uma troca implícita de informações. Neste último caso, acontece uma comunicação indireta entre nós, indivíduos, e as coisas, que nas palavras de Bourdieu, são entendidas como campo simbólico (BOURDIEU: 1989).

A partir do senso comum, a comunicação pode ser entendida como

sendo os diversos meios de comunicação criados na história da sociedade (correio, telégrafos, telefones, radiotelegrafia, cinema, televisão, gramofones, rádio etc). Nesse sentido, evidenciamos que não é nossa intenção discutir, de forma particular, sobre esses diversos meios de comunicação. Almejamos caminhar por outro viés iniciando uma discussão sobre a comunicação de uma forma diferenciada do que hegemonicamente se faz na atualidade². Discutiremos aqui, a comunicação que se formou na realidade contemporânea a partir da relação laboral mercantil, ou melhor, a comunicação conseqüente do modo de produção capitalista.

Assim sendo, antes de iniciar propriamente esta discussão faremos uma breve exposição sobre o modo de produção capitalista, já que, aparentemente, a maior parte da sociedade não tem uma compreensão clara sobre os fatores que permeiam a relação que mantemos nesta sociedade. Nesse sentido, para assegurar a solidez desta análise, tomaremos como suporte metodológico a realidade concreta, dada. Concordando com este método faremos nossas considerações partindo do ponto de vista do proletariado o que nos possibilitará esclarecer fatores que são entendidos ou percebidos de forma invertida do que apresentam ser. Percepção esta causada justamente pela forma de comunicação existente entre os indivíduos na realidade, por isso um fato social.

¹ FRANÇA, Vera Veiga. *O Objeto da comunicação / A comunicação como objeto*. In: HOHLFELDT, Antônio. MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga (organizadores). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001, pág. 41.

² Para uma história dos meios de comunicação ver Asa Briggs & Peter Burke. *Uma História Social da Mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

A Forma de Vida Existente no Mundo Atual

A nossa existência é essencialmente possibilitada a partir do atendimento das necessidades biológicas, naturais de nosso organismo como se alimentar, se vestir, morar etc³. Nas sociedades primitivas essa necessidade era suprida através do contato direto com a natureza. Com o passar dos tempos o homem foi desenvolvendo suas habilidades criativas descobrindo meios de conseguir o alimento de forma mais fácil, desenvolvendo assim a sua produção. É justamente no desenvolvimento desta produção que está escondida a essência da nossa vida. Vejamos isso mais de perto: No alvor produtivo, o produto da produção pertencia ao próprio produtor e cabia a ele utilizá-la como bem entender. Não era algo independentemente e alheio a ele.

Com o desenvolvimento do modo de produção várias mudanças foram ocorrendo nas relações entre os indivíduos. Surgem as sociedades divididas em classes, as quais passaram por algumas etapas em seu desenvolvimento pela história da humanidade - *asiático, antigo, feudal e burguês*⁴ - chegando à sua fase mais desenvolvida compreendida pelo modo de produção capitalista⁵. Alguns fatores podem ser encontrados de forma comum nos vários modos de produção experimentados pelo homem como, por exemplo, entre outros pontos em comum, o fato de que o produto do trabalho do

trabalhador⁶ passa a ser apropriado pelo não trabalhador. Porém, cabe aqui analisar o modo de produção atual, o modo de produção capitalista, o qual, em sua especificidade, segundo Marx, “desapropria o trabalhador das condições de produção”⁷. Neste o trabalhador é submetido ao trabalho alienado, diante do qual “o trabalhador cria a relação de outro homem, que não trabalha e se encontra fora do processo, com o seu trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho acarreta a relação do capitalista (ou qualquer seja o nome que ao senhor do trabalho se quiser dar) também com o trabalho. A propriedade privada constitui, assim o produto, o resultado, a conseqüência necessária do trabalho alienado, da relação externa do trabalhador com a natureza e com si mesmo”⁸. Estabelece-se uma realidade contraditória, assentada na ideologia de uma realidade harmoniosa, existindo de um lado os trabalhadores e de outro os não trabalhadores.

Surge então uma sociedade conflituosa onde de um lado o trabalhador luta pela posse daquilo que produziu e de outro o não trabalhador cria estratégias de enganar o trabalhador a aceitar essa mesma realidade dizendo que esta sempre existiu e que não há como fazer a alteração desta por outra. Essa busca incessante realizada pelo trabalhador pela apropriação de sua produção e do não trabalhador pela apropriação do produto do trabalho do trabalhador é o que Marx e

³ Existem outros fatores que contribuem para a manutenção da vida de uma pessoa (o lazer, a religiosidade etc), contudo, a alimentação é o que sustenta e permite a perpetuação da vida.

⁴ Apud. VIANA, Nildo. *Marx e o Modo de produção Camponês*. In: *Pesquisa & Praxis*. Goiânia: Germinal, 2003, pág. 4.

⁵ Ver a essência do modo de produção capitalista em MARX, Karl. *O Processo Global de Produção Capitalista*. Livro terceiro, vol. VI, São Paulo: DIFEL, 1985.

⁶ No decorrer de nossa discussão, o leitor perceberá que utilizaremos vários conceitos para nos referir aos trabalhadores como: proletários, classe dominada, maioria esmagadora da sociedade, grande parte da sociedade etc. Assim, como, também, para se referir aos dominantes: classe dominante, burguesia, minoria, pequena parte da sociedade etc.

⁷ MARX, Karl. *O Processo Global de Produção Capitalista*. Livro terceiro, vol. VI, São Paulo: DIFEL, 1985, pág. 706.

⁸ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001, pág. 120.

Engels denominaram luta de classes⁹. Segundo as palavras de Engels “todo o desenvolvimento desta sociedade se baseia na contradição. Cada progresso na produção é ao mesmo tempo um retrocesso na condição da classe oprimida, isto é, da imensa maioria. Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para a outra”¹⁰.

É basicamente essa a forma produtiva existente na realidade e a qual irá definir e delimitar a vida existente no mundo atual. O fator primordial da permanência desta realidade são as artimanhas que os indivíduos não trabalhadores buscam para a manipulação desta classe trabalhadora. Criam uma série de instrumentos e elementos para manipular essa maioria de forma que aceitem esta situação de subordinação e continuem vivendo desta forma. Na busca de uma legitimidade na organização social almejada por eles, tendo em vista os privilégios e interesses comuns de sua classe, a burguesia busca reproduzir incessantemente uma consciência distorcida e falsa sobre a realidade em que vivemos, estabelecendo, assim, a falsa consciência.

A ação realizada pela classe dominante sob a classe dominada para efetivar essa falsa consciência (inversão da realidade) acontece através das escolas, das igrejas, dos meios de comunicação de massa, do poder judiciário, do governo, do parlamento, enfim, de uma série de elementos que dão origem à chamada superestrutura, o conteúdo da sociedade por onde ocorre a manipulação do indivíduo da classe oprimida, e, conseqüentemente, a legitimação da

sociedade capitalista e a manutenção dos privilégios daqueles que dominam. É por isso que Marx diz que “a burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais”¹¹. Essa ação planejada na superestrutura efetivada pela classe dominante, caracterizada por Nildo Viana como a forma de regularização das relações sociais¹², é o que conhecemos por política.

É a partir de toda esta conjuntura que a comunicação se desenvolveu chegando à atualidade como um dos principais elementos utilizados pela burguesia para assegurar essa forma de organização. Como se dá a reprodução e legitimação desta comunicação é o que buscaremos discutir a partir de agora. Como partiremos da realidade concreta, dada, faremos uma divisão das formas de comunicação existente na sociedade atual. Essa divisão proposta será feita com o intuito de facilitar o entendimento da discussão da qual propormos. Assim, imaginando as fases de formação de um indivíduo na sociedade capitalista fizemos a seguinte divisão: 1) comunicação familiar (o primeiro contato que um indivíduo mantém com a vida social); 2) comunicação escolar (a segunda forma de comunicação com a qual o indivíduo se relaciona na sociedade); 3) comunicação a partir do cotidiano (nos referimos a aquela comunicação existente fora do âmbito escolar e familiar, ou seja, aquela que acontece em ambientes onde o indivíduo se relaciona com o coletivo social¹³); 4) a

⁹ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2003, pág. 45.

¹⁰ ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1984, pág. 235.

¹¹ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2003, pág. 48.

¹² VIANA, Nildo. *Escritos Metodológicos de Marx*. Goiânia: Germinal, 1998, pág. 22.

¹³ O conceito de coletivo social aqui empregado se refere a todo ambiente existente onde o indivíduo venha estar presente. Seja na cidade (na rua e qualquer espaço “público”) ou no campo (festividades, momentos esportivos etc).

comunicação no espaço da produção (a terceira forma de comunicação com a qual o indivíduo se relaciona; Vamos tratar neste item a comunicação entendida como aquela existente nas linhas de produção, o lugar onde há o embate direto do trabalhador com o não trabalhador); e, 5) a comunicação a partir dos meios de comunicação de massa (a forma de comunicação com a qual o indivíduo está em constante contato na sociedade).

O leitor perceberá que começaremos discutindo sobre a quinta forma de comunicação aqui citada. Justificaremos essa inversão ao finalizar nossa análise.

A Comunicação a Partir dos Meios de Comunicação de Massa¹⁴

Os meios de comunicação podem ser considerados um dos meios por onde a comunicação do mundo contemporâneo se dá e uma das principais características do mundo moderno. Essa forma de comunicação consegue alcançar até aqueles longínquos indivíduos que vivem no meio rural. Ta aí uma das principais características do rádio, que funcionando à pilha, pode ser ouvido em lugares distantes daqueles que são abastecidos pelas redes elétricas. Devido a isso e do baixo custo de um aparelho que há a possibilidade massificada de sua aquisição pelos indivíduos da classe proletária.

Por outro lado, o rádio também é o meio pelo qual há a reprodução da comunicação nos moldes dominantes com maior abrangência representando um problema na vida dos indivíduos que compõem o grupo dos dominados. O problema, não é o rádio em si, mas sim a forma e o modo daquilo que é falado e transmitido. Ou seja, nem tudo pode ser

falado no rádio. As programações radiofônicas são milimetricamente planejadas e a censura atua na sua modelação e estruturação. Aquilo que é veiculado é previamente selecionado e delimitado pelas leis constitucionais. Nesse sentido, as emissoras que desrespeitarem àquilo que foi estabelecido pela censura correm o risco de serem impedidas de funcionarem. De acordo com essa forma de comunicação pode-se dizer que “o resultado dessas intervenções é a distorção da realidade”¹⁵.

É devido a esta estrutura pré-estabelecida pela censura que as emissoras radiofônicas são sujeitadas a manterem uma programação ordenadamente correspondente às exigências judiciárias. Assim, pode-se dizer que a maior parte das emissoras de rádio existentes, principalmente aquelas que têm uma audiência hegemonicamente ampla, estão de acordo com os anseios dominantes e agindo em benefício da classe minoritária. Isso é comprovado pelo simples motivo que se veicularem informações que contrariam a ordem estabelecida podem sofrer com a repressão e serem fechadas.

Contudo, o que define realmente aquilo que será comunicado são os valores burgueses¹⁶. A censura é tão somente a forma de expressão desses valores. Para a legitimação desta expressão criou-se um conjunto de leis e instituições para a sua aplicação. Assim, no ato do seu funcionamento, as emissoras se submetem às leis previamente definidas pelo parlamento, definidas também pela lógica

¹⁴ Comunicação de massa se refere a toda forma de comunicação que mantém contato com um grande número de indivíduos. Ela pode ser instantânea “televisão, rádio, jornal impresso”, ou não, “revistas, folhetos, outdoors, panfletos etc”.

¹⁵ BAGDIKIAN, Ben H. *O Monopólio da Mídia*. São Paulo: Página Aberta, 1993, pág. 66.

¹⁶ Quando falamos em valores burgueses estamos tão somente referir aos interesses da classe dominante que se assentam na manutenção da ordem, o que permite que continuem explorando da força de trabalho do proletário e assim extraindo e se apropriando do mais valor, isto é, uma parte do trabalho não paga ao trabalhador pelo capitalista. Para melhor entender a dinâmica do salário, sua essência, ver “O Capital” de Karl Marx, vol. I e II.

do mercado, para que não sejam transmitidas coisas que não contrariem a ordem estabelecida, que não contrarie à reprodução capitalista. Daí a causa do fechamento de várias emissoras de rádio, ditas comunitárias¹⁷, em consequência da não aprovação ou legalização da concessão pelos órgãos governamentais.

Um outro fator que vem impondo uma maior vigilância à existência de emissoras de rádio comunitárias na atualidade é a predominância de empresas transnacionais em campos nacionais. Essas, por sua vez, em busca do lucro, comercializam as ondas eletromagnéticas. Assim, apoiadas pelo governo, monopolizam as ondas de rádio e aumentam a fiscalização. Na ótica dos donos dessas empresas seria prejuízo se permitissem a abertura aleatória de emissoras de rádio, já que o lucro advém justamente da venda ou cobrança de impostos sobre o uso de canais de transmissão.

A televisão desempenha a mesma função repressiva realizada pelo rádio, porém, com maior rigor e legitimidade. O rádio possui apenas o áudio (o som), e exige apenas da atenção auditiva o que o faz desempenhar uma manipulação social com menor eficácia em relação à televisão, já que, ouvindo o rádio o indivíduo pode ao mesmo tempo dividir sua atenção com outra atividade. A televisão foi uma criação que uniu o

sentido auditivo com o visual, o que exigiu uma maior atenção do indivíduo mantendo-o preso e estático frente às telinhas. A comunicação via imagem e som (televisão), da mesma forma que a comunicação radiofônica é previamente manipulada e selecionada. O filtro auditivo de especialistas, os quais são treinados para selecionar aquilo que irá ou não ao ar, estabelece os rumos da comunicação.

Nos bastidores das emissoras de rádio e televisão existem os chamados editores. Aqueles que fazem a edição (cortes e seleção) do conteúdo a ser veiculado. Essa edição deve seguir um conjunto de regras e estar de acordo com uma série de leis estabelecidas pelos representantes da reles minoritária. Ben H. Bagdikian diz que “em todos os meios de comunicação é normal e necessário decidir o que incluir e o que excluir, o que tratar com ênfase e o que relegar a um segundo plano, quando tratar algo com profundidade e quando mostrá-lo de modo superficial”¹⁸. Assim, para que as edições e essa forma dominante de comunicação não sejam percebidas pelo ouvinte, pela sociedade, o que poderia causar uma certa indignação por parte do “público”, várias estratégias de ocultação da informação *manipulada* vão sendo criadas. Uma delas é a de fazer com que essa informação corresponda à descrição do fato acontecido no cotidiano, de forma que seja recebido e aceito pelos “telespectadores”, reproduzindo um imaginário sustentado na idéia de que o conteúdo destes programas corresponde a uma verdade absoluta.

A partir disso que os profissionais da mídia irão priorizar as informações de variedade. Aquelas condizentes aos diversos fatores acontecidos no cotidiano social. Por exemplo: a grande violência que assola a sociedade; a fome que mata milhares de pessoas; as más condições das

¹⁷ As rádios comunitárias tinham um caráter dito “ilegal”. O fator ilegal se tratava da abertura de canais de transmissão sem a autorização do Ministério das Comunicações. Contudo, nos últimos tempos, referindo ao Brasil, o Congresso Nacional sancionou uma lei de legalização daquelas emissoras que já estavam em funcionamento com o intuito de ter um controle sobre as existentes, assim como de seu conteúdo, e aumentar a fiscalização dificultando a abertura de novas emissoras, o que poderia representar um problema de ameaça à ordem. O nome comunitário por sua vez advém da existência de emissoras radiofônicas que têm um caráter restrito a comunidades locais, alcançando o raio de um quilômetro.

¹⁸ BAGDIKIAN, Ben H. *O Monopólio da Mídia*. São Paulo: Página Aberta, 1993, pág. 37.

“escolas públicas”; o mal ou o bom desenvolvimento econômico de um certo estado nacional ou internacional; as descobertas das corrupções existentes dentro do governo; entre tantas outras informações que seriam difíceis de serem enumeradas neste pequeno texto.

Portanto, o que a televisão, principalmente, busca fazer é demonstrar as conseqüências advindas da forma de organização desta sociedade. Não esclarece, concretamente, o problema real que assola a classe trabalhadora. Como argumenta Bourdieu: “a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade”¹⁹. O que fazem, no entanto, é o contrário do que dizem fazer, ou seja, dizem trabalhar em função e para a sociedade levando a informação necessária para o “cidadão”. Destarte, nada mais fazem do que confundir a grande parte da sociedade dificultando a percepção desta mesma realidade.

Aceite ou não, essa é a realidade que nos deparamos e na qual estamos inseridos e submetidos a viver. Os meios de comunicação de massa utilizam das infinitas contradições existentes neste sistema para transformá-lo num mero espetáculo de rotina. Ao contrário do que se pensa têm como função distrair, entreter e confundir a sociedade, impedindo-a de buscar a efetivação de sua liberdade plena.

A Comunicação no Âmbito da Produção

Entramos agora no campo mais polêmico existente entre os debates da

atualidade, o âmbito da produção. O modo de se produzir e suas conseqüências na atualidade são fatores de constantes debates dentro da academia (um dos lugares onde se dá a legitimação e a reprodução do modo de produção capitalista, pelo simples motivo de ser a universidade uma instituição hierarquizada que respeita as normas existentes com o objetivo único de formar o indivíduo para atuar dentro da sociedade capitalista).

O que pensaria o leitor se questionássemos sobre qual é a comunicação existente entre um empregado e um empregador (um trabalhador e um não trabalhador)? A sua descrição poder ser facilmente percebida desde que se parta da realidade. Vejamos: essa comunicação se assenta na lei da oferta e da procura. Do lado do empregador prevalece implicitamente o seguinte diálogo: _ Eu pago este salário. Quer? Se não quiser, existem vários outros que querem. _ Já do lado do trabalhador uma comunicação restrita e concreta cuja informação é: _ Ou trabalho nestas condições, recebendo esse salário, ou me arrisco a morrer de fome juntamente com minha “família”. Percebe que “o capitalista é sempre livre para empregar o trabalho e o operário vê-se obrigado a vendê-lo”²⁰.

Esta é uma comunicação real e concreta do mundo atual. É uma comunicação que modela a ação de milhares de pessoas a aceitar essa minoria exploradora. A normalidade de tal comunicação na sociedade é o que pretendem a classe dominante através das diversas formas comunicativas estabelecidas na rotineira vida que levamos. Esta repressão sofrida pelos proletários é uma espécie de comunicação que nem precisa ser dita, pois, a mesma já está ecoando no vazio existente no seio da

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, pág. 24.

²⁰ MARX, Karl. *Manuscritos econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001, pág. 78.

sociedade majoritária. Contudo, é no âmbito da produção que o trabalhador vai sofrer verdadeiramente a opressão e exploração. Ali onde a *mercadoria* está sendo produzida por ele que é reproduzida sua condição de oprimido. A comunicação existente neste lugar não ultrapassa os limites da sujeição. De um lado os trabalhadores que se comunicam na situação de inferiores e subalternos, não podendo dizer nada além daquilo que as regras lhes permitem dizer. Do outro o padrão que esbanja do poder de explorar da força de trabalho dos oprimidos, mantendo uma comunicação repressiva e dominante.

Se rebelar jamais. Esse é o lema implícito na forma de organização capitalista. Aquele que ir contra as ordens estabelecidas dentro do âmbito produtivo corre o risco de perder o emprego, e devido ao monopólio existente entre as empresas, corre-se também o risco de não ser admitido por outra empresa. É o que acontece com uma parte destes trabalhadores que são demitidos, ou nem mesmo conseguem um emprego, os quais acabam recorrendo à “violência” e ao “roubo”, a única forma que lhes resta nesta sociedade, após a sujeição laboral, de conseguir os meios necessários para sua sobrevivência. A consequência desta ação revolucionária dos trabalhadores desempregados, através da violência, acaba por receber um tratamento especial, através da criação da efetiva repressão direta, segundo Louis Althusser, pelo aparelho repressivo do estado (polícia, tribunais, prisões etc)²¹. George Lukács afirma: “o desenvolvimento capitalista criou um sistema de leis que atendesse suas necessidades e se adaptasse á sua estrutura, um Estado correspondente, entre outras coisas”²².

²¹ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985, pág. 67.

²² LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pág. 214.

A grande parte da sociedade são vítimas diárias das ações e da forma comunicativa estabelecida pela minoria que governa. O que encontramos na realidade atual é uma forma de comunicação onde uma minoria arma toda uma estrutura a fim de amortecer a luta de classe, impondo seu ponto de vista, seus valores, oprimindo a grande maioria trabalhadora. O dia-a-dia dos trabalhadores na realidade atual é alicerçado em suportes comunicativos caracterizados pela imposição. Essa é uma realidade que tem suas limitações e fragilidade, conseqüentemente, uma realidade que pode ser alterada, transformada. É essa possibilidade mutativa que nos impulsiona a lutar pela efetivação de uma comunicação igualitária, sem imposições.

A Comunicação a Partir do Cotidiano

Para que o indivíduo proletário aceite essa realidade na qual está submetido a viver é necessário ainda que a informação selecionada e construída saia das fronteiras domiciliares e esteja ainda em contato com este indivíduo nos outros patamares de sua vida. É quando se tem a massificação de ícones e símbolos em todas as esferas sociais.

Quem mora na esfera civil, principalmente, ao sair de casa se depara com uma infinidade de propagandas pichadas em muros ou mesmo em outdoors, painéis iluminados etc. Essa é uma comunicação que naturaliza o fator simbólico e mercantil. Além desses, recentemente as empresas vem utilizando carros, os quais, aparelhados com equipamentos sonoros de transmissão em “alta potência”, para veicularem “propagandas” sobre um dado produto e conseguem alcançar até os longínquos espaços domiciliares. Essas propagandas vêm ganhando espaço dentro das academias sendo desenvolvidas a partir de estudos aprofundados tendo como especificidade o desenvolvimento de

técnicas de massificação simbólica que induza e convença a “população” ao consumo.

Para englobar toda a sociedade nos ditames destes valores consumistas, a comunicação existente entre os indivíduos da classe dominante se expande atingindo as classes oprimidas, mantendo um contato intensificado com a massa esmagadora da sociedade. Nesse sentido, ao se relacionar constantemente com os indivíduos, essa forma de comunicação vai se naturalizando emergindo daí um imaginário de ter sempre existido. Essa é uma das formas utilizadas pelos dominantes em defesa do capital para reproduzir e legitimar seus valores. Ou seja, no capitalismo “a população é mobilizada a se engajar nas tarefas necessárias à manutenção do sistema econômico e social através do consumo estético massificados, articulado pela indústria cultural. As tendências à crise sistêmica e deserção individual são combatidas, entre outros meios, através da exploração mercantil da cultura e dos processos de formação da consciência. Assim sendo, acontece, porém, que seu conteúdo libertador se vê freado e, ao invés do conhecimento emancipador em relação às várias formas de dominação, as comunicações se vêm acorrentadas à ordem social dominante”²³.

O indivíduo tem no cotidiano o contato frio e calculista com a comunicação almejada pela classe dominante, ou seja, a comunicação voltada para o consumo visando o lucro. A consequência deste fato não poderia ser outro senão a reprodução do modo de produção capitalista. Aceitar ou não essa forma de vida, passa a ser um fator alheio aos indivíduos da classe oprimida. Não conhecendo a existência de outra forma de

vida continuará reproduzindo e vivendo sob o auspício da dominação capitalista, acreditando ainda estar agindo de forma coerente com os anseios almejados pela grande maioria daqueles que compõem a sua classe.

Contudo, para que haja uma comunicação realmente igualitária é necessário quebrar com essa estrutura formada pela burguesia. Só assim será possível a existência de uma comunicação onde os indivíduos serão valorizados igualmente e suas potencialidades criativas serão desenvolvidas indistintamente das estruturas especializadas. A comunicação não terá que passar por modelagens para serem publicadas. Essa realidade será obra única e exclusivamente da classe trabalhadora.

A Comunicação Escolar

Estamos agora diante de uma das formas de comunicação mais eficazes na formação do indivíduo para a sociedade capitalista, a escola. Depois da família, o espaço escolar é o lugar onde o indivíduo continua sendo preparado para agüentar os fardos da realidade. Com um ambiente altamente hierarquizado estabelece-se no regime escolar uma forma de comunicação voltada para o respeito à ordem, ao que está estabelecido. A escola está provida da ideologia dominante pois cabe a ela legitimar todo o conhecimento, por que o modelo de desenvolvimento predominante na sociedade capitalista exige que qualquer país para se desenvolver precisa investir na educação de massa para dar aos indivíduos um mínimo de conhecimentos ‘científicos’ e noções de civismo e obediência²⁴.

Semelhante ao que acontece nos meios de comunicação de massa, na escola tem-se uma forma de comunicação altamente planejada. Podemos perceber

²³ RÜDIGER, Francisco. A Escola de Frankfurt. In: HOHLFELDT, Antônio. MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga (organizadores). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001, Pág. 133.

²⁴ FERNANDES, Ovil Bueno. *Educação e Desintegração Camponesa*. In: VIANA, Nildo & VIEIRA, Renato Gomes. *Educação, Cultura e Sociedade*. Goiânia: Germinal, 2002, Pág. 46.

isso através da estrutura escolar. Além da hierarquia existente (diretor, coordenador, professores e auxiliares – fortalecendo a naturalização da representatividade e da divisão de classes) tem-se a utilização de livros/mercadorias fabricados com a utilização de conteúdos intencionados para agir de forma eficaz na educação dos indivíduos. A maioria destes livros é produzida por profissionais treinados e especializados na elaboração e sistematização de conteúdos que não dão brechas para que haja a formação de mentes realmente esclarecidas e críticas. Priorizam o saber técnico e mecânico. Basta observar a espécie de comunicação e informação que estes livros trazem para a sala de aula, os quais não contribuem de forma concreta para a formação do indivíduo. A formação que oferecem não passa de um saber superficial, voltada para uma modelagem intencional dos indivíduos, levando-o a aceitar as imposições existentes não só no âmbito da produção mas em todas as instâncias da sociedade.

A escola é um intenso lugar de sistematização da comunicação dominante. Ela arranca a criança da esfera doméstica primária para introduzi-la num espaço [...] o qual não tem a dureza do mundo do trabalho mas prepara para ele²⁵. Os indivíduos, através da escola, são induzidos a não pensarem além daquilo que a classe dominante quer que eles pensem. Aliás, a idéia na qual se baseiam e se sustentam é a de que se os indivíduos não pensarem ou refletirem sob o caos existente, há a estabilização do sistema social e em consequência a reprodução de seus privilégios, pois, não colocarão em xeque essa organização estabelecida. Essa é a visão ideológica reproduzida na sociedade em que vivemos.

A ciência tem um lugar especial nesta tarefa de manipulação social. Além

da divisão do trabalho, com a ciência promoveu-se a divisão do conhecimento impedindo o desenvolvimento de uma comunicação voltada para a crítica real da realidade. Estabelece-se neste momento o parcelamento do conhecimento através da criação ou divisão das diversas disciplinas ou ciências existentes no meio escolar e/ou acadêmico (português, história, geografia, matemática, sociologia, filosofia etc).

O tempo escolar (aproximadamente doze anos, contando o tempo gasto no ensino médio e fundamental sem contar com o ensino superior), é o tempo conseguindo pela burguesia para educar os indivíduos deixando-os aptos a viverem de forma correspondente a esta sociedade. Depois de o indivíduo ser amargamente moldado pela comunicação escolar, o mesmo chega ao final do período escolar acostumado a viver sob a repressão, trazendo consigo a intensa carga repressiva imposta pelos educadores. A escola é tão somente mais um espaço criado pela burguesia para reproduzir as mazelas valorativas de seus anseios, criando opiniões artificiais.

A Comunicação Familiar

A inversão que optamos por fazer na análise das formas de comunicação, foi pelo fato de que na família, além de ser o primeiro contato que o indivíduo mantém com a comunicação do *mundo externo*²⁶ é também o lugar onde todas as formas de comunicação se expressam, mesmo de forma indireta, no sentido de que os pais são portadores de uma forma de comunicação já vivenciadas por ele na escola, no cotidiano, na relação com os meios de comunicação de massa etc, e isso acaba sendo transferido para os filhos. Além disso, é o lugar onde a televisão, o rádio etc, estão constantemente presentes na vida da criança, e com o tempo vai modelando e

²⁵ BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às Ciências da Comunicação*. São Paulo: EDUSC, 1999, Pág. 24.

²⁶ Estamos apenas nos referindo ao mundo externo ao útero materno.

formando a criança antes mesmo de ir à escola.

Contudo, é no âmbito familiar que o indivíduo dá seus primeiros passos, aprendendo a se comunicar de forma correspondente com o mundo, com a sociedade em que vive. Depois da família a criança é levada para a escola onde vai aprender de forma sistemática e concisa a se comunicar com o mundo. Dentro de sua casa os meios de comunicação ajudam nesta educação. A televisão constantemente presente estabelece uma forma de comunicação que faz calar a todos da família, inculcando naqueles indivíduos, na criança principalmente, a comunicação almejada pela classe dominante, ou seja, a comunicação voltada para a permissão da opressão e da submissão. Ao sair de casa um emaranhado de símbolos é posto publicamente mantendo uma comunicação silenciosa com ela. Sendo visto e ouvido variadas vezes, estes símbolos são tornados normais e inofensivos.

No se divertir com o outro de carrinho ou boneca ocorre a relação do capital com a vida infantil do indivíduo. Os brinquedos são meros reflexos de coisas que passam a ser veneradas e desejadas pelos adultos. Assim, ao ver o outro com um “bom” carro, uma roupa “bonita”, uma casa aos moldes dominantes, o indivíduo é induzido a estabelecer uma comunicação voltada para a conquista daquilo que o outro tem e ele não. Assim, vai alimentando e reproduzindo a cada dia os valores burgueses, a defesa da propriedade privada expressa pelo consumo. Uma infinidade de produtos é produzida para alimentar essa ansiedade consumista criada pela classe dominante. Os dominados são induzidos a pedirem carona nesta trama, indo em busca daquilo que “sonham” ter. O seu sonho não passa de um desejo construído e tornado comum, universal. É o puro reflexo da ideologia. No capitalismo todos perdem

sua condição de sujeitos autônomos e viram consumidores-*objetos*²⁷.

A partir da constante relação estabelecida entre os meios de comunicação de massa e o indivíduo; depois de sofrer a opressão do patrão no ato da produção e perceber que a comunicação ali existente apenas beneficia o não trabalhador e lhe suga o quanto possível a sua força de trabalho; depois do constante contato com a comunicação do cotidiano onde o capital mostra claramente sua face demonstrando a desigualdade concreta entre os indivíduos; depois de passar pelo sistema escolar e aprendido a comunicação aceita neste mundo de opressão; o indivíduo pode, enfim, no lar familiar, comunicar com seus consangüíneos de forma igual dependendo de sua posição na hierarquia social. Aqueles que pertencem à classe dominante se comunicam de acordo com os seus valores, ou seja, de forma dominante. Aqueles que pertencem à classe dominada têm enfim uma forma de comunicação diferenciada daqueles. Uma comunicação onde prevalece o sofrimento e a angústia de superar o dia seguinte, o que lhes sugam toda força e ânimo de buscar desenvolver, no final do dia, uma outra atividade que lhes proporcione prazer ou mesmo lhe permita o desenvolvimento de habilidades diversas. Porém, a comunicação dominante prevalece e acaba por dominar a comunicação no lar desses excluídos. A demonstração disto está na crença destes indivíduos de conseguir um dia alcançar os privilégios desfrutados pelos indivíduos da classe dominante, ou seja, de um dia ter o poder material necessário para consumir aquilo que é produzido exclusivamente para a burguesia e conseguirem superar as dificuldades existentes a partir da posse do capital.

²⁷ LIMA, Raymundo de. *Crítica ao Gozo Capitalista*. In: LIMA, PEIXOTO, QUINET e VIANA. *Psicanálise, Capitalismo e Cotidiano*. Goiânia: Germinal, 2002, pág. 39.

A Comunicação no Campo Global

Concluimos então que a comunicação que prevalece no mundo atual é uma forma de dominação que uma minoria estabelece sobre a maioria esmagadora da sociedade, sendo ela consequência da relação de produção, portanto, um fato social, uma consequência das relações sociais. A classe dominante, representada pelo estado, tem todo um aparato legal que lhe assegura a reprodução e legitimação desta realidade onde o produto do trabalho do trabalhador é apropriado pelo não trabalhador. A comunicação existente no modo de produção capitalista não favorece a emergência de consciências críticas e transformadoras. Assim, passa a manipular a consciência da classe trabalhadora, dominando-a e reproduzindo, através do contato constante estabelecido com o indivíduo por meio de todas as esferas sociais, as mazelas do mundo contemporâneo.

O capitalismo estabeleceu uma comunicação onde o consumo é o fator principal a ser comunicado e reproduzido na sociedade. Essa forma de comunicação passa a dominar a consciência da coletividade e os indivíduos são induzidos a efetivarem o consumo propagado pelos meios de comunicação de massa. O consumo das produções supérfluas da indústria cultural é o principal valor almejado pelas classes dominantes e, nesse sentido, a classe dominada é induzida a acreditar que essa é a dinâmica natural das coisas, a qual deve ser acatada e aceita com naturalidade por todos.

A comunicação é consequente do modo de produção estabelecido entre os indivíduos. Assim, estando grande parte da sociedade atual incluída e sustentada no modo de produção capitalista, e estando essa mesma sociedade sujeita à ideologia sustentada pela classe dominante, naturalmente que a grande maioria da sociedade irá corresponder àquela comunicação advinda das linhas de

produção. Por ser um modo de produção contraditório, conflituoso, com a vida da maioria da sociedade, que a vida na atualidade corresponde semelhantemente a ele, isto é, de forma contraditória e conflituosa.

O capitalismo, sob o comando da classe dominante, busca revolucionar constantemente as relações de produção dele originadas, agindo em todas as instâncias da realidade de forma massificada atingindo a maior quantidade possível de indivíduos com o propósito de garantir a sua reprodução. Todos aqueles estágios os quais dividimos estão dentro do modo de produção capitalista, e, conseqüentemente, todos eles carregam consigo a característica fundamental de sua base, ou seja, a comunicação estabelecida no âmbito global da produção. É claro que a comunicação capitalista se expressa com mais rigor em uns e menos em outros. Contudo, expressam de forma comum em todos eles.

É justamente essa massificação da comunicação na consciência do indivíduo efetivada através de toda esfera social, que tivemos a pretensão de expressar e mostrar que a comunicação almejada na atualidade se trata de uma comunicação restrita, individualista e para que ela tenha êxito na sua expressão é necessário que esteja em todos os meios por onde o indivíduo venha a se relacionar com a realidade. É por essa abrangência da comunicação capitalista, tal qual corresponde à forma de produção do mundo atual, que há uma legitimação sistemática das relações capitalistas na consciência dos indivíduos.

A discussão acerca da comunicação na atualidade não pode partir de outro meio senão da própria realidade na qual vivemos, a qual irá caracterizar e definir a forma de comunicação entre os indivíduos na sociedade. Por isso buscamos discutir fatores concretos que não são discutidos

de forma ampla pela maioria dos pesquisadores. A comunicação, como expressamos, define as formas de relacionamento entre os indivíduos. Na sociedade capitalista a comunicação está plenamente definida de acordo com os valores da classe dominante e só poderá beneficiar a ela própria. Assim, para que a comunicação venha a manter uma relação de fidelidade para com os anseios da classe oprimida faz-se necessário cortar pela raiz o definidor desta forma de comunicação. É necessário transformar a sociedade para que a classe oprimida tenha a possibilidade de viver igualmente. A igualdade só é possível em outra sociedade que esteja fora dos parâmetros capitalistas e mercantis. A vida será valorizada quando excluirmos da realidade os mantenedores da opressão. Isso será obra unicamente da classe oprimida e não dos governantes. Fazem nos acreditar que o governo pode transformar e beneficiar os mais “pobres”. Transformar não é reformar. Transformar é estabelecer, através de uma luta concreta, a realização e efetivação da comunicação única e exclusiva da concretização de uma realidade autogestionária.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985
- BAGDIKIAN, Ben H. *O Monopólio da Mídia*. São Paulo: Página Aberta, 1993.
- BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às Ciências da Comunicação*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1984, pág. 235.
- FERNANDES, Ovíl Bueno. *Educação e Desintegração Camponesa*. In: VIANA, Nildo & VIEIRA, Renato Gomes. *Educação, Cultura e Sociedade*. Goiânia: Germinal, 2002.
- FRANÇA, Vera Veiga. *O Objeto da comunicação /A comunicação como objeto*. In: HOHLFELDT, Antônio. MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga (orgs). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LIMA, Raymundo de. *Crítica ao Gozo Capitalista*. In: LIMA, PEIXOTO, QUINET e VIANA. *Psicanálise, Capitalismo e Cotidiano*. Goiânia: Germinal, 2002.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MARX, Karl. *O Capital*. Vol. VI, Livro terceiro, São Paulo, DIFEL, 1985.
- RÜDIGER, Francisco. *A Escola de Frankfurt*. In: HOHLFELDT, Antônio. MARTINO, Luiz e FRANÇA, Vera (orgs). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- VIANA, Nildo. *Escritos Metodológicos de Marx*. Goiânia: Germinal, 1998.
- VIANA, Nildo. *Marx e o Modo de produção Camponês*. In: *Pesquisa & Práxis*. Goiânia, Germinal, 2003.

Edmilson Ferreira Marques é graduado em História/UEG – Universidade Estadual de Goiás.

e-mail: edmilsonmarx@yahoo.com.br

O Programa da Comuna de Paris

Cláudio Nascimento

*“Hoje é a festa nupcial da idéia e da revolução...
Após a poesia do triunfo, a poesia do trabalho”
Le cri du peuple, 30 março 1971*

Há 130 anos (1871-2001) a classe trabalhadora de Paris tentou assaltar o céu. Este movimento ficou conhecido como a Comuna de Paris. O exemplo do povo parisiense ainda é significativo, sobretudo , quando pensamos a questão do poder local, isto é, a ocupação/tomada do aparato estatal e sua transformação em política popular e operária.

A Comuna de Paris foi o acontecimento mais importante da luta pela auto-emancipação dos trabalhadores no século XIX. Pela primeira vez, no período de dois meses, o proletariado teve nas mãos o poder e criou as condições objetivas para extinção do poder político.

De 30 de abril a 5 de maio de 1871, a Comuna eleita em 26 de março por sufrágio universal e majoritariamente formada por trabalhadores da produção, tomou um conjunto de decisões tendentes a destruir o Estado burguês e edificar a democracia direta, uma sociedade socialista autogestionária.

Entre as medidas, contidas na “Proclamação da Comuna ao Povo Trabalhador de Paris”, pela sua importância e pela repercussão que viriam a ter no movimento operário internacional, desde então até nossos dias, destacamos as seguintes:

⇒ combate á burocracia - supressão do funcionamento estatal;

- ⇒ abolição do exercito e sua substituição pelas milícias populares;
- ⇒ interdição do acumulo de cargos;
- ⇒ organização de conselhos operários nas fabricas abandonadas pelos patrões;
- ⇒ redução da jornada de trabalho para 10 horas;
- ⇒ eleição da direção das fabricas pelos trabalhadores;
- ⇒ reforma do ensino;
- ⇒ revolução cultural do cotidiano;

Em nível da organização do trabalho, mola mestra do sistema de exploração, houve uma demolição, pedaço por pedaço, de toda a organização capitalista do trabalho: as fabricas da comuna foram exemplo de democracia proletária. Os operários nomeavam os seus diretores, chefes de equipe, etc. Tinham o direito de revogá-los, eles mesmos decidiam os salários , horários e condições de trabalho; um comitê de fabrica se reunia todos os dias para programar o trabalho. Um verdadeiro autogoverno dos trabalhadores.

Assim, pela primeira vez, veio à luz no mundo real as formas praticas de superação do poder político: a organização do social e do econômico exercida cada vez mais diretamente pelas massas, a eleição pelas massas de todos os intermediários e sua revogabilidade a qualquer momento, a

inexistência de privilégios econômicos para estes intermediários.

As instituições da Comuna de Paris, estruturalmente novas, criadas no próprio processo real, constituíram as bases materiais de um poder político de novo tipo, ou seja, a extinção do poder político. Um Estado gerido por Conselhos Operários democraticamente eleitos, um Estado Comuna.

A Comuna inaugurou a era da expropriação dos expropriados ao decretar a socialização das fabricas abandonadas pelos patrões e ao instaurar um regime de autogestão operaria.

Para Marx,

“O verdadeiro segredo da Comuna residiu em ser essencialmente um Governo de classe operaria, o produto da luta de classes dos produtores contra a classe dos expropriadores, a forma política por fim descoberta, pela qual se podia realizar a emancipação econômica do trabalho”.

Ainda para Marx:

“A Comuna foi uma revolução, foi o ressurgimento da autentica vida social do povo, realizada pelo povo, foi uma revolta contra o poder executivo e as formas parlamentares”.

Para Bakunin:

“A Comuna foi uma negação audaciosa, bem clara, do Estado e a exaltação da ação espontânea e comum das massas, dos grupos de associações populares, porque as massas têm, eminentemente, o instinto socialista”.

Por sua vez, Lênin reconheceu na Comuna a primeira tentativa feita pela revolução proletária para destruir a máquina do Estado burguês:

“A Comuna ensinou o proletariado europeu a pôr concretamente os problemas da revolução socialista...A causa da Comuna é a revolução social, a emancipação política e econômica total dos trabalhadores, a do proletariado universal. E, neste sentido, ela é universal”.

Assim, exaltada por vários revolucionários, a Comuna foi a primeira grande revolução moderna.

Muitos foram os motivos do aniquilamento da Comuna de Paris pela burguesia europeia. Contudo, assinalemos apenas duas condições analisadas por Lênin: “para que uma revolução social possa triunfar, duas condições ao menos são necessárias: as forças produtivas altamente desenvolvidas e um proletariado bem preparado. Mas, em 1871, estas duas condições faziam falta. O capitalismo francês era ainda pouco desenvolvido, e a França era sobretudo um país de pequeno-burgueses (artesãos, camponeses, comerciantes, etc)... Mas o que fez falta à Comuna foi o tempo e a possibilidade de se orientar e de abordar a realização de seu programa”.

O Contexto da Comuna de Paris

Antes de apresentarmos o Programa de governo da Comuna, vejamos alguns reflexões que elucidam a dinâmica e a natureza da experiência da classe operaria se tornar uma força estatal, ou, nas palavras de Gramsci, hegemônica, ser governo.

Vejamos em duas partes; na primeira, a conjuntura de Paris, na perspectiva da força da classe operaria.

Na segunda, alguns elementos da dinâmica de poder.

1] A situação econômica e social apresentava uma burguesia forte e ampliada no Segundo Império. Iniciava-se uma classe operaria concentrada nas grandes fabricas e em algumas regiões francesas, porem, a pequena industria e o artesanato eram numericamente predominantes e, a Franca era um país rural.

Grandes impérios industriais dominavam a Franca. Schneider ocupa 10 000 operários na industria metalúrgica no Creusot; de Wendel ocupa cerca de 10 000 em suas fabricas

siderúrgicas da Lorena. As Minas d'Anzin ocupam mais de 10 000 mineiros. Havia uma grande classe operaria concentrada nas grandes empresas metalúrgicas, siderurgias, têxteis e químicas.

Em 1860, os canteiros navais de Paris tinham mais de 70.000 operários, grande parte vinda da província, num fluxo migratório de proporções enormes, como resultado do processo de concentração da terra e ,atraídos pela reforma urbana do prefeito Haussman.

No Censo de 1866, temos 4.715.084 pessoas empregadas nas fabricas e na industria, mas apenas 1.500.000 operários trabalhavam nas empresas com mais de 10 pessoas. Assim, o fenômeno da concentração foi rápido e brutal, mas limitado a alguns ramos industriais e em algumas regiões geográficas [Paris, Norte, Lorena, Sena-inferior e Lyon].

Entre 37 milhões de habitantes no país, mais de 25 milhões são rurais. Entretanto, as pequenas empresas eram maioria na industria. Paris tinha uma população de 2 milhões de habitantes. A nova divisão administrativa, criada em 1859, tem 20 bairros [arrondissements] com 1.800.000 habitantes. A Paris dos 20 bairros, conta com 442.000 operários em 1866 e, com 550.000 em 1872. Seu numero cresce e também sua concentração, pois o numero de patrões diminui de 650.000 em 1847 para 39.000 em 1872; a relação patrão/operário passa de 1 a 5 em 1847 para 1 a 14 em 1872. Em Paris, existe muitas empresas com mais de 5000 operários e na periferia também.

Cail, na metalurgia, emprega mais de 2.000 operários. Gouin mais de 1.5000 [construção de locomotivas], Gevelot com 1.500 operários em Moulineaux e 400 em Paris. Mas, a maior parte das empresas da metalurgia ocupa 50,20,10 operários.'

Jacques Rougerie assinala o seguinte quadro. Nas profissões tradicionais de Paris, têxtil, calçados, artesanato, predomina a estrutura da pequena industria artesanal. Havia na cidade 3 grandes casas de produção de calçados. Na insurreição as categorias mais presentes foram a Metalurgia, a Construção, Jornalistas.

	População	Revolucionários	Deportados
Metalurgia	8%	12%	12%
Construção	10%	17%	18%
Jornalistas	20%	14%	15%
Têxtil (roupa e calçado)	8%	9%	9%
Livros	10%	10%	9%

Na Guarda nacional temos a seguinte composição:

Para cada 100 guardas, Trabalhadores%
 Livro - 31,9%
 Madeira - 19,2%
 Metalurgia - 16,9%
 Construção - 7,3%
 Empregados b - 36,8%
 Pequenos comerciantes - 23,3%

A Repressão

No Domingo 28 de maio de 1871 caiu a ultima barricada da Comuna. A batalha de Paris produziu 20 000 vítimas; 26000 comunards foram capturados entre 21 e 28 de maio; mais 3 500 nas lutas contra Versalhes, em abril; 5 000 entre prisões em junho-julho. Um total, entre presos e fugitivos e mortos, cerca de 100.000 habitantes parisienses.

Entre os 38 578 revolucionários presos e julgados em 1o de janeiro de 1875, temos 36 909 homens, 1 054 mulheres, 615 crianças com menos de 16 anos. 1 090 foram libertados após interrogatórios. Portanto, cerca de 40 000 prisioneiros e mais de 50 000 julgamentos.

2] Elleinstein analisou a Paris assediada no inverno de 1871. As principais atividades estavam paradas pelo cerco prussiano.

“Rapidamente, a liberdade de imprensa e de reunião ressurgiram, multiplicado o numero de jornais e clubes políticos. A palavra-de-ordem que unificava as diferentes tendências socialistas e radicais, foi a da Comuna... As reuniões publicas eram numerosas e quase diariamente, desde o dia 5 de setembro. Decidiu-se que em cada bairro [arrondissement] seria eleito nas reuniões publicas um comitê de vigilância e que, um comitê central dos 20 bairros seria formado na proporção de 4 delegados por bairro. A federação das escoes parisienses da PRIMEIRA INTERNACIONAL teve um papel determinante na criação desta organização... Foi este Comitê central que adotou na noite do 13 para o 14 setembro 1870 um texto – que foi o primeiro “affiche vermelho” publicado - que é um verdadeiro programa de governo, Era um verdadeiro comitê de frente única agrupando os internacionalistas das diferentes tendências, blanquistas e radicais – um pouco à imagem da Comuna alguns meses mais tarde”.

Sobre a Guarda Nacional, Elleinstein assegura que Bismarck não pensou em desarmar a Guarda nacional... Motivo porque, em Paris, a Guarda nacional teve um papel essencial, dominante mesmo. Já antes do fim do cerco, houve tentativas para realizar uma organização política da GN. Esta nomeava seus oficiais em cada batalhão, mas o comando era nomeado pelo Governo. Foi a 15 de fevereiro 1871 que se reuniu em uma grande sala parisiense, sala de Tivoli-Vauxhall, os delegados dos batalhões de 18 bairros. Neste dia se decidiu a criação de um Comitê central da GN. Uma comissão parisiense de 20 membros foi designada e encarregada de elaborar um projeto de estatuto Comitê central dos 20 bairros manifestou sua existência pôr uma

declaração de principio reconhecendo como único governo a “Comuna revolucionaria da cidade”. Em seguida a varias reuniões, em fevereiro e março, os delegados marcharam para praça da Bastille onde se juntaram a 14 batalhões da GN. Renderam homenagem as vitimas das revoluções de 1830 e 1848 e depositaram bandeiras vermelhas e flores ao pé da coluna de julho.

A GN de 1870, com 300.000 efetivos, conserva o nome antigo mas e uma criação nova de tempos novos; e um organismo político-militar de massa com maioria operaria, com base na vida dos bairros populares e, um poder em potencial antagônico ao poder estatal burguês.

Em 3 de marco, os delegados dos batalhões da GN ,em nova reunião a Tivoli-Vauxhal adotam os estatutos da organização. Um Comitê central provisório e eleito. A organização decide fundar estruturas verticais e horizontais. A base, encontramos as companhias, mais os batalhões, a legião e, enfim, o Comitê central da GN. Entre os 29 membros eleitos na comissão provisória, encontramos 6 membros do Comitê central republicano dos 20 bairros signatários do affiche vermelho de setembro 1870. Entre eles, Varlin e Pindy, membros da Internacional.

Assim, foram estabelecidas relações estreitas entre as 3 organizações, essenciais para Comuna:

1] O comitê central dos 20 bairros,

2] O conselho federal da Associação Internacional dos Trabalhadores,

3] O comitê central da Guarda nacional.

As eleições ocorreram no domingo 26 de marco. O Comitê central da GN lançou um apelo geral, em 25 marco: “Nossa missão terminou. Vamos ceder o lugar no Hotel de Ville a vossos

novos eleitos, a nossos mandatários regulares”.

No bairro numero 11 de Paris, foi formado um comitê central eleitoral republicano, democrata e socialista e que apresentou um programa político mais definido.

1. Direito de viver
2. Liberdade individual
3. Liberdade de consciência
4. Liberdade de reunião e associação
5. Liberdade de palavra, de imprensa e de todos os modos de expressão do pensamento
6. Liberdade de sufrágio.

Em seu plano de organização política, define que:

Política

“O Estado, e o povo se governando por si-próprio, composto de mandatários revogáveis, eleitos pelo sufrágio universal direto, organizado...”.

Trabalho-Produção- Distribuição

“O trabalho coletivo devera ser organizado, o objetivo da vida é o desenvolvimento indefinido de nosso ser físico, intelectual e moral; a propriedade não deve ser que o direito de cada um participar, em razão da cooperação individual, no fruto coletivo do trabalho de todos, que é a forma da riqueza social”.

Outros pontos foram abordados, por exemplo:

Funções Públicas

Defesa Nacional

Justiça e Magistratura

Educação e Instrução

Impostos, Unidades, Repartições, Percepção.

A conclusão reza que,

“Não haverá mais opressores e oprimidos –fim da distinção de classes entre os cidadãos, fim das barreiras entre os povos- a família, sendo a primeira forma de associação, todas as famílias se unirão em uma maior, a partia – nesta personalidade coletiva ,superior `a humanidade”.

Entre os membros do Conselho geral, temos 25 operários, entre os quais, 6 metalúrgicos, prova do caráter operário da Comuna.

O Conselho geral se reunia regularmente, as vezes à noite, às vezes em sessão secreta. A estas reuniões participava um grande numero de pessoas. A partir do 13 de abril, relatórios destas sessões foram publicados no Jornal oficial. Ao lado do Conselho geral, havia comissões especializadas, em numero de 10,funcionando a partir do 29 marco.

No 24 fevereiro, na Vauxhall, dois mil delegados participam de uma Segunda assembléia. O clima e de pleno acesso, e a reunião termina com uma forte manifestação na parca da Bastilha. A federação, orago político-militar de massa, e concebida por delegados segundo um plano muito simples, baseado no principio fundamental da eleição pela base, da responsabilidade e da revogação dos chefes, em todos os níveis, isto e, a companhia elege os seus delegados, estes escolhem delegados de batalhão, que, por sua vez, designam os delegados gerais, ou generais de legião, estes últimos, compõem o Comitê central, que funciona segundo o principio da gestão coletiva de comando.

O Comitê de delegados dos 20 bairros elaborou uma Declaração de Princípios, em 22/23 fevereiro 1871. Esta Declaração retoma vários pontos do Regulamento do 18/19 outubro 1870,elaborado pelo Comitê dos 20 bairros. O regulamento apresenta um salto de qualidade a nível político:

“Todo membro do comitê de vigilância declara pertencer ao partido socialista revolucionário. Em consequência, busca com todos os meios suprimir os privilégios da burguesia, seu fim como casta dirigente e ,o poder dos trabalhadores. Em uma palavra, a igualdade social .Não mais patrões, não mais proletários, não mais classes.

Reconhece o trabalho como a única base da sociabilidade o produto integral do trabalho deve pertencer aos trabalhadores 'No plano político,...se oporá em caso de necessidade com a força, a convocação de qualquer Constituinte ou outro tipo de Assembléia Nacional, antes que a base do atual quadro social não seja mudada por meio de uma liquidação revolucionária política e social. A espera desta revolução definitiva, não reconhece como governo da cidade que a Comuna revolucionária formada por delegados dos grupos revolucionários desta mesma cidade Reconhece apenas como governo do país, o governo formado por delegados da Comuna revolucionária do país e dos principais centros operários. Empenha-se no combate por esta idéia e a divulgara, formando onde não existe, grupos socialistas revolucionários. Articulara estes grupos entre si e com a Delegação central. Porá todos os meios que dispõe ao serviço da propaganda pela Associação internacional dos trabalhadores'."

Vittorio Mancini destaca os seguintes pontos deste programa: 'A síntese teórica realizada no documento entre luta social e luta política, a visão histórica absolutamente nova do período de transição entre a revolução política e a edificação da sociedade igualitária, a relação corretamente intuída entre centralismo e democracia operária, autonomia municipal e unidade nacional, são aquisições que portam o sinal de uma dialética social desconhecida em 1789 ou em 1793; o patriotismo tradicional e superado, no quadro de uma estratégia revolucionária que não reconhece limites o militante socialista deve por em primeiro lugar a propaganda da associação internacional do trabalhadores; luta a todo momento pela Republica social universal'.

Rougerie remarca a democracia direta:

"Governo direto, controle permanente dos eleitos pelos eleitores, revogabilidade permanente dos mandatários pelos mandatados: assim se estabeleceu a verdadeira soberania popular". O exercício deste governo popular fez-se através de "uma boa cinquentena de clubes, funcionando em

abril e maio de 1871 - a maior parte nas Igrejas laicizadas- e que controlavam alegremente as ações dos eleitos para Comuna."

O Documento supera quaisquer correntes, tais como blanquismo, federalismo proudhoniano, anarquismo bakuniano, marxismo. Na verdade, e um produto da criatividade teórica do proletariado em uma situação de crise revolucionária. O Decreto de 16 de abril conclama :

"À Comuna de Paris

Considerando que uma quantidade de fabricas foram abandonadas por seus patrões para escapar as obrigações cívicas, e sem levar em conta os interesses dos trabalhadores; Considerando que devido a este covarde abandono ,numerosos trabalhos essenciais á vida comunal estão interrompidos e a existência dos trabalhadores comprometida;

Decreta:

As câmaras sindicais operarias estão convocadas à constituírem uma comissão que tem por objetivo:

1] Fazer uma estatística das fabricas abandonadas, e um inventario exato do estado em que se encontram e os instrumentos de trabalho existentes;

2] Apresentar um relatório sobre a rápida ativação destas fabricas, não mais pelos desertores que as abandonaram, mas pela associação cooperativa dos trabalhadores nelas empregados.

3] Elaborar um projeto de formação destas sociedades cooperativas operarias;

4] Constituir um júri para fundamentar em estatuto, quando do retorno dos patrões, sobre as condições de cessão definitiva destas fabricas para as sociedades operarias e sobre a cota de indenização que se deve pagar aos patrões."

Rougerie analisa o decreto do 16 de abril:

“Com a Comuna, a utopia começou a existir na prática. O Decreto tinha por objetivo buscar nas organizações operárias algumas fabricas onde pudessem iniciar o movimento. Desde o 24 abril, o delegado na Comissão do Trabalho e de Trocas, Leo Frankel convocou uma reunião dos representantes sindicais. No 25, foi convocada o sindicato que iria ficar à frente do movimento, os metalúrgicos. Os outros sindicatos atenderam a convocação, e no 4 maio estava definitivamente constituída uma Comissão executiva permanente dos sindicatos.

Apesar do pouco tempo da experiência, a operação obteve resultados importantes. Uma dezena de fabricas confiscadas, sobretudo as que interessavam à defesa militar, recuperação de armas, fabricação de cartuchos e balas de canhão. Cinco empresas haviam feito o recenseamento das fabricas antes da confiscação. A Comuna tinha igualmente a sua disposição, os estabelecimentos industriais pertencentes ao Estado, Moeda, Impressora Nacional, Manutenção, Manufaturas de Tabacos, algumas empresas de armas e, tinha confiado sua gestão a seus trabalhadores.

O que freou os sindicatos foi sua desorganização consecutiva à repressão do fim do Império, e com o cerco de Paris. Restaram apenas 3 sindicatos fortes, metalúrgicos, alfaiates, sapateiros.

O sindicato dos metalúrgicos [um dos mais influentes e numerosos, com 5 ou 6 000 filiados, controlava 20 fabricas de recuperação e de fabricação de armas, uma por bairro, em que a mais importante era a das oficinas Louvre. Um de seus membros, Avrial, Diretor do material na Comissão de

Guerra e membro da Comuna, era muito ativo no sindicato. As vésperas da derrota, os metalúrgicos tentaram tomar uma das maiores fabricas metalúrgicas da capital, a fabrica Barriquand, que tinha conhecido durante o Império greves violentas. Em torno de um sólido núcleo de fabricas, algumas com mais de 100 trabalhadores, que os metalúrgicos pensavam conquistar o controle da produção.

Os alfaiates obtiveram da Comuna a preferência sobre as empresas privadas e, em maio, tinham o monopólio da “vestimenta” da Guarda Nacional para suas fabricas. Os sapateiros não tiveram a mesma oportunidade: Godilot detinha o monopólio da fabricação de calçados para Comuna, o que impediu o confisco de sua empresa, mas gerou protestos violentos na categoria.

As outras categorias eram menos ativas e menores, exceto, a siderurgia, os gráficos, serralheiros, etc. A Comuna foi um momento de intensa retomada sindical, com o apoio da Comissão do Trabalho e Trocas. Organizaram-se, sempre com o fim de confiscar e gerir a produção: papeleiros, cozinheiros, etc.

Inclusive os garçons de café e os porteiros de edifícios.”

A Gestão Operária

Ainda Rougerie:

“Nas fabricas socializadas reinava a mais estrita gestão operaria. Eis o regulamento interno dos operários da fabrica de armas do Louvre [onde houve uma disputa com um diretor autoritário nomeado pela Comuna].

Art. 1. A fabrica fica sob a direção de um delegado da Comuna. O delegado para direção será eleito pelos operários reunidos, e revogável toda vez que não cumprir seu dever;...

Art. 2. O diretor da empresa e os chefes de setor serão igualmente eleitos pelos operários reunidos; serão responsáveis de seus atos e mesmo revogáveis...

Art .6. Um Conselho será reunido obrigatoriamente todo dia, às 5 h 1/2 de releve, para deliberar sobre as ações do dia seguinte e sobre as relações e propostas feitas, seja pelo delegado na direção, seja pelo diretor da empresa, o chefe de setor ou os operários delegados.

Art.7. O Conselho se compõe do delegado na direção, do chefe de empresa, dos chefes de setor e de um operário por cada setor eleito como delegado.

Art. 8. Os delegados são renováveis todos os 15 dias; a renovação será feita pela metade, todos os 8 dias, e por função.

Art.9. Os delegados deverão prestar contas aos operários ; serão seus representantes diante do conselho da direção, e deverão levar suas observações e reivindicações...

Art. 13. A contratação de operários seguirá o seguinte: por proposta do chefe da empresa, o conselho decidirá se há vagas para empregar os operários e determinará os nomes. Os candidatos as vagas poderão ser apresentados por todos os operários. O Conselho será o único a fazer a avaliação.

Art.14. A demissão de um operário só poderá ocorrer por decisão do Conselho, com um relatório do chefe da empresa...

Art.15. A duração da jornada é fixada em 10 horas..."

Diante do Programa da Comuna, recorremos a visão de Elleinstein de que,

"Mais que as medidas concretas tomadas pela Comuna, são as tendências gerais do movimento que importa de olhar". Mais as intenções dos atores do que suas ações, pois tiveram pouco tempo, numa conjuntura de guerra, para concretizar seu Programa.

Proclamação Ao Povo Trabalhador

Em 28 marco, a Comuna de Paris foi proclamada em uma memorável atmosfera de entusiasmo e mobilização popular. A imprensa

revolucionaria acentua o caráter de festa do evento.

O jornal 'Le Cri du Peuple, de 30 marco 1871, conclama:

'A Comuna foi proclamada. Os batalhões que, espontaneamente, marcharam pelas ruas, cais, bulevares, soam no canto a fanfarra da trombeta ,fazendo ribombar o eco e bater os corações com o bater do tambor, vieram aclamar e saudar a Comuna, dar-lhe a promulgação soberana da grande parada cívica que desafia Versalhes, rindo, armas nas costas, em direção aos faubourgs, impregnando de rumores a grande cidade'.

A Comuna foi proclamada

Hoje e a festa nupcial da idéia e da Revolução.

Amanhã, cidadão-soldado, para fecundar a Comuna aclamada e abraçada a vigilância, necessitara retomar, sempre fieis, agora libertos, o próprio posto na fabrica .

Após a poesia do triunfo, a prosa do trabalho.

"O povo trabalhador de Paris e seus arredores proclama a fundação da COMUNA E PARIS. Os delegados dos conselhos de bairro constituídos em Assembléia da Comuna, único poder soberano, decretam:

Artigo I.

As velhas autoridades de tutela, criadas para oprimir o povo de Paris, são abolidas, tais como, comando da policia, governo civil, câmaras e conselho municipal. E, as suas múltiplas ramificações: comissariados, esquadras ,juizes de paz, tribunais, etc. , são igualmente dissolvidos.

Artigo II.

A Comuna proclama que dois princípios governarão os assuntos municipais: a gestão popular de todos os meios da vida coletiva; a gratuidade de tudo o que é necessário e de todos os serviços públicos.

Artigo III:

O poder é exercido, no âmbito dos princípios a seguir indicados em pormenor, pelos conselhos de bairro eleitos. São eleitores e legíveis para estes conselhos de bairro todas as pessoas que nele habitem e que tenham mais de 16 anos de idade.

Artigo IV:

Sobre o problema da HABITAÇÃO tomam-se as seguintes medidas: expropriação geral dos solos e sua comunização, requisição das residências secundárias e dos apartamentos ocupados parcialmente; são proibidas as profissões de promotores, agentes de imóveis e outros exploradores da miséria geral; os serviços populares de habitação trabalharão com a finalidade de restituir verdadeiramente à população parisiense o seu caráter trabalhador e popular.

Artigo V:

Sobre os TRANSPORTES tomam-se as medidas seguintes: o “metro”, os autocarros, os trens suburbanos e outros meios de transportes públicos são gratuitos e de livre utilização; o uso de viaturas particulares é proibido em toda a zona parisiense, com exceção das viaturas de bombeiros, ambulâncias e de serviço a domicílio; a Comuna põe à disposição dos habitantes de Paris um milhão de bicicletas cuja utilização é livre, mas não poderão sair da zona parisiense e seus arredores.

Artigo VI:

Sobre os SERVIÇOS SOCIAIS tomam-se as seguintes medidas: todos os serviços ficam sob controle das juntas populares de bairro e são geridos em condições paritárias pelos habitantes de bairro e os trabalhadores destes serviços; as visitas médicas, consultas, assistência médica e medicamentos são gratuitos.

Artigo VII:

A Comuna proclama a anistia geral e a abolição da pena de morte e declara que a sua ação se baseia nos seguintes princípios: dissolução da polícia municipal, dita polícia parisiense; dissolução dos tribunais e tribunais superiores; transformação do Palácio da Justiça, situado no centro da cidade, num vasto recinto de atração e de divertimento para crianças de todas as

idades; em cada bairro de Paris é criada uma MILICIA POPULAR composta por todos os cidadãos, homens e mulheres, de idade superior a 15 anos e inferior a 60 anos, que habitem o bairro; são abolidos todos os casos de delitos de opinião, de imprensa e as diversas formas de censura: política, moral, religiosa, etc ;

Paris é proclamada terra de asilo e aberta a todos os revolucionários estrangeiros, expulsos pelas suas idéias e ações.

Artigo VIII:

Sobre o URBANISMO de Paris e arredores, consideravelmente simplificado pelas medidas precedentes, tomam-se as decisões seguintes: proibição de todas as operações de destruição de Paris: vias rápidas, parques subterrâneos, etc; criação de serviços populares encarregados de embelezar a cidade, fazendo e mantendo canteiros de flores em todos os locais onde a estupidez do “urbanismo do automóvel” levou a solidão, a desolação e ao inabitável; o uso doméstico (não industrial nem comercial) da água, da eletricidade e do telefone é assegurado gratuitamente em cada domicílio; os contadores são suprimidos e os empregados são colocados em atividades mais úteis.

Artigo IX:

Sobre a PRODUÇÃO, a Comuna proclama que: todas as empresas privadas (fabricas, grandes armazéns, etc.) são expropriados e os seus bens entregues à coletividade; os trabalhadores que exercem tarefas predominantemente intelectuais (direção, gestão, planificação, investigação, etc) periodicamente serão obrigados a desempenhar tarefas manuais; todas as unidades de produção são administradas pelos trabalhadores em geral e diretamente pelos trabalhadores da empresa, em relação à organização do trabalho, distribuição de tarefas; fica abolida a organização hierárquica da produção; as diferentes categorias de trabalhadores devem desaparecer e desenvolver-se a rotatividade dos cargos de trabalho; a nova organização da produção tenderá para assegurar a gratuidade máxima de tudo o que é necessário e diminuir o

tempo de trabalho. Devem-se combater os gastadores e parasitas “profissionais”. Desde já são suprimidas as funções de contramestre, cronometrista, psicotécnico e fiscal.

Artigo X:

Os trabalhadores com mais de 55 anos, que desejem reduzir ou suspender a sua atividade profissional, têm direito a receber integralmente os seus meios de existência. Este limite de idade será menor em relação a trabalhos particularmente custosos.

Artigo XI:

É abolida a ESCOLA “velha”. As crianças devem se sentir como em sua casa, aberta para a cidade e para a vida. A sua única função é a de torná-las felizes e criadoras. As crianças decidem a sua arquitetura, o seu horário de trabalho, e o que desejam aprender. O professor antigo deixa de existir: ninguém fica com o monopólio da educação, pois ela já não é concebida como transmissão do saber livresco, mas como transmissão das capacidades profissionais de cada um.

Artigo XII:

A submissão das crianças e da MULHER à autoridade do pai, que prepara a submissão de cada um à autoridade do Chefe, morreu.

- O casal constitui-se livremente com o único fim de buscar o prazer.

- Portanto, a propriedade privada é abolida.

- A Comuna proclama a liberdade de nascimento: o direito de informações sexual desde a infância, o direito ao aborto, o direito a anti-concepção.

As crianças deixam de ser propriedade de seus pais. Passam a viver em conjunto na sua casa (a Escola) e dirigem a sua própria vida.

Artigo XIII:

A Comuna decreta: todos os BENS DE CONSUMO, cuja produção em massa possa ser realizada imediatamente, são distribuídos gratuitamente; são postos à disposição de todos nos mercados da Comuna.

Bibliografia Sobre a Comuna

- A Comuna / teatro. Republica Popular Moçambique,1979
- ANDRIEU, Jules. Notes Pour servir à l'histoire de la Commune de Paris de 1871. Spartacus, août/septembre 1984.
- ARRU, Angiolina. Clase y partido en la 1a Internacional[el debate sobre la organizacion entre Marx, Bakunin y Blanqui - 1871-1872. Comunicacion, Madrid, 1974.
- Autogestion et Socialisme. Les Anarchistes et l' autogestion. numero 18-19,1972.
- Autogestion et Socialisme. Charles Fourier. numero 20-21/1972
- Autogestion et Socialisme. La Commune de Paris. Cahier n. 15,mars 1971
- BAKOUNINE, M. La Rue, Revue culturelle et litteraire d' expression anhrchiste. Numero 22. Edité par le groupe libertaire. Louise Michel. Paris,1976
- BAKOUNINE. M. Federalisme, Socialisme, Antitheologisme. Editions l'age d' Homme. Montreux,1971.
- BANCAL, Jean. Proudhon, Pluralisme et Autogestion [2 tomes]. Aubier-Montaigne,1970.
- BERNARDO, João. Para uma teoria do modo de produção comunista. Afrontamento,1975
- BERT, Andreas. La Liga de los Comunistas. Ediciones de cultura popular.1977
- BERNSTEIN, Samuel. Storia del socialismo in Francia. Dall' Iluminismo alla Comune [volume due] Editori Riuniti,1963.
- BOOKCHIN, Murray. The third revolution, popular movements in the revolutionary era. Volume 2. Cassel,1998
- BOURDET, Yvon et Guillermin, Alain. Clefs pour l' Autogestion.Seghers,1977.
- BOURDET, Yvon. La Delivrance de Prométhée. pou une theorie politique de l' autogestion. Ed.Anthropos, Paris 1970
- BOURDET, Yvon. Pour l'Autogestion. Ed.Anthropos, Paris 1974
- BOURGIN,G. La Commune,1870-1871. Les Editions nationales, 1939
- BRUHHAT,J.,Dautry J.Tersen E. La Commune de 1871.Ed.Sociales,1960
- CARR, E.H. Michael Bakunin. Biografias Grandesa. Ed.Grijalbo,1970
- DUCLOS, Jacques. Bakunin y Marx.Biografias Grandesa.Ed.Grijalbo,1979.
- DOLLEANS, Édouard. Histoire du Mouvement Ouvrier [t.1 de 1830-1871/ t.2 de 1871-1920]. Armand Colin. 1967
- ELLEINSTEIN, Jean. Reflexions sur la Commune de 1871. Julliard, 1971.

- FERNANDES, Jose - A Comuna de Paris, 1871. [breve nota histórica]. Em, Socialismo Autogestionário. Cedac/FNT,1978.
- GUILLERM, Alain. L'Autogestion généralisée. C. Burgois Editeur. Paris 1979.
- HAUPT, G. El historiador y el movimiento social. siglo veintiuno,1986
- JAMES, CLR. They showed the way to labor emancipation. On Karl Marx and the 75th anniversary of the Paris Commune. In, Labor Action,18.03.1946
- KRIEGEL, Annie. Le Pain et les Roses.jalons pour une histoire des socialismes. PUF.1968
- KRIEGEL, Annie. Las Internacionales Obreras.Ed.martinez Roca,1977
- La Comuna de Paris/topoteca. El Viejo Topo,12/sep. 1977
- La Commune de Paris. Revue Autogestion et Socialisme. cahier n. 15.mars 1971
- La Commune de Paris. Par Michel Winock.Formation CFDT,1971
- La Première Internationale. par Christian Labrande. UGE, Paris,1976.
- La Primeira Internacional. [2 Tomos].Editorial Fundamentos1977
- LEFRANC, Georges. Le Mouvement Socialiste sous la troisième republique [1875-1940]. Payot,1963.
- Le Internazionali Operaie. Documenti Della Storia, 3. Loescher Editore, Torino,1983
- Les Communards. J.P. Azema et M. Winock. éditions du Seuil,1964
- LISSAGARAY, P. Olivier. Histoire de la Commune de 1871.PCM,1983.
- LOUIS, Paul. Histoire Du Socialisme en France.de la Revolution a nos jours,1789 -1936. Marcel Riviere,1936
- MANCINI, Vittorio. La Comune di Parigi, storia della prima rivoluzione proletaria. Savelli,1975.
- MANDEL, Ernst. *Controle ouvrier, conseils ouvriers, autogestion (Anthologie, 3 tomes)*. FM, Paris 1970.
- MARX, Engels, *Lenine. Sur la Commune de Paris*. Éditions du Progres. Moscou, 1971.
- MARX, K. *La guerre civile en France*. Editions sociales,1975.
- MÓLNAR, Miklos. *El declive de la Primera Internacional*. Edicusa, Madrid, 1974.
- NASCIMENTO, Cláudio. *A Questão do Socialismo,da Comuna de Paris à Comuna de Gdansk*. Cedac,1986
- NASCIMENTO, Cláudio. *As Lutas Operárias Autônomas e Autogestionárias*. Rio de Janeiro, Cedac, 1986.
- NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão e Economia Solidária. Temporaes, revista do FFLCH/USP,1999.
- NIN, Andreu. Las Organizaciones Obreras Internacionales. editorial Fontamara,1978
- NOEL, Bernard. Dictionnaire de la Commune [2 tomes.] Flammarion,1978.
- Os Dias da Comuna / teatro. B .Brecht. Editorial Caminhos,Porto,1981
- Pelo Socialismo Autogestionário. Edições base. Lisboa 1979
- POLICARPO, Helena. Dossier Comuna de Paris. Revista Autonomia Sindical / basefut,Lisboa,1981
- Procés des Communards.presentés par Jacques Rougerie. Collection Archives,Gallimard,1978
- RIMBERT, Pierre. La Revolution Communiste de Paris 1871, Faits et Documents. Spartacus,octobre 1971
- RIVIALE, Philippe. La ballade du temps passé,guerre et insurrection de Babeuf à la Commune.édithions anthropos,1977
- ROSAL, Amaro del. Los Congresos Obreros Internacionales en el siglo XIX. Grijalbo,1975.
- ROUGERIE, Jacques. Paris libre - 1871.Le seuil,1971
- ROUGERIE, J. & Haupt, G. Bibliographie de la Commune de 1871. Le Mouvement Social, n.37-1962
- Self-Governing Socialism. A Reader. Volume One. Historical Development Social and Political Philosophy. IASP, New York,1975.
- TROTSKY e outros. A Comuna de Paris. Laemmert, 1968.
- VARLIN, Eugéne *Practica Militante y Escritos de un Obrero Comunero*. Ed. Zero, Bilbao, 1977.

Cláudio Nascimento é autor de, entre outras obras, *As Lutas Operárias Autônomas e Autogestionárias; Rosa Luxemburg e Solidarnosc; A Questão do Socialismo: da Comuna de Paris à Comuna de Gdansk*.

E-mail: claudan@terra.com.br

A Política de Formação do Profissional em Geografia

e os Desafios de Atuação da Sociedade Contemporânea

Tadeu Alencar Arrais

*O geógrafo pretende ser útil.
Sente dentro de si arder uma
vocação filantrópica e ao mesmo tempo
um anseio de participar do poder.
Um sentimento justifica o outro.
Pierre George*

A sociedade contemporânea coloca para os profissionais de geografia novos desafios, muito embora também repita os desafios pretéritos. A política de forma o do profissional de geografia, seja o geógrafo ou o professor, ambos com possibilidade de atua o no campo da pesquisa, não está desvinculada de um amplo debate político que envolve, entre outras coisas, a rela o entre Estado e o mercado. Para desenvolver nossa argumenta o sobre o tema vamos partir de três linhas de pensamento, amplamente relacionadas: 1) Breve retrospecto da política de forma o do profissional de geografia; 2) As diferentes culturas institucionais e suas tensões na a o geográfica; 3) A a o pedagógica como elemento chave na atua o contemporânea.

1) Breve retrospecto da política de forma o do profissional de geografia

Quem   o profissional de geografia? As repostas mais comuns oscilam entre o professor e o geógrafo, em outros termos, o licenciado e o bacharel. Essas denomina es não ocorrem por acaso. O dado particular   que as atividades do professor e do bacharel em geografia estão regulamentadas por lei e foram instituídas em tempos diferentes e por políticas de forma o também diferentes, conduzidas pelo Estado

brasileiro. Vejamos de forma resumida como isso ocorreu.

Os temas da geografia existem no sistema escolar desde muito tempo. Os próprios Jesuítas, no período de coloniza o, não deixaram escapar reflexões de geografia, mesmo que relacionadas aos textos clássicos. O Colégio Pedro II, uma das mais tradicionais institui es de ensino do século XIX, também dedicou aten o   geografia no seu currículo, algo, aliás, muito comum nos compêndios escolares. Já no primeiro quartel da década de 1920, figuras ilustres como Delgado de Carvalho e Everaldo Beckhauser iniciaram cursos de forma o para professores, conforme nos lembrou Vlach (2004). Mas um sistema de ensino nacional, vinculado com a forma o de professores em Universidades,   produto do segundo quartel do século XX, atendendo diretrizes da reforma de Francisco Campos. Na década de 1930 criam-se, por exemplo, Universidades em São Paulo e no Rio de Janeiro e a partir daí institui-se a forma o de professores. Desse momento em diante, pode-se dizer, inicia-se a demanda por profissionais do ensino de forma o superior.

Durante a década de 1930, período que pode ser caracterizado como de interven o do Estado nas mais diferentes linhas do ordenamento territorial

brasileiro, com a criação de ministérios, empresas estatais, campanhas de ocupação do Oeste, criação de um aparato legal em diversas áreas, como anotou Ianni (1988) em *Estado e Planejamento no Brasil*, é fundado o IBGE. Criado em 1937, décadas antes da regulamentação da profissão de geógrafo, o IBGE absorveu em seus quadros profissionais de diversas áreas. As tarefas do IBGE eram ambiciosas. Dentre elas esteve a de regionalizar um país pouco conhecido pelo Estado. A divisão regional elaborada por F. Guimarães, por exemplo, foi oficializada pelo IBGE. Não haveria espaço aqui para escrever sobre a importância do IBGE para geografia brasileira. Foram centenas de técnicos, de diferentes matrizes teóricas, convivendo com tendências diferentes, como a francesa (dos primeiros mestres) e a norte-americana. A tradição do IBGE muito contribuiu para a profissionalização do geógrafo-planejador, com vínculos com Estado, muito embora sua profissão só tenha sido regulamentada pela lei 6.664, de 1979.

Na verdade, a história contemporânea da formação do profissional de geografia pode ser compreendida como uma história de desencontros. Isso porque desde a década de 1930 até os dias atuais, os profissionais de geografia tem como espaço inicial de formação a Universidade, seja o professor ou mesmo o geógrafo. A partir daí, ao que parece, a trajetória desses profissionais bifurca-se para o ensino básico/superior e para o planejamento. Os desencontros podem ser notadas nos próprios eventos promovidos pela AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), uma vez que a participação de professores do ensino básico tem sido irrisória. Esses argumentos remetem à discussão sobre as diferentes culturas institucionais e a atuação do profissional de geografia, o que faremos a partir de agora.

2) As diferentes culturas institucionais e suas tensões na ação geográfica

Todos sabemos e festejamos o amplo leque de lugares de atuação do profissional de geografia: escolas, órgãos de planejamento ambiental e regional, empresas de consultoria, Universidades, centros de pesquisas, ONGs, etc. O que chamamos de atuação tem relação direta com as culturas institucionais e com o propósito de nossa ação. Na crítica de Lacoste (1993) à *New Geography* encontramos uma frase ilustrativa dessa linha de raciocínio: “*Geógrafos mais ou menos proletarizados para pesquisas parcelares confiscadas por aqueles que as pagam*”. Como sempre, Lacoste (1993) coloca o dedo na ferida. Aponta para a relação entre a cultura institucional Universitária e a cultura institucional privada, o que leva a consideração entre as relações entre saber e poder, salientadas por Foucault (1997), em *Vigiar e Punir*.

As culturas institucionais tem relação com os lugares de atuação e as tensões estabelecidas entre os sujeitos que atuam, isso porque quem atua são os sujeitos e não as instituições. A cultura institucional, por exemplo, de uma escola pública é diferente da cultura institucional de uma escola privada, o mesmo podemos dizer das Universidades. Nas próprias Universidades, nos departamentos de geografia, encontramos culturas institucionais diferentes. Tendências que procuram aproximar e organizar o saber geográfico a partir de demandas mercadológicas, onde ação política é banida e também tendências que afirmam o papel da Universidade pública e o compromisso com uma sociedade mais justa e os movimentos sociais.

É importante compreendermos as tensões existentes entre os sujeitos que optam por diferentes espaços de atuação. Não se trata, como argumentam alguns, de uma postura de âmbito pessoal, o que desvia da discussão política sobre a produção do saber nos espaços públicos.

O lugar de formação inicial do geógrafo é a Universidade e, em termos gerais, a Universidade pública. O principal lugar de atuação dos professores são as escolas e Universidades públicas. Basta dizermos, por exemplo, que existem hoje mais de 180.000 escolas públicas de nível fundamental, segundo dados do INEP (2002), para verificarmos a demanda por professores de geografia. Isso também tem ocorrido em outros países, como nos Estados Unidos, como podemos atestar no livro organizado por Vesentini (2004). Em relação ao bacharel, o campo de trabalho também tem aumentado. Entretanto, não chega próximo do magistério. As linhas de atuação previstas na lei 6.664, de 1979, seja na administração pública, no planejamento regional-urbano e ou mesmo no planejamento ambiental, não são campos exclusivos dos geógrafos, ao contrário, este disputa espaço com profissionais de diversas áreas.

3) A ação pedagógica como elemento chave da atuação contemporânea

Planejar. Lecionar. Pesquisar. Historicamente esses três elementos da prática do profissional de geografia foram marcados por duas características principais. A primeira foi uma visão vertical dessas atividades e a segunda sua pouca integração. Vejamos bem.

Tanto planejar, quanto lecionar e pesquisar, durante muito tempo, foram vistos como atividades verticais, onde a centralidade estava no sujeito planejador, no sujeito professor ou mesmo no sujeito pesquisador. Demandaria muito tempo reproduzir as implicações dessa visão de planejamento técnico-autoritário, seja no campo econômico, regional ou mesmo ambiental. Em relação ao ensino podemos dizer o mesmo, uma vez que a centralidade do professor no processo ensino-aprendizagem, nas vertentes pedagógicas tradicionais, tiveram grande influência na educação brasileira, como

podemos observar em *Democratização da Escola Pública*, Libâneo (1986). O mesmo Estado autoritário que planejou a intervenção, investiu em um sistema escolar que atendia suas demandas. Não por acaso o nacionalismo patriótico tenha sido uma orientação muito forte nos conteúdos de geografia, conforme já assinalou Vlach (1988), em dissertação de mestrado que enfocou o tema. A relação entre política territorial e política educacional envolveu a ideologia da construção da forte e homogênea nação brasileira, tal qual festejada pelo hino da república. Em linhas gerais, até o movimento de renovação da geografia com expressão nos livros didáticos, os conteúdos de geografia não estimularam outras falas, outros sujeitos. O Estado, de diferentes formas, assumiu a centralidade, como sujeito do progresso.

Um outro problema refere-se à fragmentação. Muito embora, na formação inicial, a Universidade centralize todas essas atividades, na prática, a fragmentação não foi superada. A própria definição de licenciatura e bacharelado, de forma separada, estimula isso. Os Institutos de Educação Superior, seguindo as orientações da LDB de 1996, também favorecem a fragmentação.

Na verdade, tanto a excessiva valorização de alguns sujeitos (Estado) quanto a fragmentação entre a formação licenciada e bacharel, responderem à políticas educacionais nem sempre discutidas com os profissionais da área. É o caso da LDB e sua lógica, como afirma Debrey (2003), neoliberal, que atende os indicadores de produção. O mesmo pode-se dizer das mudanças decorridas nos parâmetros curriculares, atendendo a idéia dos saberes e competências, bem ilustradas no relatório da UNESCO *“Educação, um tesouro a descobrir”*. Os discurso das competências, presente no ensino, inverte a lógica dos sujeitos, transformando reduzindo o conhecimento ao aspecto cognitivo e reificando a idéia

de competição, como atestam os críticos de P. Perrounod (1999).

Esse modelo de ensinar, planejar e pesquisar não responde mais as demandas da sociedade contemporânea, muito menos às necessidades de uma geografia preocupada com um mundo melhor. Tanto o ensinar, como o pesquisar e planejar exigem uma ação pedagógica, no sentido muito bem colocado por P. Freire. Uma ação mais horizontal, mais dialógica, mais envolvente. Vejamos como:

No **planejamento**, por exemplo, o papel dos atores locais e sujeitos na elaboração do que Boisier (1996) chama de projetos regionais é importante. Ao propor uma intervenção o geógrafo não pode limitar-se a estabelecer relações numéricas numa prancheta ou num mapa sem vida, sem atores. Agindo assim estará minimizando o papel das comunidades e sua capacidade de resposta. O orçamento participativo, mesmo com falhas, pode suscitar um modo diferente de intervenção. A noção de autonomia, trabalhada por Lopes (2004), sob influência de Castoriadis (1982), é fundamental para evitarmos os erros de um passado recente que mitificou o planejamento. Planejar, parafraseando o mesmo autor, não é planejar algo, mas planejar para alguém. Daí a importância da dimensão pedagógica no trabalho do geógrafo. Certamente esse caminho é mais difícil que aquele de reduzir nosso trabalho a feitura de mapas e representações, algo que empobrece nossos horizontes.

No **ensino**, desde pelo menos a década de 1960, autores como P. Freire (1987, 2000) vem sugerindo uma pedagogia dialógica. Uma relação ensino aprendizagem centradas nos sujeitos sociais e, por isso mesmo, transformadora. Lacoste (1986), em *O Ensino de Geografia*, nos alerta para o fato de não termos considerado em nossas aulas a dramaticidade dos conteúdos. Ensina que

o problema da geografia da tradicional não foi somente a descrição, mas a omissão da ação. E que ação é essa? É a ação política dos atores sociais. A ação, nesse sentido, implica numa lógica pedagógica totalmente diferente. Descobre-se, com os alunos, uma geografia da prática, muito parecida com as propostas de P. Freire. Os horizontes que se abrem para nossa geografia nascem daí. De uma prática que jamais será substituída por novas tecnologias, porque é uma prática fundamentalmente humana.

Na **pesquisa**, seja na formação inicial ou na continuada, lidamos ultimamente com um sem número de recursos que, em tese, nos aproxima de nossos objetivo. Muitas vezes, esquecermos, porém, que esses objetos tem cor, sons, classes, etc. A tesa por isso tipo de procedimento empobrece as pesquisa. A atitude pedagógica, em relação à pesquisa, tem relação com a teoria do conhecimento. Toda teoria, nos ensina Morin (1999), em *Ciência com Consciência*, é biodegradável. Nossas pesquisas também deveriam ser. A sedução pelo novo, pelos financiamentos em projetos de remodelação ambiental, em levantamentos cartográficos, aumentam a distancia do pesquisador em relação ao seu objeto e a pesquisador, sob a ótica do financiamento privado, torna-se um consultor de luxo. O mundo de hoje, assim como o de ontem, exige uma outra prática de pesquisa.

G. Rocha (2001), em artigo publicado na Terra Livre n.11/12, lança a idéia de um “geógrafo educador”. Seu argumento torna claro a necessidade de um professor de geografia que também planeje, que discuta no âmbito da escola, seja no PPP (Projeto Político Pedagógico) ou na comunidade, alternativas de desenvolvimento. Daí um bom caminho. Outros autores da geografia, como Cavalcante (1998), ou mesmo pedagogos como S. Pimenta (2003), tem alertado para a prática da pesquisa por professores,

seja no estágio ou mesmo na sua atuação. Tudo isso é válido e valoriza nossa formação e os nossos campos de atuação. Entretanto, é preciso estar atentos para as políticas de formação, ligadas às reformas estruturais porque passa o Estado, uma vez essas políticas interferem de modo significativo nos nossos espaços de atuação. Nunca é demais lembrar que os espaços onde atuamos são espaços de tensões. São espaços onde se confrontam diferentes projetos.

Para finalizar nossa reflexão, ressaltamos dois pontos. O primeiro é que a política de formação do profissional de geografia envolve debates sobre nossa profissionalização, tanto na formação inicial quanto continuada. As reformas curriculares, seja no ensino básico ou superior são a prova disso, uma vez que interferem, de maneira global, em nossa formação. Ao lado dessas discussões devemos estar atentos para os discursos e as práticas que, sorrateiramente, desvalorizam a Universidade pública. A defesa da Universidade Pública deve ocupar o centro de nossas atenções. O segundo ponto é que existe uma margem, seja no planejamento ou no ensino, onde podemos estimular a construção de autonomia. Atravessar essa margem ou não é uma opção política. Uma opção de ação política. A vocação filantrópica e a vontade de participar do poder que se refere George (1972), não é privilégio dos geógrafos, mas da condição humana. É nosso dever negar a idéia romântica de vocação e propor um outro discurso que entrará em choque, certamente, com outros sujeitos sociais, com outras culturas institucionais. É nosso dever fomentar a tensão, uma vez que ela pode gerar o debate e revelar os sujeitos sociais camuflados na manta institucional. Daí uma tarefa que exige disposição.

Referências Bibliográficas

- BOISIER, Sergio. *Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político*. Chile: Planejamento e Políticas Públicas., n° 13, 1996.
- CARTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 5ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- CAVALCANTI, L. de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. São Paulo: Papirus, 1998.
- DEBREY, Carlos. *A lógica do capital na educação brasileira*. Goiânia: Alternativa, 2003.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- GEORGE, Pierre. *Os métodos da geografia*. São Paulo: DIFEL, 1972.
- _____. *Pedagogia da autonomia*. 15ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- IANNI, O. *Estado e planejamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- INEP. *Números da educação no Brasil – 2001*. BRASIL. MEC. Brasília, 2002.
- LACOSTE, Yves. *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 3a. ed., Campinas, SP.: Papirus, 1993.
- LACOSTE, Yves. O ensino de geografia. In.: LACOSTE, Yves. *La ensananza de la geografia*. Curso proferido na Universidade de Salamanca. Espanha: 1986. extraído de: www.geocritica.br. Acessado em 20/05/2005.
- LIBÂNIO, J. C. *Democratização da escola pública*. São Paulo: Loyola, 1987.
- LOPES, M. *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: ARTMED, 1999.
- PIMENTA, S. G. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ROCHA, Genylton O. Rego da. Uma breve história da formação do(a) professor (a) de Geografia no Brasil. *Terra Livre*. N. 15. AGB-Nacional. 2001.
- UNESCO. *Educação, um tesouro a descobrir*. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Portugal, Lisboa: Edições Asa, 1998.
- VESENTINI, J. Willian. Realidades e perspectivas do ensino de geografia no Brasil. In.: *O*

ensino de geografia no século XXI. São Paulo: Papyrus, 2004.

VLACH, Vânia. *A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1988.

_____. Ensino de geografia no Brasil – uma perspectiva histórica. In.: *O ensino de geografia no século XXI*. São Paulo: Papyrus, 2004.

Tadeu Alencar Arrais é Doutor em geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF e professor da UFG.

e-mail: tadeuarrais@bol.com.br

Mudança da Capital do Estado de Goiás: Ruptura com o Passado

Clarismar Gomes de Abreu

O presente texto busca apontar os possíveis motivos que estimularam Pedro Ludovico ao assumir o governo do Estado de Goiás promover a mudança da capital do Estado.

Antes de abordarmos os fatos regionais que contribuíram para a decisão de mudar a capital precisamos lembrar que paralelamente as possíveis intenções locais de criar uma nova cidade coincidiam os interesses nacionais de urbanização e de modernização e também a política de integração nacional. Sendo esta última um dos caracteres de um estado centralizador. Getúlio Vargas deu novo impulso às políticas de controle territorial e político das fronteiras da *nação brasileira*¹. Muitos historiadores se valem de um dos termos dos ideólogos do Estado Novo e definem como “marcha para o oeste” esse momento em que o governo nacional buscou povoar as regiões interioranas despovoadas ou dominar politicamente aquelas afastadas do litoral. Goiás era uma das regiões *contempladas* com tal política. Assim os interesses locais de Pedro Ludovico se encaixaram aos interesses nacionais de Getúlio Vargas. Isso assegurou principalmente o apoio financeiro à Pedro Ludovico na luta pela construção de uma nova cidade para ser a capital do Estado. Caso o estado dependesse de seus poucos recursos financeiros dificilmente teria condições de materializar a idéia da nova cidade.

¹ “O processo revolucionário iniciado em 1930 e completado em 1937 teve dimensão restauradora da nacionalidade” (NASCIMENTO, 2002: 31).

Assim, economicamente já temos uma justificativa para o que possibilitou a recuperação e, principalmente, a concretização do desejo antigo de tirar da cidade de Goiás o título de centro administrativo do Estado². O fator econômico não era o único enclave a tal realização. Era preciso também vencer a barreira política que se opunha a empreitada que Pedro Ludovico reavivou e que destinaria grande empenho para sua realização.

Precisamos lembrar o contexto que possibilitou a ascensão política de Pedro Ludovico para entendermos o porque e quem fazia oposição a essa transferência. Na década de vinte do século passado existia uma dualidade de forças políticas em Goiás. De um lado estavam os Caiados que detinha hegemonia política³; de outro

² Um ponto comum na produção historiográfica goiana mudancista é buscar as raízes para a mudança da capital num passado anterior a Pedro Ludovico e oriunda de pessoas de *estima*. Daí lançam mão principalmente de discursos datados de 1754 onde Conde dos Arcos propõe a mudança da sede do governo para Meia Ponte (atual Pirenópolis) ou de 1830, quando Miguel de Lino Moraes propõe a mudança para Água Quente (atual Caldas Novas). Sempre se apóiam em tais pronunciamentos devidos a tais personalidades apontarem como motivos principais o fator da insalubridade da cidade de Goiás e de seu isolamento comercial e também para demonstrar que a mudança não era uma questão política, visto que era um desejo já anterior ao governo que concretizou a mudança.

³ “O caiadismo que dominava Goiás com balaço e cutelo. Todo o Estado tinha medo nessa época” (Jornal Opção. Última entrevista com Pedro Ludovico).

estavam os oposicionistas liderados por Pedro Ludovico.

Ao observarmos o contexto da época percebemos que dificilmente a oposição se tornaria situação senão por meios *extra-democráticos*⁴. Esse grupo oposicionista integrava a Aliança Liberal que veio em 1930 articular a revolução que tomou para si o poder político do Brasil. Serviram-se de meios *extra-democráticos* para alcançarem esse poder mas valeram-se de um discurso de que esses meios apenas foram usados para recuperarem a democracia, visto que anteriormente o coronelismo, mandonismo entre outros meios⁵ impediram que a democracia reinasse. Mas o que se percebe é que “*após 1930, manteve-se o padrão de exclusão: continuou a concentração de riquezas, as desigualdades regionais se aprofundaram, permaneceu a relativa estreiteza do mercado interno, não houve alteração da estrutura agrária e não se conheceu a democratização do poder*” (SILVA, 2001: 21)

De situação à oposição, as forças caiaistas buscavam impedir qualquer crescimento político da situação. A transferência da capital da cidade onde tinha forte base política⁶ para outro território representava ao mesmo tempo seu enfraquecimento político e o crescimento político de Pedro Ludovico. Além dessa oposição política, havia a oposição local de parte da população

motivada pelas perdas socioeconômicas proporcionadas pela mudança da capital. A disputa política se dava principalmente porque haviam eleições à serem realizadas no ano de 1934. Pedro Ludovico precisava *usufruir* os quatro anos de intervenção que tinha caso desejasse permanecer como governador. Era preciso realizações políticas que representassem ao eleitorado goiano a necessidade de continuação dessas realizações.

A essas realizações foram ligados termos como progresso e modernização. Os grupos políticos que ascenderam ao poder político em Goiás a partir da revolução de 30 buscaram estabelecer dentro da sociedade da época a idéia de que representavam a modernidade que vinham para substituir o atraso a que Goiás anteriormente estava submetido⁷. E uma das estratégias ideológicas adotadas por tal grupo está o fato de caracterizarem a modernidade como *progresso, o culto do novo e a rejeição do passado* (CHAUL, 1997: 231). Esse governo seria novo em oposição ao velho governo, proporcionando dessa forma um novo tempo. Tenta-se criar uma representação de uma divisão temporal entre o velho e o novo⁸. O novo governo para perpetuar-se

⁴ “O movimento realizou, pela via extralegal, o que as oposições nunca haviam conseguido, em Goiás, pela via legal: tornarem-se governo” (SILVA, 2001:122).

⁵ “As oligarquias predominavam em todos os Estados do Brasil. Através delas, predominavam a violência, o arbítrio, o paternalismo, o autoritarismo. Ninguém podia ir contra aquela situação” (JORNAL OPÇÃO. Última entrevista com Pedro Ludovico).

⁶ “Os políticos da capital controlaram, antes de 1930, o executivo estadual, a representação federal e, enfim, a política estadual” (CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da Capital: uma estratégia de poder. in BOTELHO, 2002: 180)

⁷ “O movimento de 1930 marca, até de forma mítica a construção de um ‘Brasil Novo’. O Estado Novo é colocado como um divisor de águas entre o ‘Velho Brasil’ e o ‘Brasil novo’” (NASCIMENTO, 2002: 84).

⁸ Sobre essa divisão temporal imposta na mentalidade das pessoas ANZAI no seu trabalho sobre a vida cotidiana na zona rural do município de Goiás nos aponta esse caráter: *O marco final adotado no trabalho – o ano de 1930 – foi estabelecido em função dos próprios depoimentos dos trabalhadores rurais pesquisados, que o percebem como a inauguração de um novo tempo, o tempo da conquista do ir e vir, da libertação da ‘dívida do gaste’ que sobreveio com o movimento de 1930 em Goiás. Na representação que os trabalhadores pesquisados fazem de 1930, o ‘novo tempo’ aparece como um dom, que lhes foi concedido pelo governo revolucionário de Pedro Ludovico Teixeira. O tempo histórico é por eles dividido em ‘antes e depois do dr.*

valeu-se do discurso de que ele, ao contrário dos governos anteriores, traria o progresso e a modernização ao Estado⁹.

Para auxiliar na representação de um novo tempo e um governo novo foi idealizada uma obra que sintetizasse e simbolizasse esses ideais, uma cidade construída sob os moldes da modernidade. Assim, Pedro Ludovico poderia deslocar o centro administrativo do Estado para uma nova cidade pronta a ter sua história construída, além desta nova cidade simbolizar as idéias do novo governo.

O governo então buscará firmar a idéia do novo governo, da nova cidade porque segundo Le Goff “mais do que uma ruptura com o passado, ‘novo’ significa um esquecimento, uma ausência de passado (...) mas ‘novo’ tem, antes de mais nada, o sentido de recém-aparecido, de nascimento, de puro” (NASCIMENTO, 2002: 138).

Pedro Ludovico ao assumir o governo buscou romper com o passado através da representação de que seria um novo governo que traria progresso e modernização ao estado. Construir uma nova cidade que representasse tais ideais e paralelamente mudar o centro político do Estado para uma região neutra politicamente foi a principal política adotada para garantir a hegemonia política de seu grupo político. Para justificar a mudança Pedro Ludovico se valeu de apontar a precariedade técnica e salubre da cidade. Realmente estes critérios podem ser motivadores, porém, o local escolhido deixa-nos a impressão de que haviam interesses políticos. Afinal, dentre as possíveis cidades que poderiam abrigar

a nova cidade, o local escolhido foi um local politicamente neutro e sem tradição política, diferentemente de Bonfim, que na minha opinião naquele momento possuía maiores condições técnicas para abrigar a nova cidade.

Referências Bibliográficas

- ANZAI, Leny Caselli. *Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás 1888-1930*. Dissertação de Mestrado UFG. 1985.
- BOTELHO, Tarcisio Rodrigues (et al.). *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Editora UFG. 2002.
- CHAUL, Nasr N. Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da Capital*. Goiânia: Editora UFG. 1988.
- CHAUL, Nasr N. Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência ao limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG. 1997.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2002.
- SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: Cãnone Editorial e Agepel. 2001.

Clarismar Gomes de Abreu é Graduando em História na UEG – Universidade Estadual de Goiás.

e-mail: clarismargomes@yahoo.com.br

Pedro, que ‘derrubou os caiado’ e ‘libertou o trabalhadores rural’. Neste caso, portanto, privilegiou-se o marco político, por ser representativo em termos da região estudada (ANZAI, 1985: 10).

⁹ “Carl E. Shorske observa que, nos últimos cem anos, o ‘moderno’ serve-nos para diferenciar nossas vidas de tudo o que precedeu” (NASCIMENTO, 2002: 120)

A Causa da Derrota

Rosa Luxemburgo

O desmoronamento repentino da grande ação da classe operária belga, para a qual estavam dirigidas os olhares de todo o proletariado internacional, é um duro golpe para o movimento de todos os países. Seria inútil nos consolar com as frases gerais habituais dizendo que a luta só está adiada, que cedo ou tarde também ganharemos na Bélgica. Para julgar tal ou qual episódio da luta de classes, não basta considerar a marcha geral da História, que no fim das contas nos beneficia. Esta não é mais do que a CONDIÇÃO objetiva de nossas lutas e vitórias. O que é preciso considerar são os elementos subjetivos, a atitude consciente da classe operária combativa e seus chefes, atitude que aposta para assegurarmos a vitória pelo caminho mais rápido. Deste ponto de vista, imediatamente depois da derrota, nossa primeira tarefa é darmos conta o mais claramente possível de suas causas.

I - Quando Triunfa o Oportunismo

O que surge antes de tudo com absoluta clareza quando se passa em revista a interrompida campanha das últimas semanas, é a falta de uma tática clara e conseqüente de nossos líderes belgas.

Como primeira medida vemo-los limitar a luta ao marco da câmara. Ainda que desde o começo não houvera, por assim dizer, nenhuma esperança de que a maioria clerical capitularia, a fração socialista parecia não querer proclamar a greve geral. Esta eclodiu pela decisão soberana da massa proletária impaciente. Em 14 de abril podia-se ler no LE PEUPLE de

Bruxelas: Se disse que o governo está decidido a manter-se até o fim, e

também a classe se prepara para tudo. E por isso a greve geral acaba de ser proclamada em todo o país, não pelos órgãos políticos do partido, sendo por seus órgãos econômicos, não pelos seus deputados, sendo por seus delegados sindicais. É o próprio proletariado organizado que, não vendo outros meios para vencer, acaba de decidir solenemente interromper o trabalho em todas as partes”.

O deputado Demblom, em 18 de abril, fez a mesma comprovação na câmara: “Quem se atreveria a dizer ainda hoje que nada está em estado de agitação, sendo os próprios agitadores, frente a fulminante explosão da greve geral, que nós mesmos não esperávamos?” (veja-se informe parlamentar de LE PEUPLE de 19 de abril).

Ao haver eclodido espontaneamente a greve geral, os chefes socialistas se declararam imediatamente solidários das massas e da greve geral, como o supremo meio de luta. A GREVE GERAL ATÉ A VITÓRIA, tal foi a palavra lançada pela fração socialista e pela direção do partido. Em 15 de abril LE PEUPLE escreve “Desde o fundo de sua alma, os socialistas haviam desejado não verem-se levados à greve geral, e o congresso de páscoa do partido, remetendo-se às circunstâncias para determinar o instrumento conveniente de luta, não havia decidido nada a respeito... porém somente a greve geral é capaz de nos assegurar definitivamente e apesar de tudo a vitória”.

LE PEUPLE de 17 de abril diz: “Não há cansaço nem desânimo na classe operária, o juramos seu nome, lutaremos até a vitória”.

LE PEUPLE de 18 de abril afirma: “A greve geral durará tanto tempo quanto necessário para conquistar o sufrágio universal”.

No mesmo dia, o conselho geral do partido operário decidiu CONTINUAR A GREVE GERAL, depois que a câmara rechaçara a revisão.

Na manhã de 20 de abril, o órgão central do partido de Bruxelas assegura: “Continuar a greve geral é salvar o sufrágio universal”.

E no mesmo dia, a fração socialista e a direção do partido, com uma súbita meia volta, decidiram terminar a greve geral.

As mesmas vacilações se manifestaram com respeito a outra palavra de ordem da campanha: A dissolução do parlamento. Quando em 15 de abril, os liberais reclamaram a câmara, os socialistas se abstiveram de intervir e portanto não votaram tampouco a favor do adiamento do momento decisivo, adiamento desejado pela burguesia.

Postos frente à decisão de terminar a greve geral, nossos camaradas retomam essa palavra de ordem e LE PEUPLE de 20 de abril recomenda aos operários: “Reivindicar por todas as partes e a voz em coro a dissolução do parlamento. Inclusive até estes últimos dias se nota um giro sobre o mesmo tema na atitude dos chefes. LE PEUPLE de 20 de abril apresenta A BREVE GERAL como o único meio de impor a dissolução da câmara. Porém, nesse mesmo dia, a direção do partido decide terminar a greve geral, e desde então a única via que permite conseguir a dissolução do parlamento parece ser a intervenção do rei.

Assim se emaranharam, se cruzaram e se chocaram mutuamente as diferentes palavras de ordem no transcurso da recente campanha belga: Obstrução ao Parlamento, Greve Geral, Dissolução da Câmara, Intervenção do Rei. Nenhuma dessas bandeiras foi prosseguida até o

final e por último toda a campanha foi sufocada de um só golpe, sem nenhuma razão aparente, e os operários foram mandados de volta à suas casas, consternados, com as mãos vazias.

Se não se podia esperar que a maioria parlamentar consentisse em revisar a constituição, não se compreende porque se recorreu à greve geral, com tanta vacilação e repugnância. Não se explica porque, de pronto, precisamente quando tomava um bom impulso, foi suspensa quando se havia reconhecido que era o único meio de luta.

Se a dissolução do parlamento e novas eleições realmente deixavam prever a derrota dos clericais, é impossível então a passividade de nossos deputados quando os liberais propuseram dissolver o parlamento, e mais impossível todavia é compreender toda a campanha atual para a revisão da constituição, que de todos os modos podia ser conseguida efetivamente nas próximas eleições. Porém se é vã a esperança posta em novas eleições no desprezível sistema eleitoral atual, é por sua vez incompreensível o entusiasmo atual dos socialistas por esta bandeira.

Todas estas contradições parecem insolúveis no entanto se analisa a tática socialista em si na campanha belga, porém elas se explicam muito simplesmente enquanto se considera o campo socialista em sua união com o campo LIBERAL.

Antes de tudo foram os liberais quem determinaram o programa dos socialistas na recente luta. Fundamentalmente por desígnio o partido operário teve que renunciar ao sufrágio feminino para adotar a representação proporcional como cláusula da constituição.

Os liberais ditaram aos socialistas os MEIOS da luta, erguendo-se CONTRA a greve geral inclusive antes que houvera eclodido, impondo-lhes os limites legais quando se desencadeou, lançando primeiro a bandeira da dissolução da câmara, apelando ao rei como árbitro

supremo e decidindo por fim em sua sessão do dia 19, CONTRARIAMENTE a decisão da direção do partido de 18 de abril, a culminação de greve geral. A tarefa dos chefes socialistas vinha sendo transmitir à classe operária as bandeiras lançadas por seus aliados e fazer a música da agitação que correspondia ao texto liberal. Finalmente em 20 de abril, os socialistas puseram em execução a última decisão dos liberais mandando a retirada de suas tropas.

Assim, em toda a campanha, os LIBERAIS aliados com os socialistas aparecem como os verdadeiros CHEFES, os socialistas como seus submetidos executantes e a classe operária como uma massa passiva, arrastada pelos socialistas a reboque da burguesia.

A atitude contraditória e tímida dos chefes de nosso partido belga se explica pela sua posição intermediária entre a massa operária, que se lança na luta, e a burguesia liberal que a retém por todos os meios.

II - Parlamentarismo ou Ação de Massas

Não somente o caráter vacilante desta campanha, mas também sua derrota final, explicam-se pela posição dirigente dos liberais.

Na luta pelo sufrágio universal desde 1886 até o momento atual, a classe operária belga fez uso da greve de massas como o meio político mais eficaz. Foi a greve de massas a que se deveu, em 1891, a primeira capitulação do governo e o parlamento: o começo da revisão da constituição. A ela se deveu, em 1893, a segunda capitulação do partido dirigente: o sufrágio universal com voto plural.

É evidente que, inclusive desta vez, somente a pressão das massas operárias sobre o parlamento e sobre o governo permitiu arrancar um resultado palpável. Se a defesa dos clericais foi desesperada já no último decênio do século passado, quando não se tratava mais do que o

começo das concessões, a toda vista devia converter-se em uma luta de morte agora que se trata de entregar o resto: a dominação parlamentar. Era evidente que os ruidosos discursos na câmara não podiam conseguir nada. Fazia falta a pressão máxima das massas para vencer a resistência máxima do governo.

Frente a isto, as vacilações dos socialistas em proclamar a greve geral, a esperança secreta porém - evidente, ou pelo menos o desejo de triunfar no possível, SEM recorrer à greve geral, aparecem desde o começo como o primeiro sintoma do reflexo da política liberal sobre nossos camaradas, desta política que em todas as épocas, sabe-se, crê poder quebrar as muralhas da reação com o som das trombetas da grandiloquência parlamentar.

Não, obstante, a aplicação da greve geral na Bélgica é um problema claramente determinado pela sua repercussão ECONÔMICA direta, a greve atua antes de tudo em desfavor da burguesia industrial e comercial, e em uma medida muito reduzida somente em detrimento de seu inimigo verdadeiro, o partido clerical. Na luta atual, a repercussão POLÍTICA da greve de massas sobre os clericais no poder não pode ser, portanto, mais que um efeito INDIRETO exercido pela pressão que a burguesia liberal, molestava pela greve geral transmite ao governo clerical e a maioria parlamentar. Além disso a greve geral também exerce uma pressão política DIRETA sobre os clericais, aparecendo-lhes como o precursor, como a primeira etapa de uma verdadeira revolução andarilha em gestação, para a Bélgica, a importância política das massas operárias em greve residiu sempre, e ainda hoje, no fato de que em caso de rechaço obstinado da maioria parlamentar, estão dispostas e são capazes de vencer o partido no poder por meio de distúrbios, por meio de sublevações andarilhas.

A aliança e o compromisso de nossos camaradas belgas com os liberais privaram a greve geral de seu efeito político em dois pontos.

Impondo de ANTEMÃO limites e formas legais à luta, submetido à pressão dos liberais, proibindo toda manifestação, todo espírito da massa, dissipavam a força política latente da greve geral. Os clericais não tinham porque temer uma greve geral que DE TODAS AS MANEIRAS não queria ser outra coisa que uma greve pacífica. Uma greve geral, acorrentada de ANTEMÃO aos grilhões da legalidade, se assemelha a uma demonstração de guerra com canhões cuja carga haveria sido previamente arremessada à água, a vista do inimigo. Nem sequer um menino se assusta de uma ameaça “com os punhos no bolso”, assim como o aconselha seriamente LE PEUPLE aos grevistas, e uma classe no poder, lutando até a morte por sua dominação política, se assusta menos ainda. Precisamente por isso em 1891 e 1893 lhe bastou ao proletariado belga com abandonar tranquilamente o trabalho para romper a resistência dos clericais que podiam temer que a paz se transformaria em distúrbio e a greve em revolução. Por isso, inclusive desta vez, a classe operária talvez não houvera necessitado recorrer à violência se os dirigentes não houvessem descarregado sua arma de ANTEMÃO, se não houvessem feito da expedição de guerra uma parada dominical e do tumulto da greve um simples alarme falso.

Porém, em segundo lugar, a aliança com os liberais aniquilou o outro efeito, o efeito direto da greve geral. A pressão da greve sobre a burguesia só tem importância política se a burguesia estiver obrigada a transmitir esta pressão a seus superiores políticos, os clericais que governam. Mas esta só se produz se a burguesia se sente subitamente assaltada pelo proletariado e se vê incapaz de escapar a este impulso.

Este efeito se perde quando a burguesia se encontra em uma situação cômoda que lhe permite deslocar sobre as massas proletárias que leva a reboque, a pressão que padece, antes que transmita-a aos governos clericais desembaraçando-se deste modo de um peso difícil como um simples movimento de ombro. A burguesia belga se encontrava precisamente nesta situação no transcurso da última campanha: graças à aliança ela podia determinar os movimentos das colunas operárias e fazer cessar a greve geral em caso de necessidade. Isto é o que ocorreu e enquanto a greve começou a incomodar seriamente à burguesia, esta lançou a ordem de voltar ao trabalho. E aqui terminou a “pressão” da greve geral.

Assim, a derrota final aparece como consequência inevitável da tática de nossos camaradas belgas. Sua ação parlamentar não deu resultados porque a pressão da greve geral que apoiava esta ação não se apresentou e a greve geral tampouco por ter, atrás dela, não estava o espectro ameaçador do livre desenvolvimento do movimento popular, o espectro da revolução.

Em uma palavra, a ação extra parlamentar foi sacrificada à ação parlamentar, porém, precisamente por causa disto, ambas foram condenadas à esterilidade, e toda a luta ao fracasso.

III - O Burocratismo Contra a Espontaneidade

O episódio da luta pelo sufrágio universal que acaba de terminar representa uma reviravolta no movimento operário belga. Pela primeira vez na Bélgica o partido socialista entrou na luta ligado ao partido liberal por um compromisso formal, e, do mesmo modo que a fração ministerialista do socialismo francês aliado ao radicalismo se encontrou na situação de Prometeu Acorrentado. Saberão ou não libertar-se nossos camaradas do abraço asfíxiante do liberalismo? Da resposta a esta pergunta

depende, não vacilarmos em dizer, o futuro do sufrágio universal na Bélgica e do movimento operário em geral. Porém a experiência recente dos socialistas belgas é preciosa para o proletariado internacional. Não será novamente sendo um efeito desse sopro fraco e enervante do oportunismo que sopra a alguns anos, e que se manifestou na aliança funesta de nossos amigos belgas com a burguesia liberal.

A decepção que acabamos de sofrer na Bélgica deve nos por em guarda contra uma política que, estendem-se a todos os países conduziria a graves derrotas e finalmente ao relaxamento da disciplina e da confiança ilimitada que as massas operárias tem em nós, os socialistas; destas massas sem as quais não somos nada e que algum dia poderíamos perder com ilusões parlamentares e experiências oportunistas.

Tradução de Nildo Viana.

Nota: Publicado originalmente na Revista Ruptura, ano 01, nº 01, maio de 1993.

Rosa Luxemburgo: um dos grandes nomes do marxismo, crítica da social-democracia e do bolchevismo, escreveu obras importantes como Reforma ou Revolução? A Revolução Russa; A Acumulação de Capital; Greve de Massas, Partidos e Sindicatos.

O Homem Como Possibilidade

Ernst Bloch

(...) Vamos começar com os sonhos. Os sonhos nos remetem geralmente à noite. Mas não sonhamos apenas à noite. Também sonhamos de dia, embora não se investigue com igual força o sonho diurno. Chega-se mesmo a reduzi-lo a um mero prelúdio do sonho noturno. Existem entre ambos distinções consideráveis. No sonho diurno o ego não desaparece. Mantém-se até bem vivo e sem exercer nenhuma censura. A ponto de os desejos tanto mais funcionarem. Serem mais visíveis, do que no sonho noturno. Apresentarem-se sem máscara nem vergonha. Livres de inibições. Corajosamente. De peito aberto. As ruas vivem cheias de gente com sonhos diurnos. Os mostruários das lojas tocam seus acordes. Um sapato elegante. Um vestido “toilette”. A nova máquina de lavar. Uma cadeira de balanço. E tudo o mais que se mostra. Primeiramente, a casa sonhada a que tudo isso vai pertencer. Todo um mundo de vento em popa, multiplicando os castelos no ar, onde o custo de vida não é tão alto.

Acontece que muitos dos castelos de hoje, transformam-se amanhã em palácios e cidades, ou mesmo em sociedades. Esse fato possibilita a percepção, até a constatação de que nada de grande surge na história sem ter sido primeiro esboçado, para depois da devida racionalização ser então planejado. Tipos de políticos realistas fundamentalmente diversos, como Bismarck aqui, Lênin lá, tiveram seus planos no ar. Apesar do caráter sóbrio, Lênin queixou-se certa vez de que o movimento revolucionário havia perdido a capacidade de sonhar.

Delicados coexistem os pensamentos, ásperas se chocam as coisas no espaço. Mas também elas se entrechocam primeiro no espaço dos

pensamentos do desejo. Assim no papel, por exemplo, que não é só paciente mas o lugar onde manobra a fantasia geométrica. Se ásperas se atritam as coisas no espaço, como reage então o mundo ambiente ao sonho acordado, que já amadureceu e tomou consciência de sua responsabilidade? Na maioria dos casos estamos cercados de conflitos. Talvez que frente aos sonhos o mundo não se mostre apenas contrário mas contraditório, absolutamente irreduzível. Sacode os ombros indiferentes ou nem mesmo isso, porque já seria bastante relação. O mundo ainda se acha por demais carregado das tensões de ontem e anteontem. O velho não quer passar. E o novo não quer chegar.

O Destino Normal do Sonho

Em tais condições o sonho se torna no mais infeliz sentido da palavra um simples sonho. Transforma-se no que pejorativamente se chama utópico, nada mais que utópico. Uma coisa é reconhecer esse destino, outra, não procurar modificá-lo, curvar-se a ele. “A hesitação medrosa de pensamentos tímidos não muda a miséria, nem vos fará livres”.

É um convite a opor resistência ao mal. Ao mal que se impõe de fora. Ao mal impertinente e obsedante. Nunca deve acontecer que o fermento nem mesmo leve de direito mas só faça azedar. O que contrapomos ao mal, não deve ser uma loucura solitária.

A realidade não é uma grandeza fixa. O mundo não é acabado. É possível enfrentá-lo de outra maneira do que simplesmente murmurando ou ainda omitindo-se, servindo-se de oportunismo, instalando-se no quietismo. Tomar as coisas como são, não é uma fórmula empiricamente exata. Não é positivismo.

É uma fórmula de vilania, de covardia, de mesquinaria. O que são as coisas - esses momentos num processo que chamamos fatos? Estão fluindo. Foram feitos e por isso mesmo são suscetíveis de serem modificados. Persiste sempre a possibilidade de alteração. Isso pressupõe o domínio do acaso. Que haja espaço para a contingência - até à indeterminação física, até a indeterminação histórica, que é tanto mais importante.

Poder ser diferente, isso significa: também poder transformar-se em outra coisa: no mal a conter, no bem a promover.

Há muitos graus de realidade. Não há força inelutável, que predomine independente de nós. A realidade não traz a justiça em si mesma. Está aberta sobre o porvir, onde mais do que nunca há perspectiva e, caso não fracássemos, espaço para o progresso no bem como para o progresso na contenção do mal.

(...) A realidade é uma categoria sujeita à dúvida e destinada à transformação. Sua solidez e simplicidade é uma pura aparência. Considera-se realista, quem é prático. Quem está plantado com os dois pés na terra firme. Isso é uma caricatura, como a caricatura oposta do sonhador.

No dizer de Thomas Mann escritores são pessoas que escrevem com maior dificuldade do que as outras. Isso se pode estender. Também os filósofos são pessoas que pensam com maior dificuldade do que as outras (...). De fato, antes de se chegar a um simples conceito, que se pudesse pagar em dinheiro, teve-se de pensar tanto.

Visível é o que se apresenta numa clareza meridiana. E no entanto na história do pensamento foi precisamente daqui que nasceu a dúvida. Assim na primeira filosofia grega: o bastão mergulhado n'água parece quebrado, quando na verdade é inteiro. Com a dúvida nos sentidos começa o despertar da filosofia. Quanto à clareza meridiana há

uma frase de Anaxágoras que ainda não foi suficientemente pensada: coisas iguais não se percebem. O olho precisa ser escuro para perceber a luz. O corpo, frio para sentir o calor. Por isso se afirma que a toda percepção se prende um sentimento de desprazer.

A Flecha que Voa

Com os eleatas, em Parmênides, surge exatamente o contrário. A luz clara não é o mundo dos sentidos e sim o pensamento. É o pensamento que garante a realidade. A ponto de, segundo os paradoxos de Zenão, não haver movimento, embora os sentidos no-lo atestem: na verdade a flecha, que voa, está parada.

Pensamento e ser possuem a mesma matéria, o espírito. Na evolução posterior isso não vale para qualquer pensamento. Um pensamento, oriundo de uma simples opinião, provém do erro. É mito em sentido pejorativo. Para surgir a unidade de ser e pensar, tem-se de examinar o próprio pensamento. É o início da dúvida não já nos sentidos mas no próprio pensamento, nascida entre os sofistas e em Sócrates.

Só na filosofia, na visão das idéias, há verdade. Ser e pensar não apenas se tocam e cumprimentam, se confirmam mutuamente mas se correspondem numa série de diferentes graus de iluminação no pensamento e diferentes graus de realidade no ser. Origina-se então uma graduação. A realidade se processa. O ser admite graus. Uma coisa pode ser menos do que outra. O ser se torna menos denso, quando for menor o grau de pensamento. O pensamento supremo não apenas não engana como é também a suprema realidade.

Com Kant se deslocou essa perspectiva: cem talentos reais não são mais do que cem talentos possíveis. O valor monetário dos talentos, a cor, a forma, teor de prata são propriedades. E o

ser não é uma propriedade. Desse modo problemático o ser perdeu sua determinação lógica ou melhor já não é uma determinação lógica. E desde então se lhe ataca a possibilidade de comparação, embora ela se mantenha na linguagem e mesmo na filosofia: até Leibniz, Hegel e Marx.

A superestrutura, o reflexo vaporoso no céu, se em Marx se tornou mais pálida do que a infra-estrutura, as relações econômicas, que se espelham no direito, arte, religião, filosofia, não deixou de ser real, não se fez um nada. A falsa consciência é de pleno sentido, apenas menos real do que a consciência verdadeira, menos real do que a infra-estrutura. Aqui há ser-comparável, herança de Platão e da Escolástica.

Uma Coisa Quanto Mais é,

Tanto Mais é

O argumento ontológico de Deus da Escolástica não é nem inteligível sem a identificação platônica entre ser e valor. Uma coisa tanto mais é, quanto mais é. Para Anselmo de Cantuária o *Ens perfectissimum* é um conceito de valor: o *Summum bonum*, já per se ipsum, também o *ens realissimum*, um ser, *quo maius cogitari non potest*. É o que vale até Leibniz, cuja *Grandeur de la réalité* coincide com *Perjectton*.

A inversão disso ocorreu muito tarde com Schopenhauer, cujo pessimismo se opõe ao otimismo de Platão, Anselmo, Leibniz e Hegel. A perspectiva agora é: quanto mais alguma coisa é, tanto menos é; tanto mais fraca se apresenta no mundo, ou mesmo não se apresenta de forma alguma. Em todo caso será perseguida, miserável, medíocre, insignificante. *Ecce homo* se diz da realidade. A ascensão não procede para o mais ser e sim para o nada, para o nirvana.

Sem dúvida temos aqui uma inversão. A proporção permanece a mesma: pensar e ser se correspondem reciprocamente; o mundo continua

suscetível de transparência, de ser conhecido pelo pensamento, pois é carne de sua carne ou antes espírito de seu espírito.

A revisão crítica provém de outra parte: de Descartes, também de Leibniz. O *Ordo aeternus rerum*, constituído para o mundo medieval, perde o caráter catedral. A realidade já não está construída para cima, em função do *Summum bonum*. É um fenômeno luminoso. Uma clarificação. As mônadas são cidadã do iluminismo do século 18. Pertencem à geração do que tende da escuridão para a claridade.

As pedras dormem, as plantas sonham, os animais se torcem em seus sonhos, como se quisessem despertar, e o homem desperta. Uma grande iluminação, um grande despertar atravessa o mundo. O tempo é introduzido nas catedrais. A superposição da realidade, que ainda continua intacta, ajunta-se uma sucessão.

Assim se processa uma subida, uma evolução, que não é apenas *e-volutio*, desenvolvimento de um germe dado de dentro de seu invólucro. Acontece algo de Novo, enquanto luz penetra. Somente a suprema Mônada, chamada Deus, é completamente clara e luminosa.

Mais tarde também esse racionalismo total é arrebatado - como se os sofistas houvessem voltado pela dúvida em tal modo de apreender a realidade. Na roupagem da realidade Locke e Hume operam um corte entre sujeito e objeto. Que a realidade consta de eu e objeto, de subjetividade e objetividade, toda a história do pensamento já vinha preparando e elaborando. Só agora é que o sujeito se torna o lugar exato das ilusões. Para Locke as qualidades primárias são pressão e impulso, tempo e espaço. Cor, tom, sabor, sentimento, só existem em nós. São qualidades secundárias. Hume chega à grande crítica não só das cores, das percepções dos sentidos mas também de categorias como substância e causalidade:

dúvidas quanto à aparência contraditória da substancialidade. Dúvidas contra a causalidade, que transforma o Post hoc num Propter hoc - com que direito? Essas dúvidas não as afasta o Sócrates desse ceticismo, o grande Immanuel Kant. Ele as reduz apenas ao nível que lhes é consentâneo. A reflexão transcendental restitui à substancialidade e causalidade seu lugar devido: o mundo dos fenômenos, não a coisa em si. No mundo fenomenal há possibilidade de conhecimento e de conhecimento rigorosamente determinista. É o mundo das ciências naturais. O mundo real, em que vigora uma regularidade inelutável, sem o menor sinal de liberdade, imortalidade, Deus. Tais coisas não se podem encontrar no mundo da ciência, do conhecimento, da realidade em sentido rigoroso. A coisa em si permanece inacessível. Um simples conceito-limite. A tudo isso acresce uma cisão curiosa: Algo de inteiramente diverso, que, embora não seja realidade, também não é alucinação nem irreal. Há dentro de nós esse indestrutível e ineliminável. No mundo do tal condicionamento, em que não há lugar nem para uma cabeça humana, subsistem as Idéias do Incondicionado (que não se identifica com o Absoluto em sentido comum), idéias de não-determinado, portanto liberdade.

Realidade sem Realidade

São as idéias morais em nós, que não têm morada no mundo da realidade mecânica, o único cognoscível e sujeito à atividade da razão rigorosa. Há ainda o expediente de um mundo enigmático sem realidade. Um mundo, que não está determinado, ou ao menos não totalmente. Nele encontra lugar a liberdade e a esperança humana: não é real, não se pode conhecer mas se pode pensar. Põem-se postulados de maneira a se poder agir, consoante as perguntas das três Críticas: “O que posso saber? O que devo fazer? O que me é permitido

esperar?” As duas últimas perguntas não têm lugar no mundo da realidade. E não obstante não são desprovidas de sentido. Constituem o sentido supremo. A única coisa que tem sentido. Com Hegel termina essa separação entre o mundo dos fenômenos e a essência. O mundo volta a ser Leibniziano. Toma-se de novo uma totalidade. O verdadeiro e o real são uma só estrutura. O sujeito não existe para interferir no processo do mundo e sim para corresponder-lhe segundo a marcha contínua e autêntica da realidade.

O verdadeiro, de acordo com o caráter de processo do real, se alarga agora muito mais do que em Leibniz. Na introdução à Fenomenologia do Espírito diz Hegel, servindo-se de uma frase do Nathan de Lessing: o verdadeiro e real não é uma moeda, que pudesse ser dada aos pedaços e assim embolsada. A verdade é um processo. É verdade como realidade. Estamos novamente em Parmênides, que expôs a unidade de pensar e ser em proporções gigantescas, cósmicas, de acordo com a frase do Prefácio à Filosofia do Direito: o que é racional, é real e o que é real, é racional.

O Erro Estético da Razão

Algo se muda nessa inversão categórica. Se tudo que é real, é racional, então está estabelecida a ideologia da paz com a realidade. Então tudo está em ordem. Dizia-se aos estudantes de então, que se rebelaram contra a Santa Aliança: também ela é racional e vocês têm de compreender. A primeira frase, de que todo racional é real, é tão revolucionária quanto a segunda é reacionária. Também o que diz a razão, também o arrazoado, é real. Tem apenas o pequeno defeito estético de não aparecer ou de não aparecer ainda. Esse defeito deve ser corrigido. Assim nessas frases de Hegel se encontram tanto a direita como a esquerda. O todo permanece todavia uma clarificação no sentido leibniziano: do ser-em-si se passa pelo ser-fora-de-si para o

ser-em-si e para-si. Com uma limitação: a saber que o processo do real, que assim se celebra, é novamente uma aparência. Pois o que acontece, é simples evolução. Desenvolve-se apenas o que já é desde toda a eternidade.

A evolução Hegeliana, aquela dialética, que é tão rica em história, tem muito em comum com o desenvolvimento de um teorema num quadro. Trata-se de pedagogia. Explica-se para a consciência humana ou, falando-se politicamente, para a inteligência limitada de súditos, como o mundo é admiravelmente construído. Por isso se encontra no Prefácio à Filosofia do Direito a frase: quando a filosofia pinta de cinzento as suas cãs, uma forma da vida já envelheceu. E com o cinzento ela não se rejuvenesce. Apenas se conhece. Só com o cair da tarde a Coruja de Minerva levanta o seu vôo. O pensamento chega sempre tarde. Assim o movimento revolucionário do conceito - que Hegel tão admiravelmente descreve como retirar para o Espírito as castanhas do fogo - se esgota novamente pelo feitiço da Anamnese, que de Platão chega até Hegel e mais adiante ainda: todo saber é uma recordação primordial de idéias que a alma contemplou antes de sua incorporação. Não há nada de novo debaixo desse sol problemático da Recordação. Explica-se somente o que já estava implicado. Não é possível nenhuma surpresa. Nenhum futuro verdadeiro.

Hegel chega a falar muito mal do futuro. É palha e vento, névoa e vapor. Só não é nada de real. O mundo está pronto. O Espírito saltou de sua diligência e surge então como Professor Hegel num auditório da Universidade de Berlim (...).

Ora, isso não se podia manter. É um pensamento que só pode ter lugar numa casa de loucos. A esquerda hegeliana e Marx, de início seu membro, levam novamente a sério a dialética. A realidade dialética é a realidade crítica. Nela acontece realmente algo de realmente novo. Não só o que nunca

passou pela mente de homem mas também pela mente da realidade. A dialética é o método crítico do próprio mundo. Não é o solilóquio do Espírito consigo mesmo, em que ele se recorda complacientemente de suas formações históricas.

Enquanto método crítico das transformações, a dialética deve ser posta em pé. Em primeiro lugar para que algo aconteça e não apenas na cabeça debaixo da cabeleira. Em segundo lugar, para se saber o que acontece de contraditório. Para que a utopia, à caça do que ainda não foi, ganhe fundamentos debaixo dos pés. Tome-se concreta e se concilie com o mundo numa mediação. Somente assim nesse indispensável processo auto-reflexivo de mediação há abertura para frente. Verdadeiro futuro, que não se senta apenas no ar. Somente assim se pode mudar concretamente. A Undécima Tese de Marx sobre Feuerbach diz: os filósofos interpretaram o mundo de modo diferente, quando se trata de transformá-lo.

As Coisas Necessitam de Nós

Para não cair no vazio de proezas apressadas ou de uma utopia abstrata, a dialética deve ser concreta, isto é, visceralmente histórica. Compreender o que foi, significa apreender alguma coisa não como foi, no seu ter sido. Significa apreendê-la como o tornar-se de um processo, que ainda não alcançou sua meta. Que com insatisfação subjetiva e contradição objetiva ainda procura seu destino. E principalmente tem necessidade do homem para realizar a causa conveniente no processo do mundo, isto, é a passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade. Na realidade se insere também o que tem então de ser realizado — seja que se conceba transcendentemente como Deus creator, ou panteisticamente como Espírito do mundo, ou como o próprio homem. Por isso diz Marx: “Prometeu é o maior santo e mártir do calendário filosófico”. O homem, como o fator ativo e subjetivo,

tem de por-se em consonância com a marcha da realidade. Deve auscultar-lhe os passos quase em sentido musical, ouvindo, para onde se dirige a sua melodia.

(...) Com isso pressuponho um mundo aberto. A existência de possibilidade objetivamente real e não apenas de necessidade fechada. Não somente de determinismo mecânico. Sem dúvida, também um tal pensamento marxiano se transforma em grande parte num fetichismo legal: primeiro pela desvalorização excessiva do homem individual; segundo por pensar que o processo do mundo segue o seu curso sem nosso concurso e nos arrasta por assim dizer pelos cabelos, quer queiramos quer não.

Também o marxismo não nos assegura o futuro verdadeiro, a verdadeira abertura. Engels escreveu o livro *Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft*. É verdade, há o progresso da utopia abstrata para a ciência mediadora. Há também o progresso, algo por demais grande, da utopia para a ciência: quando se desloca todos os sonhos antecipadores, todas as esperanças, toda existência pioneira, de que dispomos como homens, para a primeira frente do processo mundial.

A abertura para o futuro é uma grande categoria, embora tratada como soga. Deve-se mergulhar por sobre o horizonte. Naquela dimensão difícil da realidade, que não é nem o ser presente nem o ser em processo mas o ser que ainda não é. Na esfera do Novum, da mediação do agir, do receio e da esperança.

Prova sem Modelo

Deve-se ver o mundo como tarefa, como molde, como prova sem um modelo preexistente. Para isso torna-se necessária a ciência. Uma ciência especulativa, metafísica. Que entenda de construção. Que saiba construir no azul.

Todo o mundo está construído no azul. Sim, necessita-se de uma ciência, que não só entenda de azul, mas até mesmo de ultravioleta.

E tudo isso com a consciência de que o ser presente, que se costuma chamar realidade, está cercado por um mar muito maior de possibilidades objetivamente reais. Possibilidade não é palavrorio. É um conceito, que se pode determinar exatamente: um condicionamento parcial. O mundo ainda não está inteiramente determinado. Ainda há possibilidades deixadas abertas, como o tempo de amanhã. Há condições que ainda não conhecemos ou que ainda não se apresentaram, e por isso amanhã poderá chover ou fazer sol. Vivemos circundados de possibilidade, não só de realidade. Na prisão da simples realidade, não nos poderíamos tocar. Nem mesmo respirar.

Chego agora à parte final. O ainda-não-ser se apresenta duplamente (de vez que ainda teremos por muito tempo a separação de sujeito e objeto): como ainda-não-consciente e como ainda-não-atualizado. O ainda-não-consciente em nós, o pré-consciente criador, representa o ainda-não-atualizado no objeto, enquanto contém em si o verdadeiro futuro. Se não o contiver, trata-se de Wishful thinking, de palavrorio.

O ainda-não-consciente também é - o que muito e curiosamente se desconhece - o não-mais-consciente. O que está em baixo, na adega da consciência, para onde desce aquilo que uma vez foi consciente, e lá umas vezes apodrece ou outras volta à consciência.

Também na superfície da consciência há um ainda-não consciente. Algo que ainda não opera, mas nos está diante dos olhos: na juventude, na transição do tempo, na produtividade. São os três estados, em que é a mais alta a porcentagem do ainda-não-consciente.

São estados de oxidação, em que o fogo mais queima.

A juventude está cheia de consciência do futuro: há algo em nós. Temos toda uma vida pela frente. Isso é a juventude, ao menos seu o rosto não lhe escorreu para a nuca. A juventude autêntica tem tudo diante de si e põe mãos à obra. Ainda independente dos conteúdos do Novo, ela se lhe consagra.

A mudança do tempo: o velho não quer passar, o novo não quer chegar. E todavia acontece alguma coisa. O tempo está prenhe. A sociedade, grávida. Há de nascer uma criança. A Antigüidade posterior, a Renascença, o “Sturm und Drang”, o século 18, o nosso tempo - são épocas de transição, carregadas de algo ainda-não-consciente.

Por fim a produtividade: a produção de uma obra, que ainda não havia, seja política, musical, poética ou religiosa, é sempre cercada do halo de um bruxolear para o futuro. Não do lusco-fusco de um crepúsculo. O estado de produtividade é o bruxolear da aurora. Aparece em toda clareza no jovem Goethe, no qual se apresentam ao mesmo tempo todos os três fenômenos: a juventude, a transição e a produtividade.

A utopia é o lugar em que se encontra o ainda-não-consciente. Até agora não só se concebeu de modo puramente negativo o conceito de utopia, como ademais se considerou circunscrito às lendas políticas, às utopias sociais. É a fonte de origem. Platão, Thomas Morus, Campanella, Fourier, Saint Simon, Robert Owen, etc. São grandiosas tentativas de se lançar no papel uma sociedade melhor - dreams of a better life. Mas não há só isso. Tentei encontrar o conceito de utopia em todas as outras partes. Dele a vida humana, história e cultura, está cheia: a arquitetura, que nunca foi construída, onde passeia o utópico, para depois descer à realidade; os sonhos acordados da medicina; ou os sonhos da técnica, Science fiction, que aparece pela primeira

vez em Bacon na Nova Atlantis, paisagens de desejo na pintura, música e poesia: o arcádico, o elisíaco, paradisíaco, até o momento em que se diz: “fica conosco, és tão belo”.

São as hervas maravilhosas, que nos foram dadas, contra a mais dura anti-utopia, contra a morte: sonhos de sobrevivência, de imortalidade pelas obras e tudo o mais. Utopias religiosas de baixo e de cima, sonhos do futuro, mistérios do desejo: quo modo deus homo - de que modo podem chegar até nós? Um salvador, mesmo no sentido da medicina, até o salvador nos outros sentidos. Antídotos contra a morte. Ressurreição e vida eterna, em todas as grandes religiões; projetados sobre algo que ainda não é, sobre um possível. Tesouros que nem a traça nem o ferrugem corroem. Apesar de toda hipocrisia, a despeito de todos os meios de escravidão, apesar de todas as consolações do Além, por entre a repartição injusta dos bens terrenos e a justa distribuição dos bens celestes — tudo pode acontecer aqui. Para tudo há lugar no reino gigantesco da consciência e necessidade utópicas. Trata-se apenas de não se permitir o abuso das Ideologias mas de se eliminar tudo de que se possa abusar, a fim de que a igreja, a religião e até o ateísmo seja possível.

O ainda-não-atualizado é algo pendente no processo do mundo. Num processo físico, médico, jurídico e teológico, que não se pode nem perder nem ganhar mas que permanece em suspenso. O substrato do real ferve em fogo dialético. A essência ainda tem de ser extraída, num mundo que não sabe, onde tem a cabeça e por isso precisa do homem.

Decisão Pelo Ainda não Decidido

O homem toma uma decisão por algo ainda não decidido. A ponto de Jahwe responder à pergunta de Moisés de como devia chamá-lo: Eu serei aquele que serei.

Trata-se de uma determinação da Essência ao mesmo tempo primitiva, mitológica e não mais mitológica. Correspondente ao estado real da realidade. Que não estabelece nem um Além nem um Lá Encima mas um possível diante de nós.

A matéria, diz Aristóteles, é o ser em possibilidade, como a cera é a possibilidade para o sinete. A matéria, possibilidade passiva em Aristóteles, se foi tornando sempre mais ativa na esquerda aristotélica. Através dos filósofos árabes até a *natura naturans*, que vem ao encontro do homem e lhe dá uma orientação teleológica fundamentada. Com esta ele pode agir criadoramente de maneira concreta e com toda a seriedade. Não com segurança, pois segurança se referiria a um mundo já acabado, mas com receio e esperança, que se referem ao que ainda não está decidido.

(...) Eu penso - e é a última coisa que desejava dizer - nossas Universidades não poderão servir bastante à visível transição de nosso tempo e da sociedade para a abertura sobre o futuro se quiserem preservar sua antiga tradição de *Universitas*. Devem acender a luz. De modo especial a Filosofia não deve, como diz Kant na *Disputa das Faculdades*, arrastar a calda mas levar à frente o farol.

O Socialismo e o Cristianismo têm muitas concordâncias e justamente em assuntos importantes. E é bom que seja assim. Tanto para conferir profundidade à confissão do Socialismo como para dar sinal de autenticidade à profissão do Cristianismo. De sorte que um novo Aeon surge no Cristianismo e brilha como luz de esperança. Um novo Aeon, em que o reino do Filho do Homem não aparece só como um Encima. Se a salvação se deve fazer carne na mensagem para nós ou para os pósteros, então não pode haver um simples Encima. Mas um para frente.

Tradução Emanuel Carneiro Leão.

Ernst Bloch, filósofo alemão, teórico da utopia, autor de *O Princípio Esperança*; *O Espírito da Utopia*; *Sujeito-Objeto em Hegel*; entre outras obras

Keith Jenkins: Historiografia e Poder

Nildo Viana

A historiografia, como toda ciência, está intimamente ligada ao poder. A percepção disto é importante para se compreender obras como a de Keith Jenkins, *A História Repensada*⁴⁰. Trata-se de um livro introdutório, dedicado principalmente a estudantes, e que discute o que é a história, alguns de seus principais debates (verdade, fatos e interpretação, empatia, fontes primárias e secundárias, causalidade, a história como ciência ou arte) e a sua própria abordagem, derivada do contexto sócio-cultural atual, chamado pelo autor de “pós-moderno”. O autor discorre sobre todas estas temáticas partindo do ponto de vista assumidamente “pós-moderno” e para isso refuta outras concepções e defende a tese de que a história é um discurso, tal como outros discursos, e nada mais do que isso.

Apesar de ser um livro dedicado a estudantes, ele padece de muitos equívocos que não deveria estar presente em qualquer livro. O fato de ser dedicado ao público iniciante, torna ainda mais graves os seus equívocos, pois falta àqueles que fazem a leitura o necessário arsenal informativo e saber teórico que possibilitaria perceber com facilidade as falhas e equívocos do texto. Por isso nos dedicamos a tarefa de realizar uma análise crítica desta pequena obra que vem sendo utilizada ingenuamente por professores e alunos. Obviamente que, em muitos casos, a ingenuidade revela valores, interesses, compromissos. Iremos tratar disso apenas quando formos analisar a obra de Jenkins, mas alertamos para que a concordância com um autor pressupõe ter valores,

interesses e compromissos semelhantes aos dele, o que faz com que o desvendar de um autor significa uma grande possibilidade de desvendar aqueles que concordam com ele.

A história, para Jenkins, é um “discurso sobre o mundo”, ou, mais exatamente, sobre o passado. Assim, o autor aponta para a necessidade de distinguir entre história e passado. O passado é constituído pelos acontecimentos ocorridos e a história é o discurso sobre estes acontecimentos. Sendo assim, a história está na biblioteca, é um “construto lingüístico intertextual”. Quando um aluno presta um exame sobre história inglesa do século 16 através da leitura de um historiador específico (G. Elton), ele se torna apto não no conhecimento deste período histórico e sim na obra de Elton. Isto ocorre, segundo Jenkins, devido ao fato de que o objeto de investigação, o passado, “é passível de diferentes interpretações por diferentes discursos” (p. 27).

Até mesmo em um mesmo discurso (historiográfico, sociológico, geográfico) existem interpretações variadas. Uma paisagem, por exemplo, será interpretada de forma diferente por um geógrafo, um historiador, um sociólogo. Mas os próprios historiadores, sociólogos e geógrafos apresentarão interpretações diferentes de outros pesquisadores de sua própria área. O pesquisador não inventa a paisagem, pois ela “parece estar lá”, mas elabora ferramentas analíticas e metodologias para extrair da paisagem, sua “matéria-prima”, as formas específicas de fazer sua leitura, que é o discurso. O autor complementa: “é neste sentido que lemos o mundo como

⁴⁰ JENKINS, Keith. *A História Repensada*. 2ª edição, São Paulo, Contexto, 2004.

um texto, e tais leituras são, pela lógica, infinitas. Não quero dizer com isso que nós simplesmente inventamos histórias sobre o mundo ou sobre o passado (ou seja, que travamos conhecimento do mundo ou do passado e então inventamos narrativas sobre ele), mas sim que a afirmação é muito mais forte: que o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e que não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem ‘a realidade’” (p. 28).

A distinção entre a produção do historiador e o objeto de investigação é útil e necessária. Porém, da forma como faz Jenkins temos sérios problemas. Em primeiro lugar, a distinção entre história e passado é, em si, problemática. Mais correto seria a distinção entre historiografia e história. A historiografia é a ciência particular que tem como objeto de investigação a história e isto requer aprofundamentos, definindo adequadamente ambos os conceitos.

No entanto, não é nosso propósito apresentar definições alternativas às fornecidas por Jenkins. O procedimento dele aponta para a discussão sobre a história e não sobre o passado, abordado superficialmente. O passado, tal como existiu efetivamente, não é acessível. O que temos acesso é as narrativas sobre o passado. A história é produzida em cima de tais narrativas, nas quais nenhuma é derivação imediata do passado, mas tão-somente um discurso elaborado a partir de outro discurso.

Assim, a tese de Jenkins aponta para uma concepção equivocada da história e do “passado”. A separação entre passado e história é anunciada para depois ser destruída, já que o passado nos é inacessível e o que o historiador trabalha são narrativas sobre narrativas, isto é, o passado, em si, foi abolido. A história, por sua vez, definida como “discurso”, “jogo de linguagem”, “construto lingüístico

intertextual”, “narrativa”, não tem mais relação com o passado, pois este foi abolido, e assim é uma construção que tem por detrás de si apenas outras construções. Sendo assim, ao contrário do empiricismo, que abole a teoria e se aquartela no “fato”, o culturalismo de Jenkins abole a realidade concreta e se aquartela no discurso. A distinção é feita para abolir um dos termos distinguidos.

Uma vez realizado este malabarismo intelectual, Jenkins coloca que a distinção entre passado e história coloca o problema de sua conciliação. Isto cria a pretensão de verdade/conhecimento que gera o que o autor denomina “três campos teóricos problemáticos”: epistemologia, metodologia e ideologia. Ele considera que a história possui quatro fragilidades epistemológicas: 1) é impossível abarcar a totalidade dos acontecimentos passados; 2) não é possível nenhum relato recuperar o passado tal como ele era, pois o passado é composto por acontecimentos, não sendo um relato, e como já passou, os relatos só podem ser confrontados com outros relatos, e não com o passado; 3) a história é um construto pessoal do historiador enquanto narrador; 4) a história “dá feição às coisas”, cria “estruturas narrativas” (p. 34).

Jenkins acerta no primeiro ponto, mas confunde “o todo” com “o tudo”. Ora, nenhum historiador pode abarcar tudo num determinado momento histórico. Porém, isto não é necessário, não precisamos saber, por exemplo, o que Robespierre pensava sobre a Inglaterra e o que Danton gostava de comer para analisar a Revolução Francesa... Agora, saber sobre a totalidade da sociedade francesa, quais eram as forças políticas, as relações de produção, as ideologias, as classes sociais, a cultura popular, o regime político, a concepção política de Robespierre, Danton e Herbert, entre outros aspectos, seria necessário para tal análise. Não é possível abarcar tudo, mas

isto não é necessário, por isso Jenkins atira bem, mas no alvo errado. O segundo ponto só pode ser levado a sério se concordarmos com as definições de passado e história de Jenkins. No entanto, a dicotomia entre acontecimentos (passado) e relato (história) não tem nenhuma fundamentação, muito menos a inacessibilidade dos acontecimentos pelo “relato”. O terceiro ponto afirma que a história é um construto pessoal do historiador como narrador, algo que também não foi fundamentado, a não ser o exemplo sobre as discordâncias entre os historiadores Trevor-Roper e Taylor, o que apenas mostra existirem divergências entre dois historiadores mas não que isso é derivado do fato de serem “construto pessoal” deles. O quarto e último ponto afirma que a história cria estruturas narrativas e dá feição às coisas, o que é mais uma afirmação arbitrária do que uma assertiva fundamentada. Mas podemos dizer que Jenkins está certo quando se trata de seu próprio discurso: é uma criação de uma estrutura narrativa e por isso é impossível Jenkins recuperar o passado tal como ele era...

Jenkins passa para a metodologia e diz que existe uma arbitrariedade na interpretação e justifica isso dizendo que o rigor do método não é suficiente para aboli-la, e a existência de vários métodos comprova isto. Ele cita vários métodos, e diz que seus defensores consideram que o conhecimento produzido por eles possui legitimidade por partir de “regras e procedimentos metodológicos”. No entanto, coloca Jenkins, o que determina a interpretação é a ideologia, pois é esta que faz com que o historiador escolha entre os diversos métodos ou os critérios para sua escolha. Sem dúvida, isto é verdadeiro. A escolha do método ou dos critérios que servem para legitimar esta opção é produto dos valores, interesses, sentimentos, do historiador. Isto, entretanto, não demonstra que os métodos sejam todos deficientes.

Outro problema metodológico colocado por Jenkins é o dos “conceitos básicos da história”, que, segundo ele, não são universais e sim localizados e particulares. Seus alicerces são pedagógicos e ideológicos, isto é, são formados através do sistema educacional e das ideologias. Apesar da imprecisão do autor no que se refere ao conceito de ideologia, mas que fica subentendido a visão positivista, concebendo-a como um pensamento valorativo, a análise é correta, desde que limitada à historiografia dominante.

A história, assim, é um “construto ideológico”, marcada pelo conflito entre dominantes e dominados, etc. Segundo Jenkins, “as diferenças que vemos estão lá porque a história é basicamente um discurso em litígio, um campo de batalha onde pessoas, classes e grupos elaboram autobiograficamente suas interpretações do passado para agradarem a si mesmas” (p. 43). Sem dúvida, a interpretação da história é um campo de lutas sociais, mas não se trata meramente de ser autobiográfica e para agradar a si mesmo, existe muito mais em jogo, e isto é ocultado no livro de Jenkins, tal como colocaremos mais adiante.

Ao tratar da prática do historiador Jenkins coloca as pressões sociais (familiares, acadêmicas, editoriais) sobre o trabalho do historiador, o que traz diversas dificuldades e influencia a obra historiográfica. Retomaremos este ponto no final deste texto.

Jenkins defende o relativismo e diz que a desconstrução das histórias das outras pessoas é pré-requisito para a produção da própria história e esta é sempre história destinada a alguém e reafirma sua tese da história como discurso.

Na segunda parte de seu livro, Jenkins discute algumas questões epistemológicas. A primeira é a questão da verdade. Para Jenkins, a verdade é impossível. Ela é mera figura de retórica

cujos quadros de referências não ultrapassam seus próprios limites, sendo incapaz de apreender o mundo dos fenômenos. A palavra e o mundo estão separados. Jenkins cita o positivista pragmatista norte-americano Richard Rorty: a verdade é sempre criada, nunca descoberta. Então por qual motivo ela é “procurada”, se busca “descobri-la”? Jenkins explica isso pela “longa tradição dominante” (platonismo, cristianismo, razão, ciência, hábitos cotidianos) e por existir relações de poder: a verdade fica na dependência de alguém ter o poder para torná-la verdadeira. A história é um jogo de linguagem, sendo que a verdade (e expressões correlatas) são meros expedientes para “iniciar, regular e finalizar interpretações” (p. 59).

Esta concepção utilitarista de verdade se funda em mais um equívoco de Jenkins. Ele toma por verdade a concepção dominante e oficial de verdade e generaliza, tornando todas as supostas verdades como tendo o seu mesmo mecanismo utilitarista de produção. Assim, não existe a verdade ou existem verdades que são meros jogos na luta pelo poder. A verdade fica reduzida a mera retórica. Sem dúvida, a lei da gravidade não é uma verdade, é apenas retórica. Portanto, qualquer indivíduo que tenha vontade de pular do 10º andar de um prédio, pode fazê-lo, pois se não o fizer por causa da lei da gravidade, isto significa que ele está sendo ludibriado pela retórica de alguns físicos tão-somente interessados em deter o poder. Também não devemos pensar que o nazismo provocou o massacre de milhões de pessoas, tal como dizem muitos historiadores, pois eles fazem isto apenas devido à necessidade de uma retórica para disputar o poder. Assim, ao abolir o passado e a verdade, Jenkins presta um grande serviço ao poder.

Jenkins também discute a questão dos fatos históricos. Para ele, os fatos são construídos pelas “leituras

interpretativas”. Isto também é correto. O problema está em ir disso até a abolição dos fatos, o que é apenas complemento da abolição do passado realizada no início do seu discurso. A reificação dos fatos é costumeira, mas a abolição da realidade concreta a partir da percepção de que tais fatos não são coisas objetivas e dadas, temos uma distância bem grande. Jenkins também critica aqueles que criticam a parcialidade, pois não ser parcial é algo impossível, o que é correto, mas não da forma como ele coloca, tal como retomaremos adiante. A crítica da idéia de empatia também é correta, pois é impossível alguém pensar com uma pessoa pensava em épocas passadas, o que não significa, porém, que não seja possível a reconstituição histórica por outros meios. Jenkins também abole a distinção entre fontes primárias e secundárias, o que é mero complemento de sua abolição do passado e dos fatos e carrega os mesmos equívocos das afirmações anteriores. A questão da causalidade é descartada com a mesma facilidade e simplicidade, pois se a história é discurso, então não há causalidade, o que existe é mera “cópia do que os outros disseram”.

Por fim, o debate sobre se a história é ciência ou arte é, segundo Jenkins, ultrapassada, pois ela “não é arte nem ciência, mas uma coisa diferente – uma coisa *sui generis*, um jogo de linguagem que não está para brincadeiras, que está localizada no tempo e no espaço e no qual as metáforas da história como ciência, ou da história como arte, refletem justamente a distribuição de poder que põe estas metáforas no jogo” (p. 90).

O discurso de Jenkins é fácil e pode até convencer os leitores desatentos. A quase completa falta de fundamentação da maioria de suas afirmações salta aos olhos dos mais atentos. Ora, para dizer se a história é ciência, arte, jogo de linguagem ou qualquer outra coisa é necessário, anteriormente, definir ciência,

arte, jogo de linguagem... e história e posteriormente observar se há correspondência ou não. Jenkins não fez nada disso, apenas cita Hayden White e observações pouco convincentes sobre a produção historiográfica realizada a partir de outra produção historiográfica.

Ele encerra o segundo capítulo de seu livro com uma afirmação reveladora: “pelas mesmas razões de Hayden White, considero que o relativismo moral e o ceticismo epistemológico constituem a base da tolerância social e do reconhecimento positivo das diferenças”. Aqui temos a explicitação de um discurso ideológico. A “tolerância social”, como já ensinava Marcuse, significa que os explorados e oprimidos devem tolerar os dominantes, a exploração e a opressão; o reconhecimento das diferenças significa transformar as relações de opressão em mera “diferença” e buscar sua conservação (“reconhecimento”) ao invés de buscar sua abolição. O discurso de Jenkins assume todo o seu conservadorismo, que se complementa no último capítulo, quando ele coloca as bases de seu pensamento.

Jenkins revela sua base ideológica: o pós-modernismo. Segundo Jenkins, vivemos num mundo pós-moderno. Para ele, a melhor definição de pós-moderno foi a de Jean-François Lyotard, o filósofo francês que a pedido da UNESCO fez uma intervenção que impressionou pela lista extensa de cientistas naturais citados e que ele admitiu, posteriormente, nunca ter lido... Lyotard coloca que o mundo pós-moderno vê nascer o “fim dos centros e das metanarrativas”. Isto significa o fim de um conjunto de concepções, desde o iluminismo passando pelo liberalismo, humanismo, marxismo. O marxismo, a expressão otimista destas concepções, com a experiência do “socialismo real” (mesmo considerando as diferenças entre a proposta original e a deformação soviética) também fracassou. A crítica do marxismo ocidental e feminista ao

capitalismo fez com que ele buscasse uma forma de se valorizar e a forma encontrada foi a ênfase nas forças do mercado. As mudanças históricas, principalmente após os anos 50, marcariam uma nova era marcada pelo ceticismo, pragmatismo e relativismo. O pós-modernismo é a expressão desta situação, embora não tenha unidade e tenha diversas produções no seu interior. Assim, a morte dos centros e das metanarrativas abre espaço para uma multiplicidade e isto também ocorre na história. O proletariado é substituído por diversos grupos, tais como de jovens, desempregados, mulheres, etc. Surge também uma multiplicidade de discursos e, por conseguinte, uma multiplicidade de relatos históricos, além da história profissional, aparece a história feminista, ambiental, etc. e não só existem simultaneamente como um perpassa o outro, possuindo fronteiras irregulares e sobrepostas, sendo marcados pela intertextualidade. Esta explosão de relatos históricos é uma característica da era pós-moderna.

Obviamente que, neste caso, Jenkins tem o modismo do seu lado. No entanto, Lyotard é uma base muito pobre para qualquer discussão sobre pós-modernismo, principalmente levando-se em conta o número de obras que abarrotaram o mercado editorial sobre esta temática, bem como por obras importantes que ele cita mas não leva na devida conta. David Harvey e Terry Eagleton, por exemplo, realizam uma crítica das bases da ideologia postulada por Lyotard. A idéia de que vivemos numa sociedade pós-moderna não se sustenta. Os ideólogos que inspiram Lyotard, o sociólogo norte-americano Daniel Bell e o sociólogo francês Alain Touraine, não ultrapassam o discurso ideológico e, tal como Jenkins, não passam de um passeio superficial sobre a sociedade contemporânea. A idéia de substituição do proletariado é também apenas anunciada mas nunca comprovada,

nem por Jenkins nem pelos ideólogos que ele se baseia. Mas deixando de lado as bases sociais postuladas por Jenkins, não deixa de ser cômico ele tomar o que existe em si, sem nenhuma análise crítica. Obviamente que isto é bastante útil para os seus objetivos, tal como colocaremos adiante.

Jenkins diz que a diversidade de relatos históricos traz consigo a relativização e historicização, juntamente com o ceticismo atual. Assim, a “redescricao irônica” proposta por Rorty passa a explicar a nova situação. Segundo este ideólogo, basta redescrever para se dizer o que é bom e o que é mau. O passado pode ser redescrito infinitamente, coloca Jenkins, de acordo com o que cada um quer. Assim, se instaura a “absoluta imprevisibilidade das leituras” e as interpretações que estão no centro não estão por serem “verdadeiras” mas por que estão alinhadas com o discurso dominante. O que Jenkins esquece de dizer é que o discurso dominante hoje é o que ele está lançando mão...

Desta forma se cria um fluxo interpretativo, se questiona a verdade, os fatos, o passado. A liberdade de se criar “interpretações alternativas” é subversiva. O discurso dominante busca censurar as leituras indesejáveis, recuperando, incorporando ou redescrivendo-as para adaptá-las aos seus interesses. Mas este procedimento também pode ser realizado pelas narrativas alternativas e tais tentativas do discurso dominante, segundo Jenkins, dificilmente terão sucesso. Jenkins coloca a necessidade de produzir “percepções novas” na história. Uma nova abordagem necessitaria de uma “metodologia reflexiva” e de uma tomada de posição. A metodologia reflexiva deveria trabalhar a distinção entre história e passado e analisar como são construídas as diversas narrativas historiográficas. A escolha de uma posição não significa que se pode deixar de escolher mas sim que deve estar consciente de sua tomada de

posição, o que significa se alinhar com determinadas interpretações e negar outras. Enfim, ele conclui dizendo que partindo de uma metodologia reflexiva (pós-moderna) se deve analisar a produção historiográfica no contexto de um mundo pós-moderno.

Não deixa de ser curioso como Jenkins se alinha com a historiografia dominante e ao mesmo tempo a condena... As interpretações alternativas são apenas interpretações alternativas. A sua receita é a sua própria concepção, auto-intitulada pós-moderna, adequada ao mundo pós-moderno. Porém, como este mundo pós-moderno é uma ficção, então a abordagem de Jenkins também é mera ficção. Neste sentido se torna compreensível sua idéia de a historiografia não passa de relatos construídos... Ao afirmar que todo discurso do historiador é mera narrativa e que a “verdade” é mera retórica, Jenkins retrata o seu próprio discurso. Ou seu discurso é mera narrativa, sem fundamentação na realidade (isto, segundo ele, não existe... ou se existe é inacessível...) e a verdade que ele propõe é mera retórica. No entanto, ele não afirma isto, pois se o fizesse destruiria o seu edifício ideológico pela base.

Agora, depois desta exposição geral do texto de Jenkins, podemos fazer uma avaliação global dela. O pequeno livro de Jenkins é muito fraco, mesmo sendo um livro introdutório para estudantes, pois além das lacunas e falta de fundamentação de grande parte do que foi afirmado, o texto simplesmente não diz nada de realmente significativo e não consegue fazer uma verdadeira introdução à historiografia. Mas livros fracos existem aos montes nas livrarias, sendo sua maioria absoluta. Por isso, o maior problema não está nas debilidades mas sim no seu caráter ideológico. Mas não usamos o conceito positivista de ideologia, tal como faz Jenkins, isto é, significando um pensamento valorativo, pois, para nós, todo pensamento é

valorativo. Por ideologia compreendemos uma falsa consciência sistemática da realidade, mesmo que sua sistematicidade seja débil, como no caso de Jenkins.

Ao colocarmos a ideologia como falsa consciência, fica subentendido a existência de uma consciência verdadeira e, por conseguinte, da verdade. A verdade não é algo inacessível, embora seja ofuscada pelos interesses, valores, sentimentos, das classes sociais privilegiadas e seja marginal devido as relações de poder existentes em nossa sociedade, já que são tais classes que o detém. O discurso de Jenkins é ideológico por sua ligação com tais interesses, devido seu descompromisso com a libertação humana, em que pese faça afirmações superficiais e soltas sobre “emancipação democrática”, expressão incompreensível. Ele aconselha a todos os historiadores escolherem sua posição e assumi-la, mas ele mesmo não o fez explicitamente. O que fez foi tão-somente se filiar à ideologia pós-estruturalista mas não apresentou qual é a base social, de qual classe ou grupo social ela é expressão.

Ao dizer que o passado é inacessível então ele se torna algo em disputa. Porém, a base da disputa nunca é colocada. O que parece é que se trata de mero passatempo, já que não se explicita quem são estes grupos em disputa, por qual motivo existe a disputa e diversas questões que esclareceriam o sentido desta luta em torno do passado. Ao fazer reflexão sobre o discurso historiográfico, não temos reflexões sobre quem são os que fazem tal discurso, quais são seus interesses e valores, isto tudo porque, no final da contas, se defende a tese oculta de que tais valores e interesses são equivalentes. Todas as “narrativas” são equivalentes, embora ligadas as relações de poder. Assim, a crítica aos adeptos da imparcialidade é aparentemente uma postura questionadora, mas ao colocar que é tudo parcial e não ultrapassar tal afirmativa, temos um processo de

relativização. O relativismo numa sociedade que o próprio autor reconhece como sendo marcada pela opressão, por relações de poder, etc., beneficia a quem? E dizer que a historiografia revisionista do fenômeno nazista é parcial, legítima e “verdadeira” como qualquer outra leva a que conclusão?

Enfim, Jenkins relaciona historiografia e poder, mas ao mesmo tempo em que revela, esconde suas relações. Assim, quando ele expõe das pressões familiares, acadêmicas e editoriais sobre a produção historiográfica, deixa entrever que ele se submete tranqüilamente e comodamente a isto. No entanto, o seu argumento é apenas para mostrar a fragilidade da produção historiográfica, mas revela também relações de poder. A academia pressiona com suas exigências, tal como servir ao sistema educacional e suas diretrizes. Ora, por que ele não luta contra isto? Pelo contrário, ele reproduz esta pressão, ao citar e acatar a expressão “historicizar sempre” (p. 106), tal como consta, segundo ele mesmo diz, no currículo escolar britânico. O excesso de aulas é uma pressão? Por que não pede licença, mata aula, usa monitor ou qualquer outra estratégia? Também aponta a pressão editorial que interfere no número de páginas, nas sugestões, etc. Ora, isto interfere no conteúdo? No caso dele, certamente não... E por qual motivo não publica autonomamente ou forma um coletivo de profissionais que compartilham as mesmas teses e faz suas próprias publicações como muitos fazem? Sem dúvida, por não precisar e estar muito bem aquartelado nas instituições existentes. Derivado disto, temos sua adesão ao modismo pós-estruturalista (“pós-moderno”) e sua defesa do relativismo que beneficia quem detém o poder. É por isso que o conteúdo de seu livro aponta para uma suposta abordagem crítica que se revela apenas o conservadorismo contemporâneo,

recheado de pragmatismo, de acordo com os interesses dominantes.

A maior astúcia do discurso ideológico é mostrar o poder e ao mesmo tempo ocultá-lo. A maior astúcia de Jenkins é mostrar o poder, o passado, a historiografia dominante, e, ao mesmo tempo, esconder tudo isso. No entanto, seu discurso ardiloso esconde não só a realidade concreta, mas também a si mesmo, e suas ligações com o poder, seu

descompromisso com aqueles que ele cita (mulheres, negros, operários, etc.), que são mera figura de retórica para ele posar de progressista. Jenkins, no fundo, se revela um historiador a serviço do poder.

Nildo Viana é Professor da UEG – Universidade Estadual de Goiás e Doutor em Sociologia/UnB.

E-mail: nildoviana@terra.com.br

Identificação, O Controle dá as Caras

Diego Mendonça

Sentado em um ponto de ônibus
Ludovico observa as diversas feições
que atravessam
Os amontoados e exprimidos Coletivos
Coletivos unitários
Se pergunta sobre sua autonomia
E conclui efêmeramente que é
demasiado palpável para ser livre
O controle advém do conhecimento
O desconhecido ecoa o caos
O descontrole
Em tudo que se pode ter certeza se pode
exercer controle
E Ludovico estremece diante de um
enorme sentimento de impotência
Ninguém na cidade é mais previsível
que ele e seus iguais
Todos seguindo seus trilhos de asfalto
e desilusão
Nem mesmo a pedrada na vitrine o
conforta mais
Nem mesmo a fuga na névoa ególatra
do grande centro urbano
O ônibus chega e Ludovico desiste da
viagem
Muda seu trajeto como piscares de
olhos
Freneticamente e compulsivamente
Não há destino
E imaginá-lo o tortura
Afinal, qual seria o sentido?!
Algo lhe ocorre em meio às buzinas
atordoantes
“Que porra de identidade fixa e
irredutível é essa?!”
Não há saída??
Seu estômago embrulha e o café que
tomara pouco antes toca a goela
Nem mesmo com um milhão de
excelentes explicações
Ninguém ao seu lado entenderia o que
sente ali naquele emaranhado de
pensamentos

Quanta mesquinharia ronda o ambiente com
um lindo disfarce de responsabilidade...
Sempre lhe entoaram afinadamente – “Se
adeque!!”
Afinal, questiona, adequar ao que??
À mediocridade e à romaria cega
instituídas??
Ludovico ri ironicamente e tosse
Seu corpo é frágil, como tudo, como todos e
todas
Os homens do poder querem pessoas como
Ludovico para sua orgia
Quem vive à margem é o exemplo máximo
É a punição como um enorme espetáculo
planejado e executado
Basta identificá-lo totalmente para
presenteá-lo
O gosto da clausura não é para todos...
Talvez a clausura cotidiana e inconsciente
Mesmo assim Ludovico segue caminhando
Com seus braços abertos
Intercalando palmas e desejos
Gritos e receios
E nem mesmo vê o golpe certo que lhe
acertam na nuca...
O pegaram... entorpecentes e sonhos
Crimes dignos de uma pena capital
inigualável
As algemas completam o ciclo da
dominação
E Ludovico permanece entorpecido pelo
golpe...

A Saga de Ludovico continua no próximo número...

*A pedido do autor este texto não exige copyright e sim
copyleft, isto é, é livre a reprodução desde que citada
a fonte.*

E-mail: die-go@riseup.net